

36

ano 10 | março 2019

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Heitor Vianna Moura

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Luísa Sobral

suporte administrativo

Elizabeth Alves

Karoline Souza

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFGA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 36 ▪ ano 10 | março de 2019

Com muito prazer anunciamos a chegada da 36ª Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis*. Com as energias renovadas frente aos dilemas, desafios e esperanças que se apresentam, a edição inaugura o ano de 2019 reafirmando nosso compromisso editorial com as abordagens transdisciplinares e, sobretudo, com pontos de vista críticos sobre a vida urbana.

No artigo de capa **Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da teoria dos circuitos**, os autores Gabriel Carvalho da Silva Leite e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior buscam compreender, a partir da teoria dos circuitos de Milton Santos, a dinâmica da economia urbana da metrópole de Belém. O texto mostra o desacordo entre as estratégias atuais de planejamento e gestão adotadas em Belém e a realidade socioespacial manifesta na relativa ubiquidade de agentes e atividades do circuito inferior da economia por toda a extensão metropolitana.

No artigo **Na encruzilhada do exupolicial: religião, milícia e regimes de proteção na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro**, a autora Ana Paula de Souza Campos explora o tema da segurança sob uma perspectiva simbólica, a partir de uma pesquisa etnográfica em terrenos de umbanda na zona oeste do Rio de Janeiro. Entre vulnerabilidades reais e proteções divinas, o artigo oferece uma visão inovadora sobre o tema.

O artigo **Do objeto ao sujeito: Reflexões a partir de uma breve genealogia de anúncios publicitários de condomínios fechados no Brasil**, da autora Stephanie Mesquita Assaf, parte da análise dos condomínios fechados brasileiros para analisar as relações entre sujeitos e objetos em sociedades

margeadas pelo consumo. Para tanto, são analisadas peças publicitárias que mostram não apenas a intencionalidade de se criar uma simbologia de liberdade, comunidade e segurança, que oblitera e domestica a complexidade dos elementos acionados, mas que também auxilia na manutenção da fragmentação social.

No artigo **Lugares abandonados: decadência urbana e desolação na cidade**, o autor Rafael Ferreira de Souza apresenta uma reflexão crítica sobre os lugares abandonados nas cidades. A partir da degradação do espaço construído, busca analisar suas origens e o significado simbólico-representativo destes espaços na representação imagética da cidade, no cognitivo da memória urbana, especialmente considerando a presença inegável das ruínas na morfologia urbana e, por conseguinte, na composição da estética da cidade.

No artigo **Reconhecendo mercados: um estudo *embeddedness* sobre o “shopping-chão”**, as autoras Helena Rodrigues Lopes e Maria Luiza Barbosa realizam uma etnografia pelos bairros da Glória e Centro da cidade do Rio de Janeiro para pensar o mercado enraizado na sociedade através do conceito *embeddedness* trazido pela nova sociologia econômica. Entrevistando os atores envolvidos no chamado “shopping-chão” as autoras traçam considerações a respeito da calculabilidade dos produtos e das estratégias utilizadas para precificação, da negociação, da presença feminina, e do binômio da presença/ausência do Estado, dado pelo reconhecimento da negação da atividade de comércio informal.

O entrevistado desta edição é o professor chileno, Ernesto López-Morales. A entrevista, realizada por Mariana Werneck e Bruna Ribeiro, trata

das experiências na América Latina de processos de recuperação urbana de distritos centrais e *waterfronts* portuários. Lopes-Morales aponta que essas experiências muitas vezes são impulsionadas por constrangimentos externos decorrentes da imposição de políticas de ajuste econômico e da disseminação de boas práticas (*best practices*) pelas agências multilaterais. Assim, de forma geral, as cidades da América Latina parecem repetir as diretrizes neoliberais, criando versões locais de um mesmo fenômeno global e excludente.

A mais nova obra do prestigiado cientista social estadunidense Richard Sennett intitulada “Construir e habitar: ética para uma cidade aberta” é objeto da resenha desta edição, com autoria de Pedro Paulo Bastos. Último livro de uma trilogia na qual o autor se dedicou a estudar o Homo Faber em diferentes interfaces, agora focado em analisar de que maneira o desenho urbano influencia as nossas relações cotidianas.

O filme “O Insulto”, do diretor Ziad Doueiri, é a tônica da seção especial desta edição. Com o título **O Insulto: identidade, cultura da mídia e política**, o texto, escrito pela pesquisadora Priscilla Oliveira Xavier, apresenta uma análise da cultura da mídia, entrelaçando comunicação, identidade e política. Ao fazer um panorama da conjuntura e dos impasses diplomáticos relacionados com a região onde o filme é produzido, a autora discute o conceito da cultura como ferramenta política e sinaliza os embargos à produção e distribuição do filme como um produto cultural.

A partir do olhar sobre os cortiços do centro histórico da cidade de São Luís, o ensaio fotográfico **Modo precário e segregado de moradia: um olhar sobre o cortiço em São Luís – Maranhão** apresenta os contrastes dessa parte da cidade entre o novo e o velho, entre o rico e pobre.

Por fim, agradecemos autores, pareceristas e colaboradores, desejando a todos uma excelente leitura. Aproveitamos para convidá-los a conhecer nossas **edições anteriores**. ■

Índice

nº 36 ▪ ano 10 | março de 2019

Capa

- 06** **Metrópole e economia urbana na Amazônia: olhando Belém na perspectiva da Teoria dos Circuitos**
Metropolis and urban economy in the Amazon: looking at Belém from the Circuits' Theory perspective
Por Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Gabriel Carvalho da Silva Leite

Artigos

- 19** **Na encruzilhada do exu policial: religião, milícia e regimes de proteção na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro**
At the crossroad of the "exu policial": religion, militia and protection regimes in Rio de Janeiro's west side
Por Ana Paula de Souza Campos
- 27** **Do objeto ao sujeito: reflexões a partir de uma breve genealogia de anúncios publicitários de condomínios fechados no Brasil**
Considerations from a brief genealogy of advertisements of brazilian gated communities
Por Stephanie Mesquita Assaf

- 35** **Lugares abandonados: decadência urbana e desolação na cidade**
Abandoned places: urban decay and desolation in the city
Por Rafael Ferreira de Souza

- 43** **Reconhecendo mercados: um estudo *embeddedness* sobre o shopping-chão**
Recognizing markets: an embeddedness study about the "shopping-ground"
Por Helena Rodrigues Lopes e Maria Luiza Barbosa

Entrevista

- 52** **Experimentos urbanos neoliberais na América Latina: entrevista com Ernesto López-Morales**
Neoliberal urban experiments in Latin America: interview with Ernesto López-Morales
Por Mariana Werneck e Bruna Ribeiro

Resenha

- 57** **A trilha de caminhos tortos e modestos para uma cidade "aberta"**
The crooked and modest paths towards an open city
Por Pedro Paulo Machado Bastos

Especial

- 60** **O insulto: identidade, cultura da mídia e política**
The Insult: identity, media culture and politics
Por Priscilla Oliveira Xavier

Ensaio

- 70** **Modo precário e segregado de moradia: um olhar sobre o cortiço em São Luiz - MA**
Precarious and segregated way of housing: a look at the tenement in São Luis - MA
Por Amarayna Sousa, Danúbia Rodrigues, Flávia Diniz e Francisca Oliveira

ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

A ilustração de capa foi feita por

Thais Machado, arquiteta,
coordenadora do Urban Sketcher Rio.

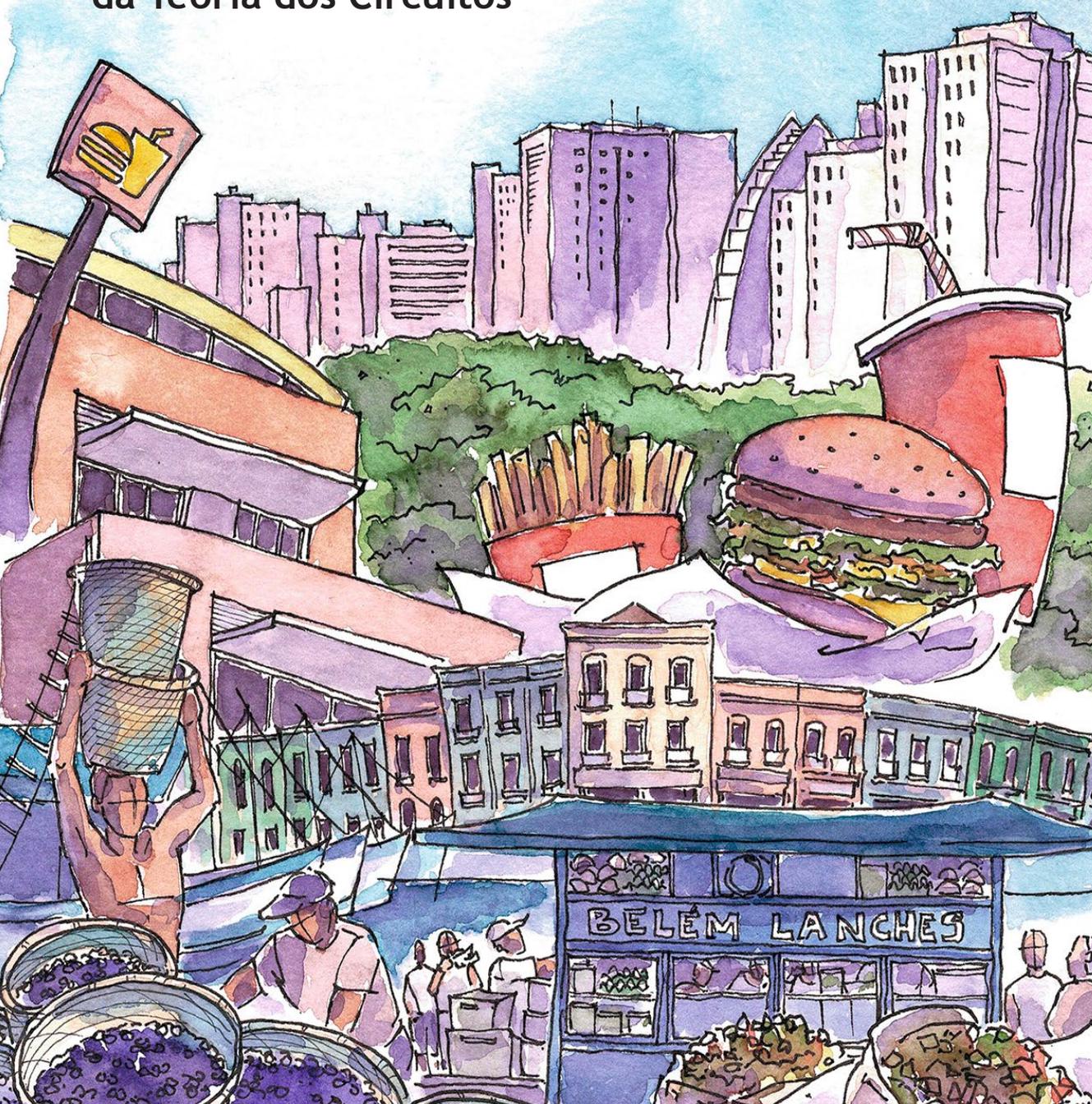
thaismachado@gmail.com

capa

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Gabriel Carvalho da Silva Leite

Metrópole e economia urbana na Amazônia

Olhando Belém na perspectiva
da Teoria dos Circuitos



Gabriel Carvalho da Silva Leite

é geógrafo, mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

gabrielcarvalhoite16@gmail.com

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

é geógrafo, bacharel em Direito, professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

stclair@ufpa.br

RESUMO

Com base na teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos, o artigo visualiza na realidade metropolitana de Belém os três circuitos propostos pelo autor. Nesse sentido, recorreu-se a uma exaustiva pesquisa bibliográfica que considerou a seleção qualitativa de teses e dissertações, fruto de estudos sobre o tema e a realidade empírica em foco, inventariadas no âmbito da produção acadêmica brasileira. Tal esforço permitiu reconhecer, por meio de dados secundários sistematizados por aquelas pesquisas, elementos e particularidades dos três circuitos presentes na estrutura urbana belenense. Finalmente, ressaltam-se as respectivas importâncias e espacialidades dos três circuitos como produto, condição e meio para a dinâmica urbana e a configuração metropolitana atual.

Palavras-chave: Teoria dos circuitos; Economia urbana; Milton Santos; Espaço metropolitano; Belém.

SUMMARY

Based on Milton Santos' theory of the circuits of urban economy, the article visualizes in the metropolitan reality of Belém the three circuits proposed by the author. In this sense, it undertook an in-depth literature review that considered a qualitative selection of theses and dissertations, stemming from studies about the theme and the empirical reality in focus and that was inventoried within of the Brazilian academic production. This effort enabled the recognition of elements and peculiarities of existent circuits in Belem's urban structure, based on systematized secondary data from those studies reviewed. Finally, the article shows the importance and the spatiality of the three circuits as product, condition and means for the configuration of the current metropolitan dynamics.

Keywords: Belem; Circuits' theory; Metropolitan area; Milton Santos; Urban economy.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990 os jornais de Belém divulgavam a tentativa de instalação de lojas da rede McDonald's na cidade. As notícias falavam de pesquisas voltadas para sondar a possibilidade de aceitação do produto oferecido por essa empresa e indicavam a pouca abertura a esse mercado de *fast food* em razão da forte presença de uma cultura alimentar popular que servia como espécie de barreira à instalação das lojas daquela famosa multinacional.

Entre os produtos que compunham essa barreira estava o “cachorro quente” local – com recheio de “picadinho” (carne moída) – vendido nas ruas da cidade por agentes do setor dito informal. Logo depois, mesmo sem a presença das lojas da multinacional no espaço metropolitano belenense, tornou-se comum a propaganda na televisão dos produtos da empresa, como a sinalizar para a população belenense da necessidade de mudanças em seus valores culturais gastronômicos; publicidade essa que foi seguida da chegada definitiva das lojas da McDonald's em Belém, inicialmente nos *shoppings* e, depois, em outros pontos da cidade.

Algumas questões podem ser apreendidas desse episódio: a tensão entre dois circuitos da economia urbana, o superior e o inferior (SANTOS, [1979] 2008),¹ com perfis e interesses bastante diferenciados; o confronto entre uma ordem global e uma miríade de ordens locais (SANTOS, [1996] 2014), que se enfrentam, justapõem-se, redefinem-se e reajustam-se no espaço; os novos valores difundidos no plano da psicosfera e por meio dos sistemas técnicos que lhes dão suporte, situados no plano da tecnosfera² (SANTOS, [1996] 2014); a espacialidade desses

1 Para Santos ([1979] 2008), o circuito inferior está associado às formas de reprodução social mais tradicionais, incluindo-se aí as necessidades básicas e de sobrevivência econômica desenvolvidas pelas populações pobres, como o pequeno comércio e os serviços de artesanato, alimentos, transporte e lazer. O circuito superior, por sua vez, associa-se principalmente às atividades diretamente decorrentes da modernização da economia. Dada a essa essência moderna, promove um volume de negócios de maior porte que mobiliza esquemas mais corporativos de reprodução econômica, assim como tecnologias mais avançadas e maiores volumes de capital. Na intermediação entre ambos está o circuito superior marginal (Santos, 1994), integrante do circuito superior, mas dele distinto pelos menores níveis de capital, tecnologia e organização. Como subsistema híbrido, é portador de características de ambos os circuitos (Bicudo Jr., 2006), pois ao mesmo tempo em que tenta responder aos imperativos de modernização, não pode se desvencilhar das demandas locais e regionais que o ensejam.

2 Para Santos ([1996] 2014), a complexidade das práticas sociais reproduzidas no espaço se dá por meio de sistemas de objetos, que se situam no plano da tecnosfera, e sistemas de

circuitos no interior do espaço metropolitano, acompanhando, em grande medida, as diferenças sociais, econômicas e culturais que nele se fazem presentes.

Resultado da história espacial seletiva das modernizações capitalistas e das profundas desigualdades sociais e geográficas que caracterizam a organização do espaço nos países subdesenvolvidos, a segmentação das economias urbanas em circuitos (SANTOS, [1979] 2008), conforme ocorre em Belém, responde a um duplo imperativo: por um lado, o da adaptação do aparelho econômico às modernizações e às novas modalidades de consumo produtivo e consumptivo delas resultantes; por outro lado, a necessidade de também responder às demandas, tradicionais ou não, que se encontram total ou parcialmente marginalizadas relativamente à emergente economia moderna.

O primeiro imperativo – que bem poderia ser chamado de imperativo da modernização capitalista – é responsável direto pela existência, manutenção e dinamismo do circuito superior, animado por formas de fabricação, circulação, distribuição e consumo detentoras de elevados graus de tecnologia, capital e organização e mantenedoras de relações privilegiadas com escalas extrarregionais, nacionais e internacionais (SANTOS, [1979] 2008). Por seu turno, o circuito inferior congrega atividades de baixos níveis tecnológicos, organizacionais e de capitalização, cujas relações privilegiadas são mais fortemente enraizadas no próprio lugar e na região.

Tendo em vista tais pressupostos, a presente discussão,³ além de pautar a problemática de análise na teoria miltoniana dos circuitos da economia urbana (SANTOS, [1979] 2008, 1994), busca situá-los espacialmente na realidade metropolitana de Belém. Para isso, utiliza-se de pesquisa bibliográfica,⁴ por meio da qual visualizam-se empiricamente elemen-

ações, que inclui o plano dos comportamentos, a psicosfera. Segundo o mesmo autor, a tecnosfera diz respeito à materialidade técnica do território, crescentemente caracterizada por conteúdos científicos e informacionais, ao passo que a psicosfera refere-se ao domínio dos valores, das paixões, das ideias e dos gostos, fornecendo os comportamentos adequados àquela primeira.

³ Este trabalho resulta de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico e integrantes do projeto intitulado “Um olhar geográfico em perspectiva: a Amazônia na abordagem do espaço como instância social”, coordenado pelo primeiro autor do artigo.

⁴ Para esta sistematização foi considerado um conjunto de trabalhos selecionados a partir de um universo maior de teses e dissertações inventariadas no âmbito da produção acadêmica brasileira e que, inspiradas no pensamento de Milton Santos, têm contribuído para a construção de uma leitura interpretativa do espaço amazônico.

tos da economia urbana dessa metrópole amazônica; elementos esses que, quando reunidos e correlacionados, permitem associar a sua dinâmica urbana às características dos três circuitos mencionados.

A ESTRUTURA METROPOLITANA DE BELÉM

São os espaços metropolitanos aqueles nos quais o entrecruzamento das diferentes divisões territoriais do trabalho é mais particularmente intenso. Conforme aponta Arroyo (2008), as metrópoles são lugares historicamente privilegiados na hierarquia urbana nacional, capazes de exercer forças de atração para fluxos de toda ordem. Abrigam, assim, circuitos da economia associados a uma multiplicidade de circuitos espaciais produtivos, consagrando-se como verdadeiras filigranas de divisões territoriais do trabalho (SILVEIRA, 2017).

Mais que outros pontos do território, as metrópoles acolhem as variáveis do período técnico-científico informacional⁵ (SANTOS [1996] 2014), ao mesmo tempo que guardam elementos da materialidade pretérita. Servem, assim, de suporte às divisões do trabalho ligadas à mais moderna economia global e, também, abrigam outras, vinculadas à sociodiversidade da economia pobre, dinamizando-se segundo o ritmo do mundo e, contraditoriamente, convivendo com temporalidades alternativas, assentadas em culturas locais.

Dessa forma, são as metrópoles, talvez, os mais adequados espaços à análise da constituição e da composição atual dos circuitos da economia urbana. Nelas o circuito superior expressa mais plenamente os novos conteúdos advindos das modernizações tecnológicas e organizacionais recentes, contemporâneas ao período da globalização; nelas também o circuito inferior exibe uma vitalidade renovada, alimentada pela constante produção de escassez, permitindo, igualmente, falar em novos conteúdos da pobreza urbana.

O reconhecimento da segmentação metropolitana impede que vejamos as metrópoles apenas como suportes para a ação de agentes hegemônicos globais ou como palcos exclusivos de uma única divisão territorial do trabalho, produzida a partir de cima (SAN-

⁵ Santos ([1996] 2014) propôs que o meio geográfico contemporâneo, expressão espacial do processo de globalização, pode ser qualificado como técnico-científico informacional, uma vez que sua composição guarda significativos conteúdos de elaboração técnica, produção científica e comandos informacionais.

TOS, [1996] 2014). De fato, com base no autor, no plano do território usado, a metrópole revela-se como espaço de todos os agentes e acontecimentos, produto da superposição de divisões sociais e territoriais do trabalho diversas, cujos alcances vão desde o mundo inteiro até as escalas microlocais, passando por diversos níveis – locais, regionais e nacionais – intermediários.

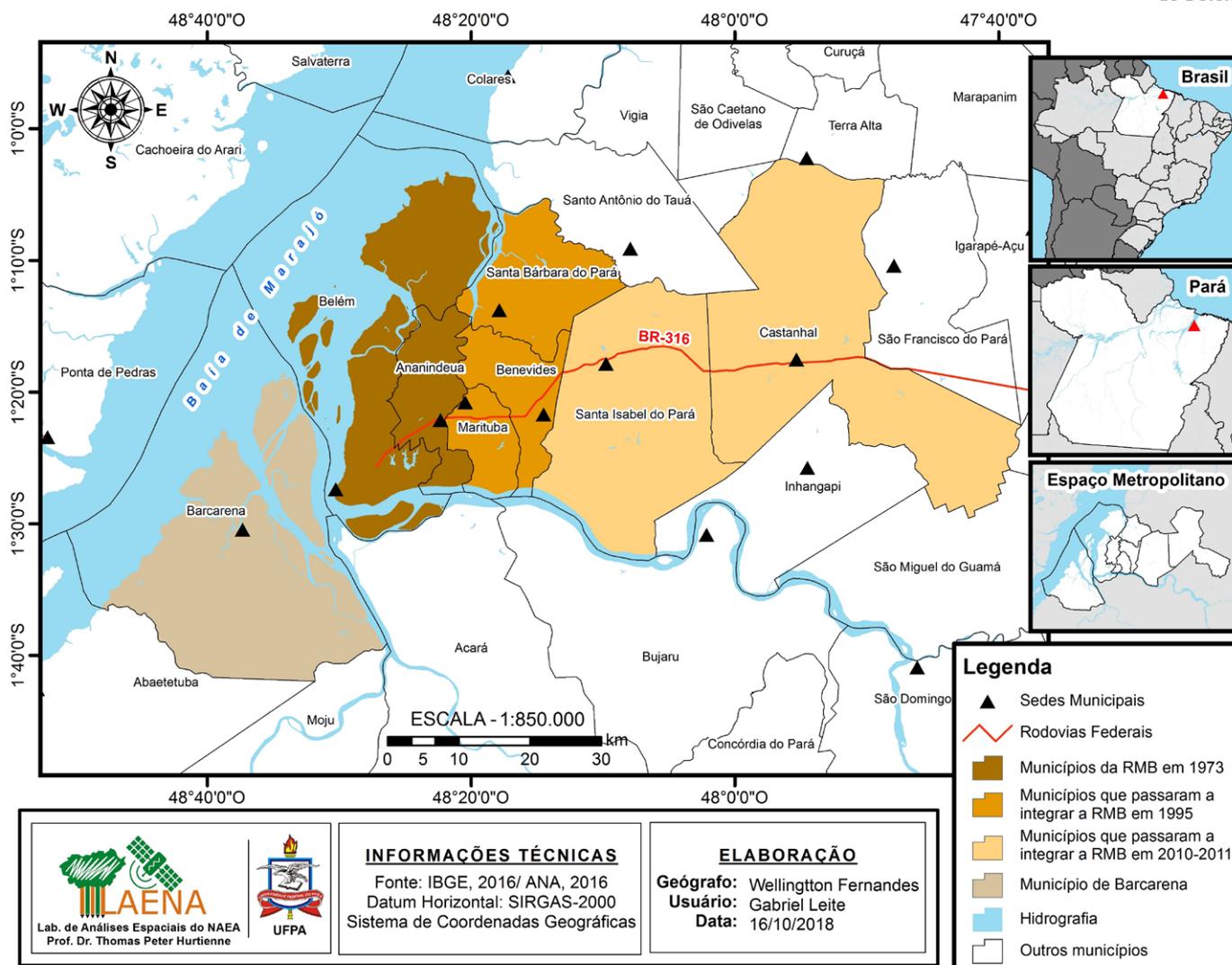
Cada uma das divisões sociais e territoriais do trabalho que têm lugar na metrópole insere-se, em maior ou menor grau, no circuito inferior da economia urbana ou no circuito superior, incluindo sua porção marginal. Enquanto o primeiro tende a se basear em divisões territoriais do trabalho locais – por vezes completando todo o circuito espacial produtivo em um mesmo bairro, por exemplo –, o segundo frequentemente ultrapassa os limites metropolitanos mediante divisões do trabalho que delineiam amplos circuitos espaciais produtivos, alcançando as escalas nacionais e internacionais.

Na metrópole belenense, os vetores de mo-

dernização mais recentes, dentre eles a atividade exportadora de minérios e produtos regionais, a expansão do capital imobiliário, a promoção do turismo, bem como as iniciativas de requalificação urbana, especialmente na orla fluvial e no centro histórico da cidade (MONTENEGRO, 2012b), coexistem com a metropolização da pobreza que tem acompanhado a formação metropolitana de Belém (TRINDADE JR., 2016).

Como região de grandes fluxos que alcançam o entorno imediato e cuja riqueza circulante não necessariamente se incorpora nos fixos metropolitanos, a configuração da aglomeração urbana de Belém passa a refletir, em grande parte, essa condição de espaço que se moderniza, mas com inserção pontual e excludente da riqueza incorporada. Tal diversidade de formas e processos deve indicar, também, a diversidade do meio construído metropolitano, uma vez que o território usado inclui tanto a ação humana quanto a materialidade que é, simultaneamente, seu produto e sua condição (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2012).

Mapa 1: Espaço Metropolitano de Belém



De fato, a busca pela adaptação às exigências de fluidez da economia moderna por meio da readequação do meio construído atinge somente uma pequena porção do espaço metropolitano, ao passo que todo o restante apresenta grande variação quanto à modernidade das infraestruturas colocadas à disposição dos agentes sociais. À diversidade físico-territorial do meio construído associa-se, assim, a sociodiversidade dos agentes que, dessa maneira, encontram o seu lugar na economia metropolitana.

Na análise dos circuitos da economia em um espaço metropolitano é imprescindível levar em conta a materialidade e a organização territoriais, quer dizer, a estrutura da metrópole sobre a qual se projetam os subsistemas urbanos. No caso belenense, chamam atenção os aspectos da segregação socioespacial, demarcada, em grande medida, pela centralidade no espaço urbano de classes de mais alto poder aquisitivo, em contraponto a uma suburbanização da pobreza cada vez mais expressiva; ainda que se possa verificar pontualmente uma tendência de dispersão geográfica de uma população mais solvente para os novos espaços de expansão.

Reconhece-se, assim, um tecido conurbado que integra o município de Belém e aqueles que lhes são mais próximos (Ananindeua, Marituba e Benevides), diretamente conectados pela via rodoviária, mas também descontínuo nas porções onde a dinâmica da metropolização é mais recente (municípios de Santa Izabel, Santa Bárbara e Castanhal), todos oficialmente integrantes da Região Metropolitana de Belém (RMB); ou que têm ainda no elemento hídrico, como é o caso de Barcarena, um fator que dificulta uma conexão mais rápida e que, talvez por isso, não se incluem oficialmente na estrutura metropolitana (Mapa 1).

De qualquer forma, há uma tendência de metropolização mais ampla, mais segmentada e mais difusa que é caracterizada por sua complexidade, fragmentação, descontinuidade e espraiamento. Trata-se não exatamente de mancha urbana única, mas de unidade metropolitana, garantida pela intensidade de fluxos entre municípios relativamente próximos que conservam entre si certa coesão espacial.

Nessa nova tendência da metropolização, visualiza-se: a) a área central, definida pelo núcleo central da cidade de Belém (o centro histórico propriamente dito), pelas baixadas (espaços residuais da pobreza urbana próximos do centro, originalmente alagados ou sujeitos a alagamentos), e pelos bairros pericentrais (mais bem dotados de infraestrutura e com população de maior nível de renda); b) a área de transição, com a presença de espaços institucionais e residenciais de baixo e médio status; c) os vetores de expansão ur-

ba, um dentro do próprio município de Belém e dois outros em direção a municípios vizinhos, que não necessariamente integram a malha metropolitana oficial; e d) a porção insular, com usos e apropriações diversas ligados, em geral, à particularidade bucólica que a define.

Nessa estrutura metropolitana complexa se observam algumas tendências mais flagrantes de apropriação do espaço. A primeira delas é o recrudescimento das estratégias de reapropriação das áreas centrais, adentrando na área de transição, por classes de maior poder aquisitivo, seja para fins de moradia, seja para fins de lazer local voltado para atividades turísticas e serviços diversos, em prejuízo de classes populares que em alguns desses espaços definiram por muito tempo seus locais de moradia. A segunda tendência, referente ao mesmo tipo de apropriação do espaço, dá-se em outro extremo, nos novos vetores de expansão, onde se vê, pontualmente e gradativamente, a configuração de espaços seletos para classes médias e altas, em torno dos quais comércios e serviços mais modernos são também oferecidos.

Concomitante a isso tem-se uma terceira tendência de apropriação, decorrente da expansão urbano-imobiliária voltada para uma demanda não solvável, que se espacializa precariamente cada vez mais para longe do núcleo central, e mesmo para além de Belém e da Região Metropolitana oficial. Ela promove o surgimento de uma infinidade de atividades relacionadas a estratégias de sobrevivência, que acompanha a dispersão flagrante da pobreza urbana, cada vez mais presente nos novos vetores dispersos e difusos de expansão.

A porção insular configura a última tendência a ser considerada. Nela as formas de apropriação do espaço, para além dos usos rurais tradicionais, estão relacionadas ao consumo de um lazer mais ou menos programado – como se vê nos casos das ilhas de Combu e Cotijuba – que se soma aos usos destinados à moradia. Neste último caso, voltam-se ou para uma camada de mais alto status – a exemplo do empreendimento Alphaville, na ilha de Caratateua (Outeiro) –; ou para segunda residência, antes mais dirigida para estratos médios e altos da população e que agora começa a alcançar uma população menos solvente – caso da ilha de Mosqueiro –; ou, ainda, para fins de primeira moradia, produzida precariamente e espontaneamente por grupos sociais excluídos que não podem pagar para morar nas áreas centrais da metrópole, como se vê nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua (Outeiro). Trata-se, portanto, conforme Quadro 1, de estrutura metropolitana complexa, onde se espacializam de forma diferenciada os três circuitos da economia urbana definidos por Santos

Quadro 1 - Belém: configuração metropolitana atual e os circuitos da economia

Estrutura	Subdivisões	Município(s)	Usos Principais	Adjetivações	Apropriações e tendências	Circuitos da economia
Área Central	Núcleo Central	Belém	Comércio, serviços e moradias (baixo/médio status social)	Centro Histórico	Intervenções/requalificações pontuais para fins de lazer e turismo	Predominância do circuito inferior, com seleta atuação do circuito superior nos espaços requalificados
	Baixadas	Belém	Moradias (baixo status social)	Periferia imediata	Permanência e resistência de populações de baixo poder aquisitivo	
	Bairros Pericentrais	Belém	Serviços e moradias (médio/alto status social)	Belém verticalizada	Promoção imobiliária para classes médias/altas	Concentração do circuito superior, com presença intersticial do circuito inferior
Área de Transição	Espaços Institucionais	Belém	Serviços institucionais	“Cinturão institucional”	Reapropriações pontuais diversas	Predominância do circuito inferior, mas com significativa atuação do superior “puro” e “marginal”, conformando áreas de composição socioeconômica muito diversificada
	Espaços Residenciais	Belém	Moradias (baixo/médio status social)	“Cinturão institucional”	Reapropriações pontuais diversas	
Áreas de Expansão	Vetor 1 (Avenida Augusto Montenegro)	Belém	Comércio, serviços e moradias (status sociais diversos)	“Nova Belém”	Vetor de apropriação para expansão comercial, serviços e moradias direcionados agora para classes médias e altas	Predominância do circuito inferior, mas com significativa atuação do superior “puro” e “marginal”, conformando áreas de composição socioeconômica muito diversificada
	Vetor 2 (Rodovia BR-316)	Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal	Comércio, serviços e moradias (baixo/médio status social)	Periferia distante (municípios integrantes da RMB)	Novos espaços de expansão urbano-imobiliária com núcleos embrionários de comércios e serviços	
	Vetor 3 (Alça Viária)	Marituba, Barcarena, Acará	Usos diversos de natureza urbana e rural	Metrópole expandida (municípios integrantes ou não da RMB)	Novas e diversas formas de apropriação difusa e pontual do espaço	
Porção Insular	Ilhas Ribeirinhas Ilhas-Subúrbio Ilhas de Segunda Residência	Belém, Ananindeua, Benevides, Barcarena, Acará	Subúrbios de alto, médio e baixo status social, espaços de segunda residência, espaços turísticos e de lazer popular, espaços de usos rurais tradicionais	Belém insular (municípios integrantes ou não da RMB)	Apropriação material e simbólica da natureza por populações de alto e médio status para fins de moradia, turismo e lazer programado, combinada a formas de apropriação residual por classes populares para fins de moradia, trabalho e lazer	Predominância do circuito inferior, com recente introdução do superior marginal naquelas ilhas que passam a incorporar nexos de modernização

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr. e Gabriel Leite

([1979] 2014).

Essas formas de apropriação concorrem para a configuração de uma metrópole ampliada e descontínua com raio de alcance considerável, combinando atividades modernas e tradicionais que apoiam novos esquemas de reprodução do capital ou estratégias de sobrevivência de grupos sociais excluídos. À tendência de reapropriação das áreas centrais pelo capital comercial, imobiliário e financeiro, soma-se, portanto, a suburbanização da pobreza e a precarização da urbanização nos vetores recentes da expansão urbana, que se fazem acompanhar pontualmente de outros usos para além da moradia e de outras formas seletivas de apropriação do espaço. É nessa complexa estrutura que se faz possível visualizar nuances dos circuitos econômicos, que têm no espaço resultado condição e meio de suas existências.

OS CIRCUITOS DA ECONOMIA E A DINÂMICA METROPOLITANA

Como já apontado em outros estudos (TRINDADE JR., 2016; MONTENEGRO, 2012b), os processos conjugados de metropolização do espaço, expansão da malha urbana e aceleração do crescimento populacional, paralelamente à involução metropolitana decorrente da maior dispersão de investimentos públicos e privados no interior da Amazônia centro-oriental, contribuíram para o contínuo alargamento das dimensões da pobreza na metrópole belenense, desde a década de 1960. Essas dinâmicas estão na base da grande densidade e diversidade do circuito inferior em Belém, expressas até mesmo na sua maior dispersão pelo tecido urbano, se comparado a outras realidades metropolitanas brasileiras (MONTENEGRO, 2012b).

Não obstante, a presença quase ubíqua do circuito inferior nesse contexto metropolitano não significa que suas dinâmicas e articulações sejam as mesmas em toda sua extensão. Pelo contrário, a projeção sobre os diferentes setores da estrutura metropolitana implica a interação com meios construídos diversos e com conteúdos socioespaciais distintos. Nesse sentido, Santos ([1979] 2008) já sugeriu que, de acordo com sua localização na cidade e com seu comportamento, o circuito inferior pode ser classificado como central ou residencial.

É muito sintomática desse fenômeno a atuação do circuito inferior na área central, particularmente no seu centro histórico e nas baixadas que também a integram. No primeiro, os bairros antigos, detentores de formas espaciais frequentemente deterioradas, guardam, ainda, funções portuárias, comerciais, de

serviços e residenciais que são exercidas por agentes do circuito inferior, a despeito da introdução bastante seletiva dos nexos modernos representados pelos projetos de requalificação urbana. Outrossim, a concentração da pobreza e das atividades a ela associadas nas baixadas é uma tendência histórica que não foi revertida pela expansão da malha urbana e pela periferização das populações empobrecidas.

Ainda que fisicamente próximas dos equipamentos urbanos e dos serviços disponíveis na área central, particularmente nos bairros pericentrais, estas populações encontram-se socialmente distantes de tais fixos públicos e privados. Trata-se de uma “periferia dentro do polo”, se entendermos por periferia mais do que meramente a distância geométrica e, a essa noção, opusermos uma outra, a de periferia socioeconômica (SANTOS, [1979] 2007). Assim, estão postas as condições para a criação e manutenção de um denso circuito inferior central que conforma, para as massas urbanas empobrecidas do núcleo central e das baixadas, um mercado alternativo, fornecedor de ocupações e de renda.

Expressões muito representativas dos dinamismos do circuito inferior nesses setores da estrutura metropolitana belenense, os mercados populares e as feiras livres traduzem a importância social desse subsistema econômico para as populações de baixa renda dele dependentes (MEDEIROS, 2010). Contrastando com as solidariedades organizacionais⁶ que fundamentam as atividades das redes de comércio varejista, dos *shopping centers* e dos grandes armazéns e cadeias de supermercados na cidade, as feiras estabelecem para com o entorno relações comerciais, ocupacionais, simbólicas e culturais assentadas em solidariedades orgânicas que as tornam importantes espaços relacionais no contexto metropolitano.

Medeiros (2010) reconhece as feiras à beira-rio como aquelas que remontam aos momentos iniciais de crescimento da cidade e, especialmente, ao adensamento da ocupação popular nas baixadas de sua orla sul, às margens do rio Guamá. Nessa porção do espaço belenense, a presença de diversos trapiches e portos que serviam de pontos de articulação entre o continente e as ilhas do estuário amazônico associou-se ao surgimento de importantes feiras livres que seguem tendo no rio um elemento central de seus dinamismos.

⁶ As solidariedades orgânicas resultam de uma interdependência entre ações/agentes que emana da proximidade do lugar, enquanto as organizacionais são fatores de coesão determinados por arranjos impostos de lugares longínquos, descontínuos em relação àqueles sobre os quais incide sua regulação (Santos, [1996] 2014).

As feiras livres à beira-rio, bem como os portos aos quais se associam e os bairros populares nos quais estão localizadas, também ensinam a análise de Montenegro (2012b) acerca das articulações do circuito inferior belenense com circuitos espaciais de produção de alcance regional e da importância social por ele desempenhada nas dinâmicas intra/interurbanas e urbano-regionais dessa metrópole. A autora vê, assim, a potencialidade de reconhecer, a partir destes elementos tão característicos da Amazônia, verdadeiras feições regionais assumidas pelo circuito inferior em uma importante metrópole dessa região.

Elegendo três referenciais empíricos de pesquisa – o Complexo do Ver-o-Peso (bairro da Campina, no núcleo histórico), o Porto do Açaí (bairro do Jurunas, em área originalmente de baixada da orla fluvial sul) e o bairro do Guamá (também localizado em área inicialmente de baixada) –, Montenegro (2012b) assinala a grande importância do circuito inferior para as populações empobrecidas da cidade e mesmo para o entorno sub-regional que se articula à metrópole mediante uma grande variedade de circuitos espaciais de produção. No entanto, é preciso cuidado para não incorrer em uma análise imobilista do circuito inferior que, a título de explicitação de seus atributos fundamentais, ignore as metamorfoses decorrentes do contato com as variáveis-chave do período da globalização.

Nesse sentido, Montenegro (2012b) destaca como uma das principais manifestações dos nexos do processo de globalização no circuito inferior belenense o alargamento dos contextos por que passam alguns dos circuitos espaciais produtivos anteriormente mencionados, notadamente daqueles ligados ao artesanato marajoara, aos bombons de frutas regionais, à castanha e, principalmente, ao açaí. Em todos esses casos é crescente a terceirização da etapa produtiva aos pequenos negócios e aos pequenos produtores, ficando o circuito superior responsável pela distribuição e comercialização dos produtos. No caso do açaí, por exemplo, notam-se os oligopsônios, na medida em que grandes empresas passam a comprar, in loco, o fruto das ilhas produtoras. Trata-se, conforme aponta a autora, da inserção de mecanismos oligopolistas em atividades tradicionalmente vinculadas ao circuito inferior da economia.

Verifica-se, assim, que o circuito inferior central, importante pelo papel social exercido junto às populações do centro histórico e das baixadas, é também muito sujeito às interseções com o circuito superior e às metamorfoses daí decorrentes, favorecidas precisamente pela sua relativa proximidade à tecnosfera e à psicofera da área central da estrutura metropolitana. Em verdade, não apenas as ativida-

des tradicionalmente integrantes do circuito inferior belenense – como as feiras e mercados populares da cidade – renovam-se e atualizam-se pelo contato com as variáveis-chave da globalização, como também nichos inteiramente novos são produzidos a partir das possibilidades abertas pela difusão do meio técnico-científico informacional.

Nesse sentido, Tozi (2012) demonstra que, a despeito do menor número de domicílios com acesso à internet e das menores velocidades de conexão da mesma na Amazônia, ambos sintomáticos da seletividade da irradiação do meio técnico-científico informacional nessa região, as técnicas modernas têm também sido apropriadas a partir de usos locais e horizontalizados, engendrando economias urbanas muito próprias e originais, a exemplo do circuito espacial produtivo vinculado ao estilo musical regional do tecnobrega.

Distante das grandes gravadoras da indústria fonográfica nacional e carente do apoio de políticas públicas atentas às dinâmicas de base local, o circuito espacial produtivo do tecnobrega tem na pirataria adaptativa (TOZI, 2012), típica do circuito inferior, a base de seu processo produtivo. A partir de pequenos estúdios caseiros e profissionais, usualmente situados nas baixadas da área central de Belém, a produção musical tem início em um processo criativo *sui generis*, assentado na pulverização de tecnologias informacionais domiciliares (computadores e impressoras, por exemplo), mesmo em bairros cujos meios construídos apresentam-se, para tudo o mais, notavelmente deteriorados e desvalorizados. Deste início do processo produtivo, o circuito espacial do tecnobrega segue por múltiplos caminhos possíveis, subvertendo a cadeia de produção convencional da indústria fonográfica, incluindo desde a difusão das músicas via *internet* até a venda de CDs e DVDs pirateados em camelôs e vendedores ambulantes, passando pela importante divulgação efetuada nas festas de aparelhagens (TOZI, 2012).

Desse modo, se a etapa produtiva do circuito espacial do tecnobrega acontece predominantemente nas baixadas da Primeira Léngua Patrimonial de Belém, assim como é também o caso da localização da maioria das casas de festa que atende ao público desses lugares, as etapas de circulação, distribuição e consumo espriam-se pela estrutura metropolitana e para além dela, mediante o comércio informal e a *internet*, conformando um circuito espacial de produção de alcance predominantemente local e regional e que, mais recentemente, tem também estabelecido articulações nacionais.

Se o centro histórico e as baixadas detêm as maiores densidades de atuação do circuito inferior

na área central, os bairros pericentrais que contornam o centro histórico aglomeram atividades e agentes do circuito superior, favorecidos pela maior dotação de equipamentos urbanos e pela presença de uma demanda solvável representada pelas classes médias e altas (TRINDADE JR., 2018). Não à toa, como demonstra Silva (2011), foram os bairros pericentrais, como Nazaré e Umarizal, ambos constituintes desse cinturão de bairros verticalizados, os primeiros a receber as instalações de empresas nacionais e transnacionais de fast food muito representativas de nexos de modernização presentes em todas as principais metrópoles globais.

Os bairros pericentrais da área central metropolitana de Belém, detentores de maiores quantidade e qualidade dos equipamentos urbanos e habitados por populações mais abastadas, puderam oferecer às empresas de *fast food*, a exemplo da McDonald's, já mencionada, as condições gerais de (re)produção adequadas, sob a forma de uma tecnosfera que, uma vez tendo acolhido mais esta renovação, ampliou seu nível de modernização e de standardização. No entanto, para além das transformações do sistema de objetos, Silva (2011) nota que também a psicofera urbana não resta incólume, na medida em que hábitos e sociabilidades tradicionais – como os encontros e rodas de conversa em bares e lanchonetes antes existentes – perdem espaço frente às relações de caráter mais impessoal dos estabelecimentos de *fast food*.

A dispersão urbana da metrópole belenense, responsável pela ultrapassagem dos limites da Primeira Légua Patrimonial, foi caracterizada pela periferização da pobreza mediante a produção de novos espaços de assentamentos oficiais, dirigidos e “espontâneos” nas periferias distantes da Região Metropolitana de Belém (TRINDADE JR., 2016). Vinculado às classes populares assim instaladas em face da valorização do solo urbano nas áreas centrais, das remoções e remanejamentos das populações das antigas baixadas saneadas e das políticas habitacionais federais e estaduais que vigoraram desde o regime militar, o circuito inferior também se expandiu como produto e condição da metropolização da pobreza.

Não apenas o circuito inferior seguiu a dispersão urbana, mas também o circuito superior, incluindo a sua porção marginal. Fenômeno associado às relativas alterações das composições socioeconômicas de alguns dos conjuntos habitacionais periféricos e às estratégias competitivas entre diferentes frações do capital outrora concentradas na sobrevalorizada área central, a dispersão – ainda que seletiva – do circuito superior “puro” e “marginal” nas áreas de transição e de expansão conforma verdadeiras áreas de diversidade (SILVEIRA, 2011), caracterizadas pela coe-

xistência de formas de fabricação, distribuição e comercialização dotadas de níveis muitos distintos de capitalização, tecnologia e organização.

Nesses setores da estrutura metropolitana, com composições socioeconômicas bem diversificadas, os supermercados, as lojas, as mercearias e as feiras coexistem nas principais vias de circulação, manifestando múltiplas formas de comércio varejista e de circulação de mercadorias atreladas aos circuitos superior e inferior da economia urbana. Associadas a este último, as feiras livres localizadas nas ruas e avenidas dos bairros das áreas de transição e expansão desempenham relevantes papéis na produção do espaço urbano. Nestas, é principalmente a rodovia, e não o rio, que assume a primazia na organização espacial, como na Feira do Entroncamento, vinculada mais diretamente à produção agrícola do Nordeste paraense, escoada pela BR-316, do que ao rio e às ilhas do entorno da cidade (MEDEIROS, 2010).

Outro fator de intensificação da diversidade socioespacial nas áreas de expansão metropolitana diz respeito ao fenômeno de suburbanização condominial que constitui um dos elementos atuais de dispersão do espaço metropolitano de Belém, embora, nesse caso, “não a partir da periferização das classes populares, mas sim da suburbanização das classes de alta e média renda” (VELOSO DOS SANTOS, 2017, p.107). De fato, nas últimas décadas, a expansão da fronteira urbano-imobiliária tem sido um dos principais vetores de modernização do território na metrópole belenense. Acompanhando a disposição espacial dos eixos viários intraurbanos e regionais, a atuação de capitais financeiros e de promoção imobiliária contribuiu fortemente para a redefinição de subcentralidades urbanas no âmbito da estrutura metropolitana de Belém.

Análise importante acerca desse fenômeno recente é feita por Mendes (2014), que faz um estudo da reestruturação socioespacial de uma importante via de expansão de Belém no contexto de definição de novas centralidades e subcentralidades urbanas. Trata-se da avenida Augusto Montenegro, surgida no lugar de antigo ramal da estrada de ferro Belém-Bragança, e que reflete diferentes momentos da produção do espaço urbano belenense.

Mendes (2014) focaliza, então, o período mais recente e contemporâneo da história espacial da avenida, iniciado a partir de finais da década de 1990, momento de construção dos primeiros condomínios fechados, e consolidado nos últimos anos da década de 2000, quando da intensificação da instalação de espaços elitizados de moradia e consumo ao longo da via. Para o estudo das implicações da valorização do solo urbano e das metamorfoses dos conteúdos

socioespaciais em um meio que abrigava importante população pobre, o autor analisa as mudanças nas composições relativas dos circuitos da economia na avenida, evidenciando o adensamento do circuito superior e a precariedade vivenciada pelas atividades de um circuito inferior que se apresenta tanto como residual quanto como emergente.

Para Mendes (2014) a presença de espaços elitizados de moradia – condomínios fechados horizontais e verticais – atua como condição de uma economia de aglomeração do circuito superior, composta por *shopping center*, supermercados, restaurantes, *supercenters*, faculdades, escolas, redes de *fast food*, bancos e outras atividades modernas e intensivas em capital. Desse nexo, entre circuito superior e uma massa populacional a ele vinculada, o autor retira elementos explicativos para o fato de que o subsetor da avenida cuja concentração de condomínios fechados é maior é também aquele de mais significativo número de empreendimentos comerciais do circuito superior, incluindo todos os bancos existentes na via e os empreendimentos imobiliários de alto padrão, cujas ligações físicas com o *shopping center* e o *supercenter* consagram o valor de troca como parâmetro da vida cotidiana.

O circuito inferior, por outro lado, resiste apoiado na persistência das camadas sociais que o produzem e dele dependem. Destacando principalmente a extensão compreendida entre os quilômetros nove e quinze da referida avenida, já sob influência direta do distrito de Icoaraci, Mendes (2014) nota a expressividade de um circuito inferior, sobretudo no comércio varejista, apto a atender às demandas dos conjuntos habitacionais populares ali localizados.

Outro estudo que corrobora a compreensão dos circuitos na estrutura metropolitana é oferecido por Andrade (2014). A gastronomia do açaí é o fenômeno socioespacial eleito pela autora para análise das coexistências entre o tradicional e o moderno e para a investigação acerca das mudanças e permanências da identidade socioespacial e cultural na Grande Belém, em tempos de globalização. A hipótese da qual parte é a de que a metropolização do espaço e o processo de globalização associam-se intimamente às metamorfoses da cultura alimentar do açaí na metrópole belenense, contribuindo para uma multiplicidade de situações que vai da forte manutenção das características do circuito inferior, em um extremo, à plena incorporação ao circuito superior, em outro extremo, com a presença de diversas situações intermediárias.

Para o estudo, Andrade (2014) selecionou nove pontos de venda de açaí, localizados em diferentes porções da estrutura metropolitana – dotadas, portanto, de conteúdos socioespaciais bem distintos –,

a fim de apreender os respectivos graus de incorporação aos circuitos da economia urbana e os matizes de tradição e modernidade apresentados por cada um. A comercialização e o consumo do açaí podem ser encontrados em todas as subdivisões da estrutura metropolitana, mas dentro dela ganham diversas expressões.

Na área central – como é o caso da Cidade Velha (núcleo central), de Batista Campos (bairro pericentral), do Jurunas e da Pedreira (bairros predominantemente populares e originários de baixadas) – a comercialização do fruto se apresenta sob formas distintas (ANDRADE, 2014). Neles, encontram-se desde pontos de venda plenamente inseridos no circuito inferior, como os estudados pela autora no Complexo do Ver-o-Peso e no Jurunas, até pontos mais inseridos no circuito superior, como o quiosque da franquia Açay, na Batista Campos, e o restaurante do Point do Açaí, na Cidade Velha, cuja proposta mais sofisticada de atendimento aos turistas e à população local de maior poder aquisitivo expressa uma nova forma de consumo.

Nos bairros de ocupação mais recente, por seu turno, correspondentes às áreas de transição e de expansão, a modernização do consumo do açaí se faz mais presente naqueles que possuem histórias mais antigas e caracterizadas pelo planejamento governamental. É o caso dos pontos de venda estudados na Marambaia (área de transição), na Cidade Nova e também no Parque Verde (bairros da área de expansão); este último associado às populações de maior poder aquisitivo que atualmente passam a residir no entorno da avenida Augusto Montenegro. Ademais, o ponto de venda localizado no Residencial Almir Gabriel, no município de Marituba (área de expansão), expressa muito bem a metropolização da pobreza e a mobilidade das populações empobrecidas na Grande Belém, mediante a transposição das condições precárias de trabalho e de vida aos novos espaços de moradia.

Por fim, é necessário mencionar que as ilhas dos municípios de Belém e Ananindeua também se encontram, em maior ou menor grau, inseridas nas dinâmicas contemporâneas de metropolização do espaço. No entanto, conforme demonstram alguns estudos recentes (FERREIRA, 2012; RODRIGUES, 2018), essa inserção guarda particularidades que a diferenciam daquela que tem lugar no continente. A relativa ausência de atuação direta do circuito superior “puro” nesse processo, em vez disso animado preferencialmente por agentes do circuito inferior e do superior marginal, é característica comum apontada pelos autores mencionados.

Em estudo sobre a produção do espaço turístico

na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (APA Combu), localizada no setor sul da porção insular do município de Belém, Rodrigues (2018) assinala que a atuação do circuito superior no território combuense é, sobretudo, indireta e acontece mediante a sua porção marginal, composta por agências de receptivo turístico, hotéis de pequeno e médio porte e agências franqueadas que, localizadas no continente, oferecem pacotes e roteiros àqueles turistas interessados em conhecer a ilha.

Confirmando a hibridiz que caracteriza as ações dos agentes inseridos no circuito superior marginal (BICUDO JR., 2006), Rodrigues (2018) evidencia a atuação mediadora exercida por essas firmas de médio e pequeno porte entre as racionalidades instrumentais das franqueadoras, das grandes redes de hotéis e das agências e operadoras de viagens do circuito superior “puro” e as racionalidades comunicacionais dos comerciantes e trabalhadores de bares e restaurantes, dos produtores agroextrativistas, dos artesãos e, também, dos condutores de embarcações e de trilhas ecológicas integrantes do denso circuito inferior na ilha do Combu.

De alcance espacial mais limitado e restrito, posto que as atividades econômicas integrantes circunscrevem-se majoritariamente à própria ilha ou, quando muito, ao porto da praça Princesa Isabel, o circuito inferior combuense é o grande fornecedor de ocupações e de renda aos moradores. Conforme aponta a autora, são diversas as interseções entre esse circuito e o superior marginal para fins de atividade turística, sendo o primeiro primordialmente responsável pela prestação dos serviços de lazer e turismo, dentre os quais as trilhas ecológicas, os transportes em embarcações e o desfrute de bares e restaurantes. Esses agentes estão, assim, na ponta mais frágil de uma cadeia de relações que, em última instância, liga-os indiretamente a agências e operadoras turísticas maiores, que auferem os lucros mais volumosos.

Ademais, a importância e a predominância da atuação do circuito inferior nas ilhas da RMB podem ser constatadas mesmo naquelas que possuem um maior nível de conexão com o continente, como é o caso da ilha de Mosqueiro. Dispondo de uma ligação rodoviária que facilita os fluxos com o restante do espaço metropolitano, essa ilha também está inserida no processo de dispersão da metrópole belenense, embora guarde especificidades que muito o distinguem das transformações estudadas por Mendes (2014) na avenida Augusto Montenegro.

Nesse sentido, Ferreira (2012) revela que a dispersão urbana na ilha apresenta uma série de singularidades que obstaculizam nela a expansão do circuito

superior imobiliário-turístico, manifestas tanto na presença de um nicho do circuito inferior responsável pela comercialização das moradias – usualmente mediante a venda de imóveis de uso ocasional, intermediada por pequenos corretores imobiliários, para pessoas interessadas em moradia permanente –, pela conversão das residências secundárias em primárias pelos próprios proprietários ou mesmo pelas ocupações espontâneas realizadas por segmentos populacionais de baixa renda em sua luta pelo direito à moradia. Associados à falta de uma demanda turística transnacional, esses fatores ajudam a explicar a menor atuação do capital de incorporação na ilha, relativamente aos outros espaços da expansão urbana da RMB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os circuitos da economia urbana e o meio construído metropolitano são indissociáveis. Tratá-los conjuntamente, portanto, é uma necessidade de qualquer abordagem que pretenda interpretar o espaço como um conjunto solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, [1996] 2014). Nesse sentido, se a estrutura metropolitana expressa a disposição espacial do sistema de objetos, os circuitos da economia representam uma parcela do sistema de ações que os dinamizam. A projeção dos circuitos sobre a estrutura metropolitana nos dá, portanto, o próprio processo de produção das formas-conteúdo urbanas.

Não se trata de processo unilateral no qual os circuitos apenas dinamizam um quadro material inerte que serve de palco à manifestação dos fenômenos. Em uma perspectiva que considere o espaço como instância da sociedade (SANTOS, [1978] 2012b), o condicionamento entre formas e conteúdos é sempre dialético. Assim, se a estrutura metropolitana aparece como cristalização provisória de práxis pretéritas, como conjunto de formas-conteúdo que atuam como fator ativo nas dinâmicas sociais atuais, os circuitos da economia são sistemas de ações presentes que, a partir dos condicionamentos oferecidos pela estrutura da metrópole, atualizam-na, dotam-na de novas funções e a fazem participar dos processos contemporâneos.

Olhando a metrópole belenense a partir dessas considerações teóricas, apontou-se a ampla dispersão do circuito inferior por toda a extensão da estrutura metropolitana, com presença de significativas concentrações no núcleo histórico, nas baixadas e nas suas áreas de expansão. O circuito superior, por seu

turno, detém uma importante nucleação nos bairros pericentrais, enquanto se apresenta muito pontual e seletivamente no centro histórico. Embora detentores de grande potencial desestruturador, os projetos de requalificação urbana aí instalados não alteram substancialmente a composição socioeconômica das populações residentes (TRINDADE JR., 2018), o que ajuda a explicar a relativa permanência do circuito inferior e a seletividade espacial e temporal da atuação do circuito superior.

Ademais, dentre todos os setores, as áreas de expansão são aquelas que apresentam as maiores diversidades na atuação dos circuitos, como resultado de um processo de dispersão urbana que atualmente atinge tanto o trabalho quanto o capital, especialmente aquele de natureza imobiliária. Por fim, a realidade atual impõe a consideração da porção insular de Belém, uma vez que nexos de modernização do espaço passam a inseri-la em dinâmicas metropolitanas, embora com particularidades que devem ser destacadas.

O quadro aqui apresentado mostra o desacordo entre as estratégias atuais de planejamento e gestão adotadas em Belém – majoritariamente voltadas ao fortalecimento de sua imagem enquanto metrópole cultural da Amazônia, moderna e conectada a circuitos econômicos mundiais – e a realidade socioespacial que aí se expressa, manifesta na relativa ubiquidade de agentes e atividades do circuito inferior por toda a extensão metropolitana. Daí a importância de práticas alternativas de planejamento e de gestão urbanos, mais sintonizadas com as necessidades, carências, demandas e, sobretudo, com as potencialidades do circuito inferior da economia, que bem poderia ser chamado, para efeitos de planejamento, de circuito alternativo, tal a sua natureza mais cooperativa e menos corporativa.

Em todo caso, não se trata da simples defesa do atual estado de um subsistema econômico que muitos problemas e precariedades enfrenta, mas sobretudo de um convite à reflexão sobre as possibilidades de potencialização das virtudes que apresentam as atividades de feirantes, barqueiros, vendedores ambulantes, batedores artesanais de açaí e outros agentes do circuito inferior, não apenas para a geração de emprego e de renda, reagindo, mesmo que temporariamente, à instalação de filiais de cadeias de lojas globalizadas, como aconteceu com a McDonald's, mas principalmente definem uma metrópole poli-funcional que, sem deixar de ser contemporânea, valorize os seus enraizamentos e ligações socioculturais com as escalas locais e regionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Soraya Souza de. **Põe tapioca, põe farinha d'água?** Gastronomia do açaí e identidade socioespacial e cultural na Grande Belém. 2014. 259f. Tese (Doutorado em Ciências – Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- ARROYO, María Mónica. **A economia invisível dos pequenos.** São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- BICUDO JR., Edison Claudino. **O circuito superior marginal:** produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Sandro Brito. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro:** uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA). 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As feiras livres em Belém (PA):** dimensão geográfica e existência cotidiana. 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- MENDES, Luiz Augusto Soares. **Espaços elitizados de moradia e consumo:** a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém. 2014. 210f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezuelana**, Mérida, v. 53, n. 1, p. 147-164, jan./jun. 2012a.
- _____. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano:** o circuito inferior

- da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2012. 291f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012b.
- RODRIGUES, Ágila Flaviana Alves Chaves. **A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)**. 2018. 331f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. A periferia está no polo: o caso de Lima, Peru. In: _____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1979] 2007. p. 75-124.
- _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1979] 2008.
- _____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1978] 2012.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: EDUSP, [1996] 2014.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2012.
- SILVA, Mauro Emílio Costa. **Paisagem e lugar na Amazônia produzidos pela globalização: uma análise a partir das empresas de fast food nos bairros de Nazaré e Umarizal, Belém-PA**. 2011. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- SILVEIRA, María Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, p. 4-12, jan./dez. 2011.
- _____. Metropolização, território e circuito superior marginal. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 333-353.
- TOZI, Fábio. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical: investigando os objetos técnicos no período da globalização**. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- _____. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 57-78, jan./abr. 2018.
- VELOSO DOS SANTOS, Tiago. Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 7, n. 1, p. 91-116, 2017. ■

Ana Paula de Souza Campos

Na encruzilhada do exu policial

religião, milícia e regimes de proteção na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro

Resumo

A partir de uma pesquisa etnográfica em terreiros da religião umbanda na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, me proponho analisar os diferentes regimes de proteção utilizados nesse contexto e vislumbrados a partir de uma figura religiosa, o exu policial, um exu (entidade/espírito da umbanda) incorporado por uma mãe de santo (líder religiosa), que usa como indumentária objetos referentes à figura de um policial. Policiais milicianos atendidos pelo exu ofertaram a ele uniformes policiais, colete à prova de balas, quepe e armas e em troca pediram a proteção de suas vidas ante um risco de morte. No contexto religioso da umbanda pretendemos analisar como, em meio a um contexto de violência, diferentes agentes se posicionam em uma rede de trocas que mobiliza pessoas e coisas por onde circula simbolicamente a proteção.

Troca

Reciprocidade

Proteção

Abstract

From ethnographic research done at “umbanda” sacred grounds on the west side of Rio de Janeiro, we analyze the different protection regimes beared in these contexts and portrayed by a religious figure - the “exu policial” - an “exu” (entity/spirit from umbanda) embodied by a “mãe de santo” (religious celebrant - mom of saint) that has as a costume an officer uniform. Militiamen police officers assisted by the “exu” have offered it uniforms, bullet proof vests, hats, guns and in return have asked for the protection of their lives when facing the risk of death. In the religious context of the umbanda religion we intend to analyze how, in the midst of a context of violence, different agents position themselves in a trading network that mobilize people and things, in which the protection symbolically circulates.

Exchange

Reciprocity

Protection

INTRODUÇÃO

Dentre as várias formas de se pensar as relações que envolvem a questão da religião, uma delas é discutir os modos como o religioso se articula com as problemáticas da vida na cidade e das tensões no campo da política. Assim, ao analisar os agentes envolvidos em um “campo umbandista” formado por mães, pais, filhos de santo e a sua clientela em terreiros de umbanda¹ na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, privilegiarei neste artigo os conflitos, as trocas e as mediações destes agentes. Pretendo, portanto, dialogar com o campo de estudos da antropologia da religião que analisa o fenômeno religioso a partir das dinâmicas da vida cotidiana privilegiando a descrição etnográfica como método.

Durante a minha pesquisa de graduação em um terreiro da religião umbanda, localizado no bairro Campo Grande (RJ), deparei-me com uma figura que passei a chamar de exu policial.² Em rituais umbandistas, a *mãe de santo*³, quando incorpora⁴ o espírito do exu tranca-rua das almas se utiliza da indumentária de um policial. O exu incorporado se veste com uniformes da polícia militar e do Batalhão de Operações Especiais, usa armas falsas e/ou coleite à prova de balas nos dias de festas celebradas aos exus neste terreiro e, às vezes, também em terreiros vizinhos. A performance e caracterização deste exu em especial chamou a minha atenção por ser uma representação social ainda não descrita em bibliografias nativas e acadêmicas sobre contextos religiosos afro-brasileiros que me são conhecidas, me fazendo ter interesse em realizar uma descrição densa a respeito das relações que o envolvem.

Ao desenvolver a pesquisa em minha monografia,⁵

compreendi que a caracterização do exu policial se deu pela relação de troca que ele manteve com, principalmente, dois policiais que eram *médiuns* do terreiro referido. Ao se consultarem com o exu, pediram-lhe proteção para suas vidas e em troca ofereceram tais objetos para que o exu pudesse incorporar o policial nas sessões religiosas, reforçando, assim, a sua imagem como uma figura capaz de oferecer a proteção ao terreiro e aos seus visitantes, se tornando o agente da proteção no terreiro, por excelência, por ter se valido desse somatório de identidades: a identidade de exu acrescida da identidade de policial. Com isso, o tranca-rua se transformou em uma entidade de maior prestígio em relação às demais, por ser aquela que se “especializou” em oferecer a proteção procurada por muitos visitantes e médiuns, possuir autoridade para impor a sua ordem no terreiro e por ser eficaz na resolução dos problemas de seus clientes.

Depois de ter como foco de análise a rede de proteção em torno do exu policial, busquei em minha pesquisa de mestrado⁶ perceber se ela se expandia para outros terreiros da região. Assim, realizando campo em outros dois terreiros, pude perceber que a busca por proteção também era presente e que continuava envolvendo relações de trocas entre entidades e adeptos religiosos, incluindo policiais. Entretanto, pude notar uma relação com policiais específicos: policiais milicianos.⁷ Compreendi que essas relações de troca por onde circula simbolicamente a proteção são recorrentes na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, não se manifestando somente pela mediação dos exus e de líderes religiosos em religiões afro-brasileiras, mas também pela mediação dos milicianos que atuam na região. Ante uma realidade marcada pelo medo e pela violência experienciada de diferentes formas por esses agentes político-religiosos, estes

1 Segundo José G. Cantor Magnani (1991, p.61), a umbanda trata-se de uma “religião mediúnica formada a partir de elementos doutrinários e rituais de cultos africanos, indígenas, espiritismo kardecista, catolicismo e baseada na incorporação, nos iniciados, de entidades espirituais (caboclos, pretos-velhos etc.) agrupadas em linhas e falanges”. Sobre o processo de formação histórica dessa religião cf. Birman (1985), Negrão (1996), Ortiz (1999), Silva (2005) e Capone (2009), por exemplo.

2 Tal termo não se trata de uma expressão “nativa”. O termo mais usual para referenciar tal personagem é a expressão “tranca-rua”.

3 Segundo Stefania Capone (2009), “mãe de santo” é a “iniciadora e chefe do terreiro”, ialorixá. O mesmo cargo ao ser ocupado por um homem é chamado de pai de santo ou “babalorixá” (CAPONE, 2009, p.362-3).

4 A religião umbanda tem como base o culto aos espíritos, estes se manifestam através do fenômeno do transe/incorporação ocorrido com o médium da religião, também conhecido como filho de santo. A partir deste fenômeno suas divindades se expressam.

5 CAMPOS, Ana Paula de S. *O exu policial e o cordão do trá-*

fico: religião, polícia e militarização em um terreiro de umbanda na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Seropédica: UFRRJ, monografia de graduação, 2014. Com a orientação da pro^a dr^a Carly Barboza Machado.

6 CAMPOS, Ana Paula de Souza. *Na encruzilhada do exu policial: religião, milícia e regimes de proteção na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2016. Com a orientação da pro^a dr^a Carly Barboza Machado.

7 Segundo Ignacio Cano e Thais Duarte (2008), a milícia trata-se de grupos armados irregulares com a participação pública de agentes armados do Estado em posições de comando que dominam um território e sua população através da coação, em alguma medida, de moradores e comerciantes. Com motivação de lucro individual como elemento central, tais grupos possuem um discurso de legitimação relativo à libertação do tráfico e à instauração de uma ordem protetora, se apresentando como alternativa positiva ao domínio do tráfico de drogas na região.

se relacionam em uma rede de reciprocidade a fim de obter a proteção de suas vidas onde ora são aqueles que oferecem a proteção e ora aqueles que a buscam.

A partir do caso do exu policial analisei o que propus chamar de “regimes de proteção” encontrados na cidade e vislumbrados nesse contexto a partir da figura do exu policial. Nesse texto proponho uma análise em torno de dois casos em específico que vivenciei no trabalho de campo em um dos terreiros pesquisados a fim de apresentar o campo sobre o qual refleti no desenvolvimento de minha pesquisa.

O EXU POLICIAL

Iniciei o trabalho de campo em 2011 segundo a metodologia da observação participante. No período de 2011 a 2014 frequentei com regularidade o terreiro de Mãe Tereza⁸ e Pai Marcos nas sessões que aconteciam semanalmente e também nas festas que costumavam acontecer uma vez por mês ou bimestralmente, em sua maioria nas datas comemorativas a alguns santos católicos. A pesquisa realizada neste período resultou em minha monografia de conclusão do curso em Ciências Sociais. A partir de 2014, quando ingressei no mestrado, comecei a frequentar também outros dois terreiros: o de Mãe Lívia e Pai Sthevão e o de Mãe Aline, principalmente nos dias de festa, pois foi a partir desses momentos, que são mais abertos ao público, que consegui ter mais facilidade de me aproximar das casas de culto.

Os terreiros que pesquisei se relacionam numa rede que tem como ponto aglutinador o terreiro de Mãe Tereza. Mãe Aline e Mãe Lívia, as lideranças dos terreiros vizinhos, antes foram suas médiuns que saíram do terreiro de Mãe Tereza a fim de abrirem seus próprios barracões. Fazendo campo em um dos terreiros me deparei com uma figura que não havia visto igual ou sequer ouvido relatos de presença semelhante em outros terreiros de umbanda ou em bibliografias acadêmicas e nativas sobre a religião: era um exu de nome “tranca-rua das almas” que utilizava como indumentária um uniforme da polícia.

Este exu “tranca-rua das almas” em particular, ou o “exu policial”, é uma entidade incorporada pela mãe de santo de um dos terreiros. Ao incorporar na mãe de santo, este se apresenta como um homem, como um exu, como um espírito poderoso e competente na resolução dos problemas de seus clientes, como o “chefe” do terreiro, como um espírito justo

que cumpre com a sua palavra ao prometer auxiliar qualquer cliente, porém vingativo com aqueles que não cumprem as promessas feitas a ele. O exu policial é uma das entidades mais procuradas no terreiro. Ele não atende apenas policiais, mas todos aqueles que quiserem se consultar com ele.

A caracterização do exu enquanto um policial se dá nos dias de festa oferecidos para os exus ou para o orixá⁹ Ogum, por exemplo. Nos dias de atendimento¹⁰ o exu se veste com um vestido preto e dourado ou com uma calça branca, camisa preta de botão e quepe da polícia militar. Há mais de dez anos que a mãe de santo ao incorporar o exu “tranca-rua das almas” se caracteriza dessa forma. Assim que a mãe de santo o incorpora, os médiuns do terreiro já trazem seu quepe para que o aparelho¹¹ se caracterize de policial, caracterização construída na relação entre exu e “meganhas”.¹²

Nos demais dias, após a meia-noite, o tranca-rua veste a sua farda preta e vira o exu policial. Médiuns e visitantes cantam com empolgação os pontos para chamá-lo ao terreiro ao som do atabaque. Quando a mãe de santo o incorpora, cai ajoelhada no chão e seu rosto já muda de expressão. O exu curva os braços para trás, sobre as costas, com os punhos cerrados, e quase toca o chão com a cabeça dando o seu brado duas vezes: uma em direção ao altar e outra em direção aos atabaques, como uma espécie de cumprimento. Ao se pôr de pé, com a sua cara fechada e seu olhar cerrado, ele mira o salão, médiuns e visitantes; recebe seu quepe, seu cigarro e a sua cachaça que, após beber no gargalo, coloca em baixo do braço para caminhar pelo salão com uma corporeidade que denuncia o seu poder no terreiro. Em seguida, quando o relógio bate a meia-noite, o tranca-rua deixa a mãe de santo para que ela seja acompanhada a um dos quartos do centro por um médium e vista a farda policial. Depois de trajar o uniforme e demais objetos, a mãe de santo incorpora o exu novamente e ele retorna com a sua arma na cintura e anda com autoridade pelo pátio do terreiro, local onde são realiza-

9 Segundo Magnani (1991), orixás são as “divindades do panteão nagô que representam forças da natureza, atividades sociais e econômicas, virtudes e paixões. Determinados orixás, reinterpretados como vibrações, presidem algumas das sete linhas da umbanda. Os mais conhecidos são Olorum (o deus supremo), Oxalá, Nanã, Iemanjá, Oxum, Iansã, Obá, Xangô, Oxóssi, Ogum, Oxumarê, Omolu, Ossãe, Logunedé, Ifá, Exu.” (1991, p. 60-1.)

10 O atendimento ocorre às segundas-feiras segundo um calendário de alternância de cada grupo de entidades a oferecer a consulta na semana como pretos-velhos, pretos-velhos e caboclos, exus etc.

11 Termo nativo relacionado aos indivíduos que incorporam a entidade.

12 Termo utilizado pelo grupo para referenciar policiais.

8 Escolhi utilizar nomes fictícios com o intuito de manter o mínimo de discrição a respeito da identidade das pessoas e dos grupos pesquisados. Portanto, tanto este como os demais nomes são fictícios.

das as festas e atendimento para essas entidades. Em poucas ocasiões o vi exibindo o seu colete à prova de balas e duas armas falsas que, segundo o seu próprio relato, foram ofertadas por policiais que as obtiveram em “batidas policiais”.

Em muitas festas de exu no terreiro presenciei a popularidade do exu policial. Quando este conversava com visitantes e eles se mostravam surpresos em relação a sua indumentária de policial, não satisfeito solicitava que um dos médiuns disponíveis fosse buscar o seu colete à prova de balas e/ou as suas armas para apresentá-las aos curiosos. Em uma dessas situações apresentou seus objetos a um visitante que desejava ser policial e que demorou a acreditar que estava falando com um policial “de verdade”. Em outra situação, o vi apresentar seus presentes a outro visitante e depois “engatilhar” uma das armas e a apontar para uma das médiuns presentes falando com seu ar de brincadeira e que é, ao mesmo tempo, ameaçador: “olha que eu vou matar você!” Ao exibir aos seus clientes os seus objetos, o exu policial o faz com as honrarias de quem os recebeu por merecimento e de quem mostra não apenas os objetos que lhe pertencem, mas o poder que estes representam.

Segundo a narrativa do próprio exu policial e de médiuns do terreiro, cada peça utilizada pelo exu policial em sua caracterização foi dada por um policial. De acordo com o relato da mãe de santo que incorpora o exu, elas foram utilizadas durante o exercício profissional destes policiais e foram ofertadas por eles de bom grado ao exu. Todavia, tais objetos não foram apenas presentes dados ao exu, mas fizeram parte de uma relação de troca que comumente se constrói com as entidades exus na umbanda. Ao realizar um pedido a exu, deve-se alimentá-lo ritualisticamente através de oferendas para que se tenha o pedido realizado. Assim, cada peça foi dada ao exu como forma de recompensá-lo pelos trabalhos realizados, como forma de retribuir a magia e o poder por ele utilizados a pedido de sua clientela.

Com efeito, a caracterização do “tranca-rua das almas” como policial se deu pela relação de troca que esta figura manteve com, principalmente, dois policiais que eram médiuns do terreiro do exu. Conforme a narrativa dos médiuns do terreiro, esses policiais ao se atenderem com o exu pediam-no proteção e em troca ofereciam tais objetos para que este pudesse se caracterizar como um policial nas sessões religiosas. Eram estes policiais que sentiam as suas vidas ameaçadas e por isso buscavam no exu a proteção para continuarem vivos.

Ouvi muitos relatos sobre casos em que policiais chegavam ao terreiro desesperados buscando o auxílio do exu policial porque se não fizessem algum trabalho ainda na mesma noite talvez não permane-

cessem vivos no dia seguinte. Em um dia no campo relataram-me que por muitas vezes policiais saíram do terreiro de madrugada para realizarem trabalhos nos cemitérios e que, sabendo do risco que corriam caso não cumprissem a tarefa, iam tranquilamente, diferente da maior parte das pessoas que sentia muito medo ao realizar trabalhos em tais espaços nesses horários.

Assim, ao ser procurado por policiais em busca de proteção e reconforto, tendo em vista o sofrimento de tal categoria, o exu policial oferece seu preço: para livrar um indivíduo de um risco de morte diária pede em troca presentes que lhe proporcionem o status de policial. Desse modo, a troca se torna justa e ambos os lados saem beneficiados: o exu se apresenta como o chefe, o guardião do terreiro, aquele que deve ser respeitado e reverenciado; e os policiais possuem a segurança de que, aos cuidados da força sobrenatural e poderosa do exu policial, podem continuar as suas práticas nas ruas da cidade tendo a vitória diária dada pelo exu, de escapar da morte que tanto lhes aterroriza em seu exercício profissional.

O CORDÃO DE SÃO JORGE E O CORDÃO DO TRÁFICO: TROCAS, PODER, EFICÁCIA E PROTEÇÃO

Objetivo expor duas situações que foram emblemáticas para pensar o campo que propus analisar, dois casos em que notei uma relação de reciprocidade entre o exu e a sua clientela (adeptos umbandistas) em um dos terreiros pesquisados: o caso do cordão de São Jorge e o caso do cordão do tráfico. Em ambos os casos, clientes do exu policial passaram por situações de quase morte e creditaram a sua sobrevivência à proteção que lhes foi dada pelo exu e, por isso, ofertaram a ele presentes em forma de agradecimento e retribuição.

Em um dia num dos terreiros, no ano de 2014, eu acompanhava o exu policial em suas consultas rotineiras aos visitantes, nas quais ouve os seus problemas, lhes oferece conselhos e trabalhos rituais. Em uma das consultas, um visitante lhe agradecia por algo que o exu lhe concedeu e oferecia em troca um presente: um cordão de ouro. Notei que o mesmo visitante, que trabalhava como taxista, já havia se consultado com a entidade inúmeras vezes e que já havia lhe oferecido muitos presentes, como bebidas, cigarros e até uma pequena festa. Nessa ocasião em especial, o visitante relatava ter passado por um assalto à mão armada que quase resultou em sua morte, mas, segundo ele, o bandido teria apenas levado a sua motocicleta. Ao passar por uma situação de violência

em que a sua vida foi ameaçada, o visitante acreditou ter saído ileso graças à intervenção do exu policial, a entidade que sempre lhe acompanhou e lhe ofereceu proteção graças à boa relação que o visitante mantém com o exu.

Ao receber o presente o exu policial ficou furioso. Ele andava com passos pesados enquanto xingava o visitante, pois duvidava que o cordão que acabara de receber fosse realmente “de ouro”, duvidava que fosse de ouro “de verdade”. Disse ele sobre o valor do cordão ao visitante que lhe presenteou: “se for (de ouro) você está vivo, se não for, você morre ali na frente!” O exu reclamou outro presente que valesse realmente o seu esforço em salvar a vida do visitante dizendo: “tem que entregar na minha mão! [...] A sua vida vale isso? Se eu tivesse que cuidar da sua vida com isso aí você estava morto! [...] Eu comprei a sua vida. Se a sua vida vale isso, ela não vale nada!” Em seguida o exu disse que não aceitaria aquele cordão e que o visitante só poderia botar os pés no terreiro novamente se lhe trouxesse um “cordão de ouro reluzente”. O visitante, nervoso, tentou se justificar, mas não conseguiu diante do esporro que o exu lhe deu. Ele disse que entendia, que iria providenciar o que ele o pedia e foi embora. Depois de um tempo o exu policial passou a exibir o seu cordão de “ouro reluzente” que recebeu posteriormente do visitante: um cordão com um pingente de São Jorge, sincretizado na religião como o orixá Ogum.

No mesmo ano, em outro dia no campo, uma das mães de santo me contou que haviam oferecido ao exu policial uma imagem¹³ de um exu “do tamanho de uma pessoa” e também um cordão de ouro. Perguntei quem havia ofertado tais presentes ao exu e ela me disse que foram dados por um “traficante” de uma favela próxima ao terreiro, um dos chefes do morro. Disse que o traficante estava preso e que o motivo do presente estava relacionado com a situação que resultou em sua prisão, e, em seguida, me narrou o caso do cordão do tráfico. Segundo ela, o traficante estava indo para a favela quando foi surpreendido por quatro policiais que o viram sair da boca de fumo. Os policiais, então, o colocaram no camburão. Segundo ela, eles não o reconheceram como um dos chefes do morro, acreditaram que ele era um “traficante qualquer”. De acordo com ela, ele que era o “segundo” chefe do morro ainda não era conhecido pela polícia.

Segundo o relato, apesar de ter sido reconhecido pelos policiais como “traficante”, ele não levava drogas nem armas. Os policiais o levaram para um lugar afastado e ao chegarem ao local colocaram-no para

fora do carro, interrogaram-no¹⁴ colocando-o ajoelhado no chão e lhe fizeram perguntas que ficaram sem respostas. Então, um dos policiais disse que eles lhe dariam uma chance de escapar e pediu que ele corresse o máximo que pudesse. Foi quando o traficante decidiu correr e mesmo tentando fazê-lo com toda a força que tinha, não saiu do lugar. Nesse momento ele ouviu em sua cabeça uma voz lhe dizendo: “não corre, não corre!” Os policiais colocaram-no de volta na viatura e levaram-no para a delegacia onde efetuaram a sua prisão.

Ao pensar sobre o ocorrido, o traficante concluiu que se tivesse corrido ele teria sido morto pelos policiais. Foi quando ele começou a pensar sobre a força sobrenatural que o impediu de correr e a voz em sua cabeça que lhe deu a orientação que havia salvado a sua vida. Ele remeteu tais ações à entidade que se consultava: o exu policial. Seu guia que o protegeu foi poderoso o suficiente para livrá-lo da morte e, por isso, ele deveria retribuir. Assim, como forma de agradecimento e também como um pedido de liberdade, o traficante pediu que fosse enviado ao exu policial um cordão de ouro e a imagem de um exu “do tamanho de uma pessoa”. Ao outro terreiro que também se consulta, pediu que fosse encaminhado outra imagem e um cheque no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Os médiuns do terreiro do exu policial diziam que o tal cordão devia ser muito valioso, talvez o equivalente ou superior ao cheque que foi ofertado ao outro terreiro.

Após esse episódio, os médiuns iniciaram uma calorosa discussão na tentativa de solucionar o dilema instaurado pelo presente: “o que fazer com o cordão?” Um presente normalmente é bem recebido por eles, no entanto, este gerou um desconforto compartilhado por todos os médiuns: o exu não poderia usar o cordão senão qualquer pessoa que tivesse um olhar mais apurado iria identificá-lo como um colar valioso, o que poderia ameaçar a segurança do terreiro que já foi assaltado em outras ocasiões; os médiuns não poderiam levá-lo para a casa porque alguém que soubesse de sua existência poderia tentar roubá-lo; e achavam que não poderiam vendê-lo, pois devia ser uma peça ilegal. Depois de muita discussão, decidiram que seria mais correto deixar que essa decisão fosse tomada pelo presenteado: o próprio exu policial.

Procurando saber mais sobre a situação, fui ao terreiro em um dia em que os exus ofereciam as suas consultas para conversar com o exu policial. Perguntei a respeito do seu presente e ele me disse que só iria recebê-lo caso ele desse a liberdade ao preso.

13 Estatuetas que representam as entidades, como Maria Padilha, tranca-rua.

14 Segundo a mãe de santo, os policiais realizaram um típico interrogatório policial.

Disse que ele não poderia receber um presente por algo que ele ainda não havia feito: “depois ele vem me cobrar, eu não fiz e como fica?” Em seguida, disse: “*se o diado*¹⁵ que ele falou, ele estiver na rua, eu quero o que é meu!” E terminou a conversa saindo um tanto nervoso.

Nos dois casos narrados houve uma troca entre o exu policial e a sua clientela (taxista e traficante). Em troca da proteção dada pelo exu policial diante das situações de quase morte, a sua clientela lhe retribuiu com presentes. A proteção dada pelo exu, dessa forma, foi conquistada a partir de uma relação de reciprocidade entre o exu e a sua clientela. A troca entre exu e sua clientela se trata de uma troca na qual ambas as partes assumem um compromisso. Ao receber a proteção dada pelo exu policial a sua clientela precisou retribuir: os policiais retribuíram com os objetos que são utilizados pelo exu em sua caracterização (uniforme policial, colete etc.), o taxista retribuiu com um cordão de ouro e o traficante, também atendido por ele, ofertou-lhe uma imagem de exu e um cordão de ouro. Em contrapartida, o exu policial recompensa-os com a proteção, ele os protege da morte.

Como afirma Vagner Gonçalves da Silva (2005), ao assumir o compromisso com o exu a pessoa possui a obrigação de cumprir a sua parte no ritual da troca: “espírito justo, porém vingativo, Exu nada executa sem obter algo em troca e não esquece de cobrar as promessas feitas a ele” (2005, p.70). Trata-se, dessa forma, de uma troca na qual ambas as partes assumem um compromisso que envolve necessariamente reciprocidade. Analogamente à perspectiva maussiana ao analisar a troca em sociedades “arcaicas”, existe, assim, uma “obrigação de retribuir os presentes recebidos, de dar e receber” (MAUSS, 2003, p.201). Não é possível dar sem receber, ou seja, “não pode haver uma prestação sem uma contraprestação” (ERIKSEN & NIELSEN, 2010, p.64). Percebemos, então, “um caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (MAUSS, 2003, p.188). Ao estabelecerem a relação de troca, tanto o exu quanto a sua clientela assume a obrigação de cumprir com a sua parte no contrato. Trata-se, assim, de uma relação de obrigações com normas rígidas e objetivas, mesmo que não ditas. O exu precisa atender aos pedidos dos visitantes e eles precisam lhe pagar devidamente.

A figura do exu é procurada por seus clientes por conta da concepção religiosa umbandista de que ele é um espírito que atua no “mundo sobrenatural” de modo a oferecer a proteção a seus clientes. Segundo

Birman (1985), para os umbandistas existem dois planos na organização da vida humana: um plano material e um sobrenatural. O nível sobrenatural é aquele que escapa às explicações por “causas de natureza universal” (BIRMAN, 1985, p.51), é o nível dos acontecimentos que “sofre injunções que vão além daquelas que podem ser previstas e controladas pelos homens” (BIRMAN, 1985, p.50). Logo, a sorte que figura nesse plano tem determinações sobrenaturais, as suas causas figuram no plano espiritual. Por isso, é preciso recorrer aos espíritos, manter uma relação de reciprocidade com eles a fim de ter uma vida livre de dificuldades. Como destaca Peter Fry (1982), para os umbandistas, a solução de determinadas dificuldades é encontrada na manipulação efetiva do ritual que é ordenado pelos médiuns em transe. Dessa forma, como aponta o mesmo autor, é por intermédio dos terreiros que “homens e mulheres comuns” procuram ajuda para solucionar os seus problemas e “afastar as dificuldades da vida urbana”.

Diante de situações de violência, diferentes pessoas, clientes do exu policial, sobreviveram e creditaram sua sorte ao poder mágico do seu santo protetor: o exu. De acordo com Birman (1985, p.49), “os espíritos na Umbanda são chamados de santos protetores”, “a representação que os clientes fazem do ‘guia’ é a de um padrinho que se adquiriu para sempre” (1985, p.50). Portanto, para os umbandistas, a relação com os santos confere a proteção, o que exige de seus clientes a manutenção de uma boa relação com os seus guias a partir do cumprimento de suas obrigações como forma de manter uma boa relação com eles. Somente dessa forma é possível “vencer o acaso, ter a sorte sempre a seu favor” (1985, p.51).

Nesse sentido, assim como afirma Birman, mencionando Evans-Pritchard (1978), a magia “não é fruto de um pensamento irracional, mas uma crença na determinação do acaso” (1985, p.51). O poder do exu policial é análogo à noção de bruxaria e magia, de forças sobrenaturais, tendo em vista que “os fatos não se explicam a si mesmos, ou fazem-no apenas parcialmente. Eles só podem ser integralmente explicados levando-se em consideração a bruxaria” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 54). Para os umbandistas, o poder dos espíritos está na capacidade de realizar feitiços. Não obstante, segundo Yvonne Maggie (1992), “a crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais é bastante generalizada no Brasil desde os tempos coloniais”. Para ela, a crença na “magia maléfica e benéfica” (1992, p.22), a crença no feitiço está no centro da maneira contemporânea de pensar da sociedade brasileira (1992, p.274).

Equivalente a este sistema de pensar, as pessoas em torno do exu policial acreditam não na noção de

15 Pronúncia comum na linguagem utilizada na religião. É o mesmo que “dia”.

bruxaria como explicação para os infortúnios, nesses casos em específico, mas na noção de magia e feitiço como explicação para a sobrevivência a situações de infortúnios. Ao vivenciarem situações de quase morte como assaltos e tentativas de assassinato e saírem ilesos, a clientela de exu creditou à sua sobrevivência ao poder desse espírito.

Essas relações de troca construídas entre tais figuras não se tratam apenas de relações funcionais. Não estamos falando apenas de coisas trocadas; de roupas, cordões e imagens que serão utilizadas pelo exu, que lhe servirão funcionalmente como vestimenta, adereço ou ornamento. Não obstante, a troca entre exu e sua clientela é uma troca social: “não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam” (MAUSS, 2003, p.190). Não se troca apenas coisas, mas o que elas representam para os diferentes grupos e são estas trocas que estabelecem relações entre eles.

O caso do cordão de São Jorge nos ajuda a perceber como os objetos trocados valem muito mais do que a sua função utilitária: o cordão não é apenas um cordão, um ornamento, mas vale a proteção, vale a preservação da vida do cliente do exu e, ao exibi-lo no pescoço, é isto que exhibe o exu policial: a eficácia de seu trabalho, o poder que possui em salvar vidas, em oferecer a proteção aos seus clientes. O visitante, mesmo sendo coagido pelo exu policial a lhe retribuir à altura, atende ao seu pedido, pois acredita que é somente a partir dessa relação de troca com o exu que pode sobreviver à realidade violenta da cidade. No caso do cordão do tráfico, vemos um traficante que acreditou ter sobrevivido à morte graças às palavras do exu policial que salvaram a sua vida e lhe ofereceu presentes como retribuição. Os presentes não foram entregues até a data desse texto e tampouco o traficante ganhou a liberdade, entretanto, este foi mais um caso que serviu para que o exu policial ficasse conhecido como aquele que protege os seus clientes, aquele que salva as suas vidas.

Em ambos os casos vemos a atuação do exu policial na disputa por prestígio na umbanda, pois é a relação de troca que o exu policial mantém com a sua clientela que permite ao terreiro o acesso a bens – cordões, dinheiro e imagem de exu –, que são revertidos em prestígio ao serem exibidos pelos exus como um símbolo da eficácia de seus poderes mágicos. Ao ser conhecido como um “policial” exibindo os presentes que recebeu (roupas, cordões etc.), o exu ganha notoriedade no terreiro, é procurado por mais visitantes e é chamado também por outros líderes religiosos a visitar os seus terreiros, ganhando prestígio nesse contexto, aumentando a sua rede de atuação, o seu regime de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas e de outras situações envolvendo os terreiros estudados, tentei analisar em minha dissertação o que propus chamar de “regimes de proteção” encontrados na cidade e vislumbrados nesse contexto a partir da figura do exu policial. De forma concisa, um regime de proteção é caracterizado por cinco elementos: 1) um contexto social onde há violência ou a ameaça à vida de forma geral; 2) um indivíduo que, submetido a este contexto, busca a proteção da sua vida ou de outrem; 3) um indivíduo de status social relacionado à oferta da proteção (um mediador da proteção); 4) relações de reciprocidade baseadas na troca de objetos que transformam a proteção em um dom, uma dádiva; 5) normas e obrigações estipuladas pelo mediador que regulamentam a vida daqueles submetidos ao regime.

É na atuação de mediadores específicos que se articula uma complexa rede de proteção que gira em torno dos regimes de proteção que cada um deles veicula. No campo estudado, a figura de mediação era a da mãe de santo, do exu e do miliciano, cada um deles com o seu regime. Um “regime de proteção”, portanto, se trata de uma rede de relações na qual a proteção circula como um “dom” por meio de diferentes mediadores. Tais mediadores fazem parte de um regime de populações, um regime territorial específico, de grupos de indivíduos que dirigem, conduzem e governam pessoas impondo normas e obrigações no sentido de dar, oferecer e retribuir algo em troca da proteção de suas vidas. No contexto pesquisado identifiquei diferentes narrativas de pessoas que se articulam, criam alianças e se inserem em redes para o acesso a diferentes recursos e bens simbólicos (proteção, prestígio, poder) não disponíveis sem uma inserção institucionalizada – religião, Estado, milícia e família, por exemplo.

O mediador nesses “regimes de proteção” são aqueles que oferecem a proteção e realizam ações a fim de garanti-la mediante seu pagamento ou algo em troca. Esses regimes de proteção podem conter figuras de mediação que eventualmente se concentram em uma só por terem status sociais que se coadunam com a oferta de proteção da vida, como é o caso emblemático do exu policial que concentra a oferta de proteção como um espírito/entidade (uma figura religiosa), um policial (uma figura militar) e uma mãe, no caso, uma mãe de santo (uma figura maternal religiosa). Todas essas figuras são legitimadas socialmente por atuarem no cuidado, na preservação, na reprodução, na proteção da vida.

Essa troca de objetos pela proteção se trata de um “regime” especificamente porque é baseada em

relações de obrigações morais com normas rígidas e estipuladas pelo próprio mediador. A prática do mediador se dá por meio de um regime de regulação, normatização e disciplinarização específico por meio do qual os agentes exercem o seu poder sobre a vida de seus “clientes”. O pagamento pela proteção em um “regime de proteção” pode se dar a nível material por meio de dinheiro e objetos, mas se dá, sobretudo, a nível moral tendo em vista que a relação de troca pressupõe um vínculo de obrigações no qual aquele que oferece a proteção exige determinados comportamentos dos seus “protegidos” (clientes, visitantes, fiéis, filhos, pacientes etc.) a fim de que estes se responsabilizem pela manutenção do regime de proteção. Para que ele se reproduza é necessário que o cliente mantenha o vínculo com o mediador ofertando objetos (dinheiro, oferendas/trabalhos, doações, por exemplo) regularmente a ele. Além disso, é importante que os “clientes” de tais mediadores contribuam com ações que demonstrem a confiabilidade no regime de proteção em público, perpetuando-o, legitimando-o.

No caso do exu policial, por exemplo, é necessário que seus clientes ofereçam-lhe dinheiro, cordões de ouro, uniformes de policial, bebidas etc., com regularidade a fim de que o exu continue a protegê-los do risco de assassinatos, roubos e acidentes fatais. Além disso, os clientes devem comparecer ao terreiro frequentemente e contribuir para as festas com dinheiro (a pedido do exu, dos médiuns ou da mãe de santo) e com a sua presença, prestigiando-a e divulgando-a.

O miliciano, essa outra figura pertencente ao campo analisado, ao oferecer a proteção, pede como contrapartida o respeito às suas normas e à sua liderança no território. Por isso são eles os chamados quando ocorrem assaltos e crimes na região. Em situações de ameaça e violência perpetradas por outros grupos são eles os que defendem a sua ordem local garantindo a segurança das pessoas que lhes são fiéis. O mesmo ocorre com o líder religioso (mãe e pai de santo): ao oferecer a proteção, como contrapartida exige que seus filhos de santo e clientela lhes sejam fiéis frequentando o seu terreiro e cumprindo com suas obrigações seja na oferta de presentes, seja no cumprimento das normas estabelecidas no terreiro, como a presença pontual nas sessões religiosas ou a colaboração na organização das festas e rituais.

Imagino que o exu policial é uma figura particular da configuração social estudada por mim em minha graduação e mestrado. A partir desse contexto social pude observar uma rede mais ampla que envolvia mais grupos e outros mediadores. Sendo assim, me questiono se esse regime de proteção que liga milicianos a um “campo afro-brasileiro”, por meio da pro-

teção que veicula em ambos os campos, pode também ser visualizado de forma mais ampla no Rio de Janeiro, para além da zona oeste da cidade. A minha hipótese é a de que esses regimes de proteção podem ser encontrados também em outros territórios e populações cariocas.

Penso, ainda, que essa rede de proteção que tem sido estruturada por milicianos, agentes religiosos (mães, pais de santo, filhos de santo e seus exus) e pessoas que buscam a proteção em religiões afro-brasileiras, abarca uma rede mais extensa se considerarmos não apenas a figura do exu, do miliciano e da mãe de santo como mediadores; não apenas as religiões afro-brasileiras como elementos simbólicos por onde veicula a proteção e não apenas o contexto de violência da realidade da zona oeste da cidade. Acredito que é possível analisar outros mediadores, outros contextos sociais em meio a outras representações simbólicas com o mote semelhante da busca por proteção.

BIBLIOGRAFIA

- BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- CAPONE, Stefania. **A busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Pallas, 2009.
- ERIKSEN, Thomas Hylland & NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MAGGIE, Yvone. **Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Umbanda**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- MAUSS, Marcel. Os elementos da magia & Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo: Edusp, 1996.
- ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2005. ■

Stephanie Mesquita Assaf

Do objeto ao sujeito

reflexões a partir de uma breve genealogia de anúncios publicitários de condomínios fechados no Brasil

Resumo

A premissa desse artigo é tecer reflexões sobre as relações que acontecem entre objetos e sujeitos que se estabelecem em sociedades subjugadas pelo consumo, dinâmica induzida pelo próprio funcionamento do modo de produção capitalista. Para tanto, articularemos enquanto objetos condomínios fechados brasileiros, e usaremos os empreendimentos/objetos da franquia Alphaville Urbanismo para estudo de caso. Portanto, para que possam ser apreendidas algumas transmutações que se conectam com a configuração de unidade imaginária dos sujeitos, atingidos por essas dinâmicas, usaremos as peças publicitárias vinculadas a esses objetos como forma de apreender alguns aspectos desse processo.

Objeto

Sujeito

Anúncios publicitários

Condomínios fechados brasileiros

Alphaville

Abstract

The premise of this article is to present reflections about the relations that happen between objects and subjects that are established in societies subjugated by dynamics of consumption induced by the very operation of the capitalist way of production. To do so, we will articulate as objects Brazilian gated communities, and use the enterprises of the Alphaville Urbanismo franchise for a case of study. Therefore, in order to be able to apprehend some transmutations that connect with the imaginary unit configuration of the subjects affected by these dynamics, we will use the advertising pieces linked to these objects as a way of apprehending some aspects of this process.

Object

Subject

Advertisements

Brazilian gated communities

Alphaville

INTRODUÇÃO¹

Metonímia é o nome de uma figura de linguagem que envolve substituições de palavras, ou termos sem que, necessariamente, essas resultem em alterações no sentido desses, ou da oração. Tal estratégia pode ser articulada, dentre outras maneiras, pelo emprego de determinada parte que acione características fundamentais de um todo para representá-lo enquanto construção sintática, e explicá-lo considerando aspectos semânticos. O propósito deste artigo, por analogia, é apresentar reflexões tecidas através de um recorte temático específico para construir interlocuções que ilustrem um cenário maior e muito mais abrangente, assim como pode ser operada uma metonímia. Nesse sentido, o recorte de análise aqui é feito em *peças publicitárias de condomínios fechados brasileiros* – selecionadas a partir da década de 1960 até o período atual;² enquanto o “todo”, ao qual essa parte se refere, se relaciona com transformações em construções que ocorrem essencialmente em um campo simbólico, levando em consideração esse mesmo intervalo de tempo e usando como norte dinâmicas que são permeadas pelo consumo.

Jean Baudrillard apresentou, em 1970, na obra *A sociedade de consumo*, a prática do consumo como amálgama estruturante das sociedades ocidentais contemporâneas e como essa se insere em praticamente todos os domínios da vida cotidiana. Para tanto, o autor explicita a importância dos *objetos* (mercadorias) e como esses, nesse contexto, raramente se oferecem de forma isolada e aleatória no mercado, e se configuram como parte de um complexo formado por outros objetos. Esse complexo é supostamente formado por uma coleção de “objetos simples” que são manifestados também através de “encadeamentos de significantes”; portanto, esses elementos são mais complexos do que aparentam ser, o que, inevitavelmente, arrasta “o consumidor para uma série de motivações mais complexas” (BAUDRILLARD, 1995, p.17). Dessa forma, *anúncios publicitários*, assim como outros elementos análogos, servem tanto para manter essa dimensão de totalidade, de conjunto, como para realçar (e comercializar) esse universo de significantes e motivações aos quais permeiam os objetos em questão (e seus consumidores).

1 Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Robert Moses Pechman e Rafael Vidal pela leitura cuidadosa e criteriosa desse texto.

2 Esse marco temporal se aproxima da inauguração dos primeiros empreendimentos reconhecidos pela definição de condomínio fechado que aqui será utilizada, assim como também foi balizado por localizar indícios iniciais de uma aceleração vertiginosa dos processos de urbanização que ocorreram em um contexto nacional.

Não podemos deixar de destacar também que essa intrincada cadeia reúne definições de objeto que podem ser perpassadas para além do sentido estrito desse termo, tal como acionou Baudrillard. Em um entendimento mais abrangente, as denominações possíveis para objeto se estendem a um conceito geral de mercadoria, o que potencialmente envolve tudo aquilo que pode ser comercializado. Nesse aspecto, a referida teoria pode ser expandida e constantemente atualizada pela absorção e análise de elementos, assim como relações mais recentes que surgem como resultado das constantes renovações que ocorrem/ocorreram no funcionamento do modo de produção capitalista, posteriores à sua publicação. Logo, o que pode se ser entendido como objeto pode avançar sobre o espaço das cidades e englobar também conformações espaciais, tais como os condomínios fechados, dentre esse arcabouço.³

Adotaremos aqui uma acepção limitada de *condomínio fechado*, representada pelo agrupamento de parcelamentos de solo executados com restrições de acesso público (o que acontece através de dispositivos físicos), cuja implantação é essencialmente horizontal, e o tipo dominante de ocupação é residencial. Além de que, dentre essa definição, tais assentamentos são orquestrados por empresas ou grupos pertencentes à iniciativa privada – se tornando empreendimentos – e, em sua maioria, direcionados para estratos sociais mais abastados. A proliferação desse tipo de empreendimento ocorreu de forma vertiginosa no Brasil nas últimas décadas, e se tornou questão frequente de análise e produção crítica. Nesse âmbito, esses podem ser abraçados também pela definição de *gated communities*,⁴ em um contexto mais amplo, ou entendidos como pertencentes à categoria de *enclaves fortificados*⁵ (CALDEIRA, 2000). Há certa

3 Não por coincidência, a partir desse intervalo temporal demarcado para apreciação se iniciaram processos que, alimentados por sucessões de crises, resultaram em uma série de renovações no funcionamento do modo de produção capitalista, cuja condição de renovação caótica é natural a este (HARVEY, 2012). Nesse contexto, as transmutações no espaço, e logo nas cidades, se tornaram cada vez mais radicais, intencionando novas possibilidades de acumulação: condição perfeita para o surgimento e expansão desse novo tipo de uso do solo.

4 Segundo Rosa Moura (2006) “Blandy et al. (2003) fazem uma revisão da literatura recente a respeito das *gated communities*, as quais definem como o desenvolvimento de moradias cercadas e muradas com acesso público restrito, frequentemente guardadas sob sistemas internos de TV e/ou segurança pessoal, e usualmente caracterizadas por acordos legais que vinculam os residentes a um código comum de conduta” (MOURA, 2006, p. 45).

5 Teresa Caldeira (2000) anuncia a denominação de “enclave fortificado” que se refere às formas de organização e dinâmicas espaciais baseadas na segregação e restrições em relação ao

consonância, que ronda essa literatura especializada, de que tais formas de conformações espaciais além de essencialmente monótonas, assépticas e totalizantes produzem e reproduzem profundas fraturas nos tecidos urbanos e potencializam a velha segregação socioespacial, tão própria do capitalismo, ainda mais o periférico (CALDEIRA, 2000; MOURA, 2006).

Portanto, da mesma forma como ocorre com outros objetos dentro dessa macrodinâmica retratada, esses objetos-condomínios são constituídos tanto por esses elementos de caráter material apresentados como por aspectos cuja natureza é intangível. No que concerne aos elementos imateriais, esses são estabelecidos essencialmente através de construções simbólicas que podem ser apreendidas, dentre outras possibilidades, a partir da observação de anúncios publicitários. Como forma de organizar, decompor e inclusive simplificar a análise aqui enunciada, iremos destacar dois eixos de análise para essas referidas construções. Dentre esses, o primeiro eixo se relaciona com a constatação da existência de um objeto referência para esse tipo de mercadoria; enquanto o segundo, que mais nos interessa no momento, confluí para a montagem de uma genealogia de alguns dos atributos fundamentais que integram as construções simbólicas que orbitam esse tipo de objeto e dos sujeitos que os consomem, assim como uma possível reconfiguração da natureza dessas ao longo do tempo, observada através desses anúncios.

ALPHAVILLE - PERFEITO PARA VOCÊ VIVER⁶

No que concerne ao primeiro eixo de análise balizado, podemos reconhecer, sem muita dificuldade, como a (hoje) franquía agrupada pela marca *Alphaville Urbanismo* e os empreendimentos que a compõem ocupam posição de destaque entre o conjunto formado pelos condomínios fechados brasileiros e são referência entre estes (CALDEIRA, 2000; DUNKER, 2015). A história do grupo Alphaville foi iniciada tanto com a absorção de uma inspiração de gosto duvidoso⁷ – que resultou em seu nome –

acesso, o que não se resume apenas aos casos dos condomínios fechados, englobando também *shopping centers*, por exemplo.

⁶ A frase em questão encabeça o primeiro resultado da pesquisa on-line para “Alphaville” que direciona o usuário para o site do grupo Alphaville Urbanismo (disponível em: <http://www.alphavilleurbanismo.com.br/>. Acesso em: 14 jan. 2018).

⁷ Alphaville é o nome de um filme noir de ficção científica de 1965, do diretor Jean-Luc Godard, cuja temática central é a luta travada para a destruição da cidade Alphaville, controlada pelo computador Alpha 60. A cidade retratada no filme é ha-

bitada por pessoas sem sentimentos, cujas relações humanas são obviamente limitadas e interseccionadas por esse computador em questão.

como a partir da construção de um empreendimento industrial e sua ramificação residencial adjacente, o que foi possibilitado através de uma aquisição volumosa de glebas nos arredores da cidade de São Paulo, em 1973. O primeiro Alphaville Residencial foi implantado neste referido ano para atender “às necessidades de executivos de empresas instaladas no Alphaville Centro Industrial em Barueri” (ALPHAVILLE, 2018), um distrito industrial vizinho e apresentado como não poluente. Assim, esse primeiro empreendimento residencial fundamentou o que vem a ser atualmente uma franquía, representada por uma marca, e foi um dos primeiros exemplos nacionais entre a categoria aqui acionada, cujas algumas das características essenciais foram replicadas incansavelmente ao longo dos anos.

Mais uma vez podemos resgatar a figura de linguagem reconhecida por metonímia para essa discussão, uma vez que, atualmente no Brasil, falar em Alphaville é também falar de condomínio fechado. Nesse sentido, para que um determinado grupo de objetos seja representado por um elemento (agrupados por essa marca, no caso), podemos aferir que tal processo é tecido de forma muito complexa, mas, por hora, vamos observar e sintetizar alguns dos aspectos que sinalizam ser mais importantes para essa análise. Dentre eles, para além da execução em série, no que abrange um campo material, de características que são essenciais tanto para esse tipo de ocupação quanto próprias dessa franquía/marca, podemos observar como certa unidade dentre a construção simbólica desses objetos se faz fundamental. Para conseguir essa coesão, em um aspecto imaterial, percebemos que objetos complexos são reduzidos e simplificados, representados por alguns de seus atributos, o que potencializa a criação e propagação desses aspectos simbólicos para assimilação de diversos atores, como aqueles que podem compor um universo de consumidores.

Em relação ao potencial de “impacto” desses objetos reunidos pela marca Alphaville, segundo Christian Dunker, tais empreendimentos ainda podem ser percebidos enquanto parte da representação de “um sonho de consumo para as classes altas e as novas classes médias em ascensão” (DUNKER, 2015, p. 49), o que extrapola o fato de que esses são referências entre o grupo composto por objetos de mesma natureza. Ainda parece ser razoável ampliar em outra direção a abrangência dessa afirmação de Dunker (2015) para um espectro geral da sociedade brasileira, além dos

bitada por pessoas sem sentimentos, cujas relações humanas são obviamente limitadas e interseccionadas por esse computador em questão.

estratos sociais mencionados. O que expande, além da categoria, o grupo atingido por essa construção simbólica desses objetos, uma vez que o objeto, enquanto um bem material em si, não é acessível na mesma proporção.

A divisão dessa apreciação em dois caminhos acontece apenas para facilitar a análise apresentada, uma vez que cada eixo dessa divisão aqui acionada está relacionado diretamente ao outro. A partir do consentimento de que os empreendimentos pertencentes à marca Alphaville podem ser articulados como metonímias, iremos avançar a discussão em direção às peças publicitárias articuladas para esses objetos em questão.

“A ALMA É O SEGREDO DO NEGÓCIO”⁸

Tal frase foi originalmente publicada como parte da narrativa que compõe a história do Alphaville Urbanismo, divulgada no endereço eletrônico do grupo, sendo atribuída ao fundador do mesmo. Entretanto, essa poderia, com ligeiras adaptações, compor alguma peça publicitária de qualquer empreendimento da franquia. É interessante observar que, ao contrário de um mágico desacreditado ao ser descoberto em seus truques, o efeito e o sucesso do “negócio” não se desfaz ao ser supostamente revelado, uma vez que o segredo desse reside na “alma”, a despeito do que isso signifique. Nesse contexto, essa ampla categoria – alma – pode ser interpretada vinculada tanto ao sujeito da oração – o negócio – e ao que ele se refere – os empreendimentos, os objetos; quanto ao sujeito percebido enquanto pessoa, situado externo a essa oração, aquele que ocupa a posição de consumidor para o objeto; assim como essa também pode estar arranjada de forma ambígua: fazendo alusão aos dois elementos, o que deixa essa revelação não tão clara quanto parece ser à primeira vista.

Observando a noção de alma como diretamente relacionada ao sujeito dessa oração, retornaremos ao que foi anteriormente discutido aqui, mas com a ressalva de que estamos transferindo um conceito originalmente atrelado a elementos vivos para objetos. Por motivos de simplificação, lidaremos com “negócio” enquanto conjunto que reúne dinâmicas que envolvam esses empreendimentos, e, logo, objetos; assim como trataremos como a “alma” desses

objetos, que por natureza são inanimados, como uma espécie de “essência” desses. Desse modo, podemos alinhar a discussão com o que foi já apresentado na seção anterior, e arrematar que tal alma, flexionada no singular, não por acaso constitui o que notificamos como matéria-prima tanto desses “objetos-referência”, inclusos no grupo Alphaville, como de seus pares. Através de certa padronização dos empreendimentos entre a franquia, assim como pela representação desses através de alguns atributos essenciais que possam caracterizá-los, e com o respaldo de uma marca, podemos tecer uma construção simbólica coesa – uma alma – desse tipo de objeto agrupado pelo selo Alphaville. Essa construção poderia operar enquanto constituinte da “alma” que se configura como um dos “segredos do negócio”.

Dessa forma, podemos continuar a discussão no sentido de que não apenas as almas dos objetos, mas também dos sujeitos que os consomem, precisam ser edificadas e acessadas através de dinâmicas que tornem os objetos desejáveis e os sujeitos consumidores desejantes, no contexto aqui tratado. Já apresentamos, ao longo do texto, algumas estratégias para se construir a “alma” desses objetos, mas e dos sujeitos? Seriam as “almas” destes necessárias e contabilizadas ao que estabelece o “segredo do negócio”?

Como tentativa de responder a essa questão, mais uma vez expandiremos a construção do que estamos chamado de alma, independente da intenção original de quem pronunciou a frase que intitula essa seção. Para tanto, iremos incorporar a definição dada por Riobaldo, personagem central de *Grande Sertão: Veredas*, em muitas de suas indagações a respeito da validade de seu pacto egresso firmado com o diabo, que declara que “para o prazer e para ser feliz, é que é preciso a gente saber tudo, formar alma, na consciência; para penar, não se carece” (ROSA, 1982, p. 292). A alma, evocada por Riobaldo, além de constituir consciência, é mecanismo de acesso para a felicidade (ao que se refere aos sujeitos de carne e osso).

Entretanto, podemos expandir a reflexão do personagem e fazer suposições sobre como pode ser acessada a consciência que abriga essa alma, e como esse conflui para o acesso do “prazer” e da felicidade. Assim, podemos mais uma vez direcionar o olhar para o nosso recorte de análise e entender as peças publicitárias, e seus elementos análogos, como poderosos mecanismos de acesso às almas dos sujeitos. Nesse sentido, essa construção se alinha com a fala de Sarti e Tfuni referente aos “slogans ou outras peças discursivas que corporificam a publicidade” nas quais o protagonista, em primeira instância, é reconhecido mais como “a unidade imaginária dos sujeitos, sua identidade, do que o produto anunciado em sua uti-

⁸ Frase retirada da seção “Nossa história”, pertencente ao tópico “Sobre nós”, encontrado no portal on-line do grupo. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/experiencia-alpha>. Acesso em: 19 jan. 2018.

lidade” (SARTI; TFUNI, 2013, p. 268). Ou seja, essa “unidade imaginária dos sujeitos” pode ser entendida como elemento fundamental acionado para o consumo de objetos, além das construções imateriais que rodeiam os objetos em si.

Ainda nesse sentido, em sua famosa aula “Subjetividade e verdade”, Michel Foucault dialoga sobre como o poder se constitui em “relações complexas”, relações cuja eficiência está relacionada “à integração de estruturas de coerção e das tecnologias do eu” (FOUCAULT, 1993, p. 207). Ambas estruturas formariam o que o autor nomeia como da formação do sujeito nas sociedades ocidentais, sendo que as “estruturas de coerção” são o que fundamentam uma “sociedade disciplinar”, ao passo que essas tecnologias do eu seriam o que ocorre:

[...] em todas as sociedades, existem outros tipos de técnica, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se [...]. Chamaremos a estes tipos de técnicas ou tecnologias do eu. (Ibid.)

Acrescentando a noção do consumo como integrante desse arcabouço citado, podemos entender como os elementos que rodeiam a construção desses anúncios publicitários podem ser classificados e inclusos entre as estratégias de aplicação dessas “tecnologias do eu”: transformando e operando sobre os sujeitos de maneira a modificá-los e conduzi-los em determinadas direções.

BREVE GENEALOGIA DOS ANÚNCIOS

Partiremos, então, para a análise das construções dessas narrativas publicitárias que envolvem tanto os objetos, mas, principalmente, os sujeitos que os consomem, através de um breve exame de anúncios desses empreendimentos imobiliários, a partir do período de interesse. Para tanto, iremos dialogar apenas com as peças publicitárias dos empreendimentos que integram a franquia Alphaville, pelos motivos anteriormente expostos. Nesse sentido, os anúncios dos primeiros empreendimentos Alphaville, aqui observados, foram retirados da obra *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* (publicada em 2015) do psiquiatra Christian Dunker, já os anúncios mais atuais foram extraídos do portal on-line do Grupo (2018). Os anúncios mais antigos,

que abrangem peças publicitárias de condomínios das décadas de 1970-80, são compostos por construções simples proferidas por pequenas frases de efeito. Na fonte utilizada não há menção aos meios nos quais esses circulavam, assim como se eram compostos apenas por frases, ou também contavam com imagens. Logo, as observações aqui apresentadas focam apenas nesse conteúdo textual, apesar de que tanto o contexto de exposição quanto possíveis complementos deste também se configurariam como materiais riquíssimos para estudo e potencializariam a análise tecida aqui. Assim, como exemplo desse conteúdo, podemos observar as seguintes frases:

“Portal do Morumbi. Aqui todo dia é domingo.” (1975)

“Granja Julieta. Vá lá e more feliz.” (1976)

“Desperte o homem livre que existe em você. Mude para a Chácara Flora” (1989)

(ALPHAVILLE, s.d *apud* DUNKER, 2015, p.49)

Essas curtas frases publicitárias, formadas por verbos no modo imperativo e por expressões de efeito, têm em comum a promessa de felicidade atrelada a um novo estilo de vida: redescoberto, “desperto”, a partir da superação de outros modos de sociabilidade em crise. Paradoxalmente, o “homem livre” interior é prometido de ser acordado em um espaço murado e vigiado, longe de qualquer heterogeneidade. Nesse contexto, o que é acionado está mais para essa “unidade imaginária dos sujeitos” do que qualquer atributo dos objetos em si.

Podemos ver também que, de forma geral, a evidente repetição de padrão temático nessas peças parte da consolidação da ideia de uma alienação prévia de uma experiência urbana agradável e positiva, articulada com a perspectiva de reconstrução da mesma, a partir da possível vivência nesses lugares. A possibilidade da aquisição de uma outra forma de existência, longe das metrópoles degeneradas, apareceu (e ainda aparece) forte e frequentemente invocada como uma das estratégias centrais de promoção desses objetos/lugares/empreendimentos. Assim, segundo Dunker, “o apelo à vida em forma de condomínio baseia-se, como os antigos leprosários e hospícios, na promessa de recuperação e reconstrução da experiência perdida” (2015, p. 52).

Esta experiência perdida pode ser localizada ainda entre um contexto mais amplo que envolve a já mencionada reestruturação/crise no modo de produção capitalista – em uma escala global –, assim como

a rápida e crescente expansão das cidades brasileiras. Esses processos foram constituídos também por uma intensificação da conjuntura de caos e fragmentação relacionados aos meios urbanos: transformados materialmente, como na vivência, e simbolicamente em cenários de crescente violência e desordem. Tais transformações também foram acompanhadas fortemente por discussões, representações e narrativas sobre as cidades, e logo sobre o estilo de vida urbano, permeadas por atributos cuja interpretação é essencialmente negativa, o que fez proliferar em massa discursos com essa carga sobre essas. Discursos esses que, segundo Henri Acselrad, envolvem desde crises no geral, como “violência, degradação paisagística e ambiental, decadência de infraestruturas, carência habitacional” (ACSELRAD, 2004, p.26), dentre outras mazelas. Em uma espécie de contrapartida, os discursos publicitários aqui analisados, em primeira instância, dialogam e se opõem diretamente a esse contexto demarcado como negativo, apresentando “soluções” a partir do resgate dos sujeitos em direção aos objetos em questão.

Ainda que não apareça diretamente nos exemplos aqui selecionados, podemos destacar, utilizando como recorte o período que envolve os primeiros empreendimentos dessa forma até aproximadamente os anos 2000, como a promessa de *segurança* também se tornou um grande atrativo, se não um dos principais, vinculados aos anúncios que rondam esse tipo de empreendimento. Sendo que a segurança – para além de um atributo – pode ser perfeitamente reproduzida espacialmente: a partir do isolamento físico e da implantação de elementos de defesa (tais como muros, grades e câmeras), tal qual ilustra o modelo do panóptico apresentado por Foucault (1987). Tereza Caldeira (2000) apresenta a questão da segurança como um dos principais elementos utilizados pela publicidade nesses contextos, especialmente a partir das décadas de 1980-90, na qual essa se torna “uma das principais obsessões de todos os envolvidos” (2000, p. 263).

Enquanto um atributo simbólico, “segurança” pode ser lido como uma espécie de chamariz, como um elemento que faz parte da artilharia que compõe a empreitada de resgate desses sujeitos para articular uma nova construção desses. Assim, apesar do caos detectado nas cidades, pode haver paz e felicidade em outros lugares; para além do sujeito degenerado, existe o “homem livre”. A unidade imaginária desses sujeitos é acionada a partir da diferenciação desses daqueles que ficam condenados a viver nesse meios urbanos e degradados. Nesse contexto, não há nenhum problema relacionado com a fragmentação dos cenários urbanos, muito pelo contrário. Uma vez

que o interesse não está no combate dessa ruptura e segregação socioespacial, mas sim em destacar esse processo, ainda que indiretamente, para que o acesso ao lado “bom” se torne mais urgente. A partir disso, esses sujeitos que podem acessar tal privilégio são passíveis de constituírem-se enquanto “homens livres”, felizes, em oposição àqueles que não.

Ao longo do tempo, derivações desse estilo discursivo e dos atributos acionados nessas narrativas foram assimiladas e substituídas, afinadas com a “necessidade” e com a demanda. Conforme avançamos para o limite do recorte temporal desses anúncios, previamente mencionados – o mais recente é de 1989 –, podemos perceber a superação de certa síntese e simplicidade discursiva, em comparação ao que o grupo Alphaville oferece atualmente: peças publicitárias cujos discursos (e estratégias) são muito mais complexos. Como exemplo dessa constatação, temos o seguinte trecho extraído do portal on-line do Grupo, de 2018:

Alphaville Urbanismo cria espaços para se viver bem. Espaços onde projetos e sonhos se tornem realidade. Onde vizinhos formem verdadeiras comunidades. Onde zelar pelo meio ambiente seja tarefa e direito de cada um (ALPHAVILLE, 2018).

Podemos assimilar, mesmo nessa pequena frase, o emprego de construções simbólicas mais abrangentes e sutis, englobadas dentro das conformações possíveis do “viver bem”. Tais construções condizem com, e reproduzem, o padrão de alienação/resgate de uma boa experiência urbana, e continuam a empreitada de acesso dessa unidade imaginária dos sujeitos a partir dessa operação de resgate. Há também uma sinalização de uma possível mudança de estratégia para despertar sentimentos de diferenciação em relação àqueles sujeitos largados à mercê das cidades e toda degradação que está presente nessas. Aqueles que, ao se retirarem desses cenários de caos, podem se reunir e serem presenteados por sentimentos de coesão social, de unidade de vizinhança, o que inclui a suposta formação de “verdadeiras comunidades”. Nesse sentido, uma possível restauração de uma ordem social fragmentada é representada não apenas pela proteção física, ou pela homogeneidade social, ou a partir da construção de uma boa experiência nas cidades, mas também é amalgamada pela existência de discursos e objetivos comuns entre os sujeitos que a compõem. Discursos esses que, no caso, articulam o meio ambiente e seus correlatos como “temáticas unificadoras” (ACSELRAD, 2004, p. 28).

Merece destaque que, nesse contexto, tais cons-

truções simbólicas de meio ambiente e seus pares, como natureza, são erguidas pelo processo de assimilação de elementos complexos e multifacetados; normalmente achatados por categorias vazias e singulares que podem ser “socialmente mobilizada(s), economicamente incorporada(s) (commoditizada) e fisicamente metabolizada/transformada(s) em suporte” (SWYNGEDOUW & KAIKA, 2014, p.3). Olgária Matos apresentou algumas prospecções históricas de construções de narrativas e conceitos sobre “natureza”. Distante da “physis grega” e da “natura medieval”, encontramos nas construções atuais uma conversão dessa categoria como “espaço quantificável, geométrico e infinito” (MATOS, 2001, p.2). Essa “conversão” ocorre em direção a uma “mobilização social” em que as diversas naturezas possíveis precisam ser achatadas pelo singular, esvaziadas e distanciadas de:

naturezas que existem materialmente, que são complexas, caóticas, muitas vezes imprevisíveis, radicalmente contingentes, historicamente e geograficamente variáveis, arriscadas, modeladas em formas infinitamente complexas, e ordenadas ao longo de estranhos atratores (SWYNGEDOUW, KAIKA, 2014, p. 6, tradução da autora).

Tal empreitada é conveniente não apenas para obliterar e domesticar toda complexidade desses elementos aqui acionados, mas funciona também para destacar e manter essa fragmentação social e, mais uma vez, para reforçar construções subjetivas a partir da diferenciação entre aqueles que consumiram o objeto anunciado, e agora “esverdeado”, daqueles que não o acessaram. Assim, essa estratégia de apropriação e apagamento de complexas realidades pode ser reproduzida sobre outras assimilações, que não necessariamente as tratadas aqui, podendo ser transferida para outros elementos com o mesmo objetivo. O que deixa em aberto tanto discussões sobre novas possíveis estratégias e elementos a serem capturados em prospecções futuras, para além do “esverdeamento” desses objetos em questão, como reflexões a respeito das construções simbólicas dessa naturalização de invisibilidade e insensibilidade às desigualdades nesse contexto.

Ainda observando esses objetos atualmente “esverdeados” a partir dos seus anúncios publicitários, podemos analisar – através do exame de um pequeno trecho de um anúncio do empreendimento Alphaville Minas Gerais, encontrado no endereço eletrônico do grupo – outra referência ao “meio ambiente”:

Respeito ao meio ambiente, refinamento técnico, perfeição no acabamento e baixo custo de manutenção são compromissos na execução das obras (ALPHAVILLE, 2018).

Apesar da mencionada falta de profundidade dessas construções que envolvem tanto natureza como meio ambiente, socialmente elas possuem carga simbólica essencialmente positiva. Assim, a associação da marca (e dos empreendimentos) Alphaville com essas construções resulta em um empréstimo dessa carga, o que, diga-se de passagem, é extremamente benéfico para o Grupo (e seus objetos) econômica e simbolicamente. Paradoxalmente, as construções simbólicas que permeiam os sujeitos, nessa dinâmica, operam sobre mecanismos, a princípio, opostos. Se a natureza é apresentada como um elemento diferencial, quase que exclusivo, podemos perceber a repetição desse mesmo discurso em outros campos, especialmente no que inclui cenários urbanos, como fundamentais para potencializar a criação de pacotes de sobreinvestimentos simbólicos, articulados para a construção de subjetividades coletivas conectivas. O que dialoga com a posição de AcseLRad que pronuncia essa estratégia como parte da criação de um “pensamento único urbano” que “exige das cidades que estas se ajustem aos propósitos tidos como inelutáveis da globalização financeira” (ACSELRAD, 2007, p.5).

Esse “pensamento único urbano” seria consolidado pela criação de consensos, que, no caso, não seriam resultados de negociações justas entre diversos agentes e interesses, mas estariam postos “pelo compartilhamento de uma experiência urbana suposta comum e indivisível” (VAINER, 2000, p.117). Assim, natureza e seus pares são articulados enquanto “atributo(s) simbólico(s) adicional(is) para a competição interurbana, desenvolvida através do marketing de cidades” (ACSELRAD, 2007, p.8) e dos lugares/objetos dessa espécie. Essa captura desses elementos é essencial para manter as assimetrias e desigualdades que geram esse modelo de cidade, desigual e fragmentado, tão próprio da anatomia do modo de produção capitalista. Logo, apesar de uma aparente coesão dentro do uso repetido da natureza enquanto atributo, esse uso opera mais enquanto uma união de iguais, iguais esses inseridos em estratos sociais mais abastados. O que reforça mais uma vez a diferenciação como estratégia fundamental para acionar e constituir a unidade imaginária dos sujeitos inseridos nessa dinâmica. Não por coincidência a construção que afeta esses sujeitos é bastante similar à natureza dos objetos aqui analisados.

REFLEXÕES FINAIS

Essa pequena reflexão é iniciada por uma decomposição do processo de constituição desses objetos específicos, os condomínios fechados, inseridos em um contexto de análise recortado em determinado tempo e espaço. Entretanto, acionados enquanto metonímias, o que se percebe, a partir dos anúncios publicitários como plano de fundo, é um deslocamento. Deslocamento esse que ocorre como norma, considerando o contexto de sociedades margeadas pelo consumo (logo, integradas ao modo de produção capitalista) do objeto para o sujeito.

Apesar da anatomia, e das peculiaridades dos objetos serem relevantes nessa dinâmica, o que atualmente predomina nessas não reside no valor de uso, troca, ou inclusive nos aspectos simbólicos desses, mas sim em como uma unidade imaginária dos sujeitos é acionada. Apesar de termos tecido algumas estratégias, não sabemos ao certo as consequências dessas construções e como essas podem se transfigurar ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. “Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana”. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, jul./dez. 2004, pp.25-38. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/henri.pdf. Acesso em: 3 fev. 2019.
- _____. Vigiar e unir – a agenda da sustentabilidade urbana?. **Revista VeraCidade**, ano 2 2, n. 2, – jul. 2007.
- _____. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Revista Sociologias**. v. 16, n. 35 (2014).
- ALPHAVILLE URBANISMO. **Valores da empresa**. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/>. Acesso em: 2 jan. 2018.
- _____. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/experiencia-alpha>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- _____. **Alphaville Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.alphaville.com.br/residencial/alphaville-minas-gerais>. Acesso em: 19 jan. 2018.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, Ed.: Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRAND, Peter. The environment and postmodern spatial consciousness: a sociology of urban environmental agendas. **Journal of Environmental Planning and Management**, Newcastle: University of Newcastle, v.42, n.1, p.631-648, set. 1999.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015, v. 1, 413 p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. Verdade e subjectividade (Howison Lectures). **Revista de Comunicação e linguagem**, n. 19. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 203-223.
- MATOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade. Conferência apresentada no IV Encontro de História Oral da Regional Centro-Oeste, realizado em Brasília/DF, em abril de 2001.
- MOURA, Rosa. Um ensaio sobre o controle da cidade e do cidadão contemporâneo. In: **Cidades**, v.3, n.5, 2006, p. 37-66.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.
- SARTI, Milena Maria; TFOUNI, Leda Verdiani. Por uma língua-objeto: o avesso do gozo na cultura de consumo. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XVI n. 2 jul/dez 2013, p. 267-282.
- SWYNGEDOUW, Erik; KAIKA, Maria. Radical urban political-ecological imaginaries. Planetary urbanization and politicizing nature. **Eurozine**, 2004. Disponível em: <http://www.eurozine.com/radical-urban-political-ecological-imaginaries/>. Acesso em: 3 fev. 2019.
- VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. ■

Rafael Ferreira de Souza

Lugares abandonados

decadência urbana e desolação na cidade

Resumo

O presente artigo pretende elaborar uma reflexão crítica acerca dos lugares abandonados, buscando uma compreensão sobre o esfacelamento do corpo edificado na malha urbana da cidade, a degradação do espaço construído, suas origens e o significado simbólico-representativo na representação imagética da cidade, no cognitivo da memória urbana. O estudo será estruturado a partir de uma introdução e o subsequente desenvolvimento de três partes, a saber: (i) processos e rupturas, (ii) representação simbólica do abandono, (iii) espaços liminares e o movimento Urbex, seguido por uma conclusão final. Utilizando como diretriz fundamental um pensamento crítico acerca do processo de decadência urbana, opto por uma abordagem de valoração do abandono em seu interstício, almejando entender a presença inegável das ruínas na morfologia urbana e, por conseguinte, na composição da estética da cidade. Desta forma, percebendo-se o arruinamento como parte componente da identidade cultural lograda na apreensão dos espaços construídos da urbe.

Lugares abandonados

Decadência urbana

Representação simbólica

Ruínas urbanas

Espaços liminares

Abstract

The present article intends to elaborate a critical reflection on abandoned places, seeking an understanding about the shattering of the built body in the city's urban network, the degradation of the built space, its origins and the symbolic-representative meaning in the imaginary representation of the city, in the cognitive urban memory. The study will be structured from an introduction and the subsequent development of three parts, namely: (i) processes and ruptures, (ii) symbolic representation of abandonment, (iii) liminal spaces and the Urbex movement, followed by a final conclusion. Using as a guideline a critical thinking about the process of urban decay, I opt for an approach of valuing the abandonment in its interstice, aiming to understand the undeniable presence of the ruins in the urban morphology and, consequently, in the composition of the aesthetics of the city. In this way, perceiving the ruin as part of the cultural identity achieved in the apprehension of the built spaces of the city.

Abandoned places

Urban decay

Symbolic representation

Urban ruins

Liminal spaces

INTRODUÇÃO

O que nos diz o atual cenário de desamparo de inúmeros locais e construções em diversas cidades do mundo? Qual seria a incapacidade das sociedades atuarem de maneira eficaz na reversão de um processo de abandono brutal que assola nossos espaços? Numa dialética entre o passado e o presente, uma incógnita que paira no imaginário, permeada de assombro, nos comunica a dissolução de ciclos de prosperidade que por motivos econômicos, por desastres ambientais, guerras ou por entraves burocráticos, interrompem a vida e “progresso” do ambiente construído. A osmose de contaminação da decadência se espalha e o que nos resta são locais esquecidos pela sociedade e renegados ao acaso, que se deterioram em estados tão extremos que em sua maioria são irreversíveis.

Contudo, esses cenários, essas paisagens da desolação, essas antiestructuras são providas de grande poder simbólico-representativo e como uma fratura exposta do sistema capitalista industrial, financeiro e especulativo estampam a problemática urbana em sua fissura maior, a decadência e o colapso das estruturas.

Esse lapso de tempo que engendra uma nova configuração estética faz das ruínas¹ urbanas um reprodutor imagético de impacto e seu papel na memória coletiva urbana se torna afirmativo.

As construções arquitetônicas em ruínas de áreas consideradas como “cidade marginal”, aquela que perdeu sua função, seu uso, sua importância e que agora é palco de subversão, perigo, a famigerada “cidade esquecida” ou os vazios urbanos, irrompem em nossa paisagem e para além das tímidas iniciativas do urbanismo tático (considerando o seu uso momentâneo por aqueles que os exploram), esses lugares seguem moribundos em um rumo perempto, até que o interesse do capital volte a circundá-los (obstinando sua demolição) ou que ocupações voluntárias tomem corpo, se tornando assim, nesse interstício, um espaço residual vazio.²

1 A palavra ruína é comumente empregada como forma de definir edificações velhas e abandonadas, sem uso e depreciadas pelo tempo. As ruínas fazem parte da paisagem cultural das cidades sendo testemunhas do tempo e patrimônio cultural da população (BORGES et al., 2014, p.1).

2 Os espaços residuais são os vazios, construções abandonadas, espaços públicos abandonados, vãos entre as edificações, recortes, sobreposições, dobras e fissuras impressas no território, pelos sistemas de circulação, pelo zoneamento e planejamento urbano, pelo crescimento explosivo, pela atuação da especulação imobiliária e pela constante valorização, desvalorização e revalorização de regiões urbanas (RAMOS, 2009, p.12).

PROCESSOS E RUPTURAS

O surgimento e o desaparecimento das cidades ao longo da história demonstram como as constantes mudanças das atividades locais de sua população e de seu modo de vida, bem como a integração e consequente influência de seu entorno, do meio ambiente e de todas as relações de forças que compõem uma localidade podem proporcionar guinadas para novos rumos, nem sempre de prosperidade e progresso. Nesse sentido, o trabalho milenar do campo científico da arqueologia nos traz uma compreensão clara das vicissitudes das cidades no decorrer do tempo, onde as escavações nos revelam camadas sobrepostas de antigas civilizações e seus locais de habitar.

Ao longo do tempo, lugares foram sendo abandonados pela população em diversos locais do mundo por razões distintas e que capitanearam um processo irrefutável de decadência nas cidades. Por vezes a esfera econômica, outrora desastres ambientes (tanto naturais como os induzidos pelo mau uso e negligência humana) foram o embrião do abandono. Esse efeito dominó causou o colapso de estruturas espaciais (estruturas essas que se amalgamam às também multifacetadas estruturas sociais e econômicas) e a capacidade de reverter esse cenário mostrou-se totalmente refutada.

A cidade norte-americana estadunidense de Detroit, no estado de Michigan, talvez seja o postulado mais universal da derrocada do capital que causou um abrupto esfacelamento das estruturas de uma das maiores cidades dos Estados Unidos da década de 1970, berço da indústria automobilística, que viu seu rumo mudar drasticamente com a mudança do setor produtivo para o Japão e para a Alemanha, entrando assim em uma vertiginosa decadência da malha urbana construída, como consequência direta do forte declínio econômico. Apesar de atualmente haver um movimento de recuperação e regeneração através principalmente de iniciativas pautadas em atividades culturais e até mesmo de uma nova onda de turismo alimentando a cidade, ainda assim o cenário desolador assola grande parte do tecido urbano, incluindo inúmeros prédios históricos de renome internacional como a antiga estação central de trens, a Michigan Station.

Ainda na seara do declínio econômico, temos em solo nacional um curioso exemplo na cidade de Fordlândia, no estado da região norte do país, o Pará. No final da década de 1920, o então homem e empresário mais rico do mundo Henry Ford, dono também da maior indústria automobilística, resolveu se aventurar por terras brasileiras com o intuito de produzir

borracha para pneus.³ Após quase duas décadas de investimento maciço tanto na construção da cidade como de suas fábricas e plantações de seringueiras, seu projeto urbano na selva amazônica chegava ao fim com a devolução do território ao governo brasileiro e a conseqüente decadência e o abandono quase que completo de toda a estrutura edificada. O principal fator para a derrocada foi a incapacidade de entender o bioma local e as necessidades plurais para fazer resplandecer a produção do látex extraído das citadas seringueiras.

No que tange aos desastres ambientais, inúmeros casos poderiam ilustrar nosso estudo, mas como o intuito não é a realização de pesquisas históricas, e sim uma reflexão crítica da representação simbólica, buscarei apenas salientar casos notáveis para maior entendimento desses processos de rupturas.

No livro *Cidades mortas*, o autor Mike Davis conduz um relato apocalíptico das mazelas que nossa sociedade vem causando ao meio ambiente. Falando sobre lugares abandonados do estado americano de Nevada, onde no período da Guerra Fria foram realizados inúmeros experimentos bioquímicos, enormemente prejudiciais tanto à população como ao meio ambiente, o autor relata:

Meia dúzia de ranchos abandonados, agora cheios de mato seco, é tudo que resta dos imigrantes que trabalhavam na tecelagem de algodão inglesa [...]. A cidade fantasma de Iosepa, ali perto, testemunha o sofrimento de várias centenas de nativos havaianos convertidos, chegados uma geração depois, que lutaram contra a seca, a saudade de casa e a lepra (DAVIS, 2007, p.68).

Ainda nos Estados Unidos a cidade de Centralia, no estado da Pensilvânia, foi palco de um acontecimento peculiar. A cidade era um local de exploração de minério e também possuía um aterro sanitário para lixo. Em uma das queimadas deste lixo residual um fogo se alastrou por antigas camadas subterrâneas da área mineradora, que a princípio já haviam sido isoladas, e gradativamente o solo da cidade começou a rachar e a erupção de fogo pelas rachaduras no terreno causou espanto e pânico na população local. Apesar de algumas ações do poder público em tentar conter o desastre, sua eficácia foi quase nula e lentamente a cidade foi sendo despovoada, se tornando

uma cidade fantasma.⁴

Por último, não podemos deixar de aludir ao catastrófico desastre nuclear ocorrido na usina nuclear de Chernobil, no ano de 1986, que culminou no abandono de uma das cidades mais prósperas da Ucrânia, chamada Pripjat, que havia se desenvolvido e se consolidado economicamente graças à referida usina e que atualmente é apenas um território fantasmagórico, assombrado pelo passado impiedoso de arruinamento ambiental com altos índices de radioatividade.

REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO ABANDONO

A imagem do abandono e de ruínas sempre esteve presente no imaginário dos povos. Desde a Idade Média, quando a concepção de patrimônio começou a ganhar representatividade entre intelectuais, arquitetos, médicos e arqueólogos e as conhecidas expedições para reconhecimento e registro de ruínas começaram a se propagar (CHOAY, 2006), a temática supracitada obteve espaço nos diálogos e discussões acerca da representação da cidade em seu estado de decadência.

Já no século XVIII, na Europa, existiam os amantes das ruínas e suas imagens pitorescas, inúmeros pintores registraram trabalhos com um viés romântico da arquitetura abandonada. Mais tarde, com o advento da fotografia, as ruínas ganharam novos significados imagéticos e começaram a aparecer em diversos ensaios em formas de documentários, principalmente nos destroços urbanos do pós-guerra, e ainda mais recentemente com a fotografia digital uma miríade estética do abandono perfilou o mundo virtual. (KUSHINSKI, 2016).

No livro *O espelho das cidades*, o sociólogo e filósofo francês Henri-Pierre Jeudy ressalta:

Os fotógrafos procuram na maioria mais das vezes, ao menos em nossa época, fazer falar o que a cidade parece esconder. Bom número deles insistem nos “não lugares”, nos territórios indefiníveis, continuam fascinados pelos “entre-dois-espacos”. Captam imagens parecidas com “montagens naturais”, que associam “fragmentos de realidade” a fim de provocar e manter uma sensibilidade própria das aparições insólitas (JEUDY, 2005, p. 82).

3 CANAL BRASIL. Fordlândia. (2008). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

4 COWEN, Richard. The “Saga” of the Centralia, PA Underground Mine Fire. (s.d). Disponível em: <<http://epidote.wvgs.wvnet.edu/enviro/centralia.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

No entanto, a concepção de ruína apenas como sítio ou arquitetura histórica destruída pelo tempo não seria apta para essa abordagem e sim um alargamento da ideia de abandono que contemple não somente lugares históricos, mas também concretudes arquitetônicas espaciais contemporâneas, que ainda não tiveram um acúmulo de tempo necessário para que se adense a crosta de poeira contida na ruína. Como salienta a doutora em comunicação e cultura pela Universidade de York de Toronto no Canadá Alysse Kushinski, “[...] coisas são descartadas, sítios são abandonados, muito antes de se tornarem inteligíveis dentro da semiótica da ruína clássica” (KUSHINSKI, 2016, p.04. Tradução nossa).

Mas afinal o que nos comunica a imagem do abandono? A imagem em si pode se tornar estéril se a apartarmos de seu locus, as paletas de cores e efeitos de luz e clareza ou a decrepitude adaptada às diferentes plataformas de representação da imagem do abandono (pinturas, vídeos, artes visuais, fotos analógicas, fotos digitais, entre outras) podem desviar o cerne reflexivo de seu âmago emancipatório do tempo e do espaço. Através desta perspectiva, compreendo que a visita in loco é o instrumento de captação mais eloquente por englobar uma percepção holística, na qual os sentidos (visão, audição, tato) se amalgamam, gerando uma peculiar maneira de se apreender o entorno e seu potencial comunicativo. Esses ambientes fantasmagóricos se comunicam através dos ventos, dos uivos de peças metálicas entrecortadas por paredes destroçadas, pela concretude arrasada incapaz de se consolidar com um parâmetro normativo de concepção urbano-arquitetônica. Os lugares abandonados condensam em sua imagética toda uma gama de sentidos impossíveis de serem verificados em qualquer outro ambiente. A ausência de pessoas nesses locais corrobora ainda mais para uma percepção arguta desses fragmentos urbanos; o silêncio que nos arrebatava se mistura com um assombro ilusório da possibilidade de risco e perigo; nosso entendimento então é perpassado por névoas de contorção de referências antes apenas abstratas e agora palpáveis. Afinal, na doutrina de alicerçamento da estética da cidade não nos ensinaram a observar a decrepitude como parte fundante desses espaços residuais, desses desertos urbanos.

Destarte, seria sensato de nossa análise perceber a ruptura que os espaços urbanos vêm sofrendo com o abandono da centralidade setorial dos espaços típicos da sociedade industrial moderna para a descentralização do espaço urbano na pós-modernidade (promovida pela amplitude da mobilidade urbana dos meios de transportes e sua extensa rede urbana de fluxos integrados, bem como da comunicação digital de alta

velocidade da hipermidia e de seus serviços em geral), contudo também pelo próprio *modus operandi* do capitalismo, o “progresso” e o movimento característicos de nossa sociedade capitalista contemporânea seriam assim a assertiva de uma nova forma de acumulação de capital flexível (sociedade da informação), fazendo da ruína um testemunho inscrito deste brutal movimento na paisagem urbana das cidades. A hiper mobilidade do capital dá suporte ao arruinamento intensificado do espaço edificado que será a expressão no corpo das cidades desta dialética do progresso. Essa nova maneira fragmentada de construção dos espaços urbanos engendrou também uma descentralização da subjetividade e da representação imagética da cidade e, portanto, se faz necessário uma postura não hegemônica e plural na concepção estética da urbe. Segundo Henri-Pierre Jeudy: “A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida” (JEUDY, 2005, p.81).

A representatividade simbólica dos lugares abandonados resplandece no contexto da sociedade contemporânea pós-industrial, mesmo que estes lugares sejam repudiados pelo interesse do capital especulativo e pela maioria da população. Essas ruínas urbanas do presente não são invisibilizadas do espaço cidadão. Sua presença marcante como cicatrizes no território habitado enuncia novas perspectivas no entendimento da cidade.

Os lugares abandonados são renegados pelos olhares cidadãos; eles são alvos de críticas de especuladores imobiliários e agentes do capital e também do poder público que aguardam impacientemente sua demolição para dar lugar a uma futura renovação urbana. Mas, no interstício de sua existência, esses lugares de desolação ainda integram o ambiente e o espaço da cidade.

Mesmo que considerados e apreendidos como espaços transitórios, sua potencialidade e seu papel na representação imagética na cidade se fazem imperativos, ou, caso contrário, estaríamos delimitando um espectro fechado de entendimento da representação da cidade. Dando luz a esse entendimento não hegemônico da cidade, o autor Henri-Pierre Jeudy nos diz:

A cidade não para de se expor, o que não é idêntico ao fato de que se pode expô-la. Sua morfologia global é sentida de maneira orgânica, antes de qualquer construção da representação, pelo imediatismo de nossos modos de apreensão. Ao contrário, a exposição da cidade, as maneiras de pensá-la, de representá-la, se cristalizam em torno da imagem (JEUDY, 2005, p.118).

A cidade tão sem unidade produz ainda assim uma paisagem. Se olhada um pouco mais de perto, há laços implícitos unindo os fragmentos – esses bairros que parecem tão disparatados. Assim é o caso do caminho da montanha de Athis. Caminho abandonado, pouco frequentado (ibid., p.102).

Essa ruptura epistemológica na maneira com que percebemos a cidade e suas representações faz dos lugares abandonados um local que possibilita um novo entendimento dos fragmentos que compõem a paisagem urbana dos espaços da urbe. De acordo com o autor Carlos Fortuna (1999, p.35): “A paisagem urbana pós-moderna é sintomática deste sentido transgressor” e ainda “A paisagem cultural pós-modernizante das cidades de hoje está carregada destes lugares de significados contrastantes” (ibid., p.33). A estética da urbe que se encontra em frequente mutação e transposição agora também deve abarcar o abandono, as paisagens da desolação, como parte integrante de um panorama mais amplo e, portanto, mais democrático na expressão que representa para cada indivíduo que se comunica e se reconhece na imagem e nas identidades das cidades.

E para que essa experiência do pensar, sentir e representar a cidade permita assimetrias de significações, sem anulação de simbolismo e percepções, a exploração urbana e o uso dos lugares abandonados devem ser pretendidos visando um reconhecimento universal do direito à cidade, assunto que abordaremos na próxima parte deste artigo, antes de sua conclusão.

ESPAÇOS LIMINARES E O MOVIMENTO URBEX

No início da década de 1990 um movimento de exploração urbana, denominado *Urbex*, começa a se engendrar de modo espontâneo e desde então cada vez mais pessoas ao redor do planeta passaram a exercer essa prática lúdica de repensar a cidade através de incursões em lugares abandonados (prédios, casas, localidades e cidades). Esses enigmáticos locais que atraem exploradores possuem um significado maior dentro do contexto de nossa sociedade atual e, ao se apropriarem momentaneamente desses ambientes, esses exploradores praticam de alguma maneira uma reapropriação do espaço urbano, com intuítos de ressignificação, na qual os paradigmas do direito à cidade alçam patamares distintos, concatenando o cidadão não somente como consumidor, mas também como produtor ativo de sua realidade.

Embora não seja um movimento social oficial, a

prática dos chamados *urbexers* tem como campo de ação a cidade proibida, os locais onde a vitalidade das trocas sociais se esvaiu e apenas a concretude dilapidada oferece-se como um cenário, como um ambiente peculiar para a experiência da busca do espanto e do inusitado, permeado de riscos e perigos inerentes à transgressão dessa atividade. Os exploradores urbanos ressignificam os espaços que visitam e também os transformam em alternativos locais de memória. Eles criam novas narrativas da cidade, tornando habitáveis os locais e prédios abandonados.

Apesar de pouco noticiado pelos canais mais recorrentes das grandes mídias, talvez por serem estigmatizados como uma subcultura urbana, os *urbexers* estão muito presentes nas redes sociais, em inúmeros canais do YouTube, fóruns,⁵ *blogs*, *sites*⁶ e também em plataformas de compartilhamento de fotos digitais como Instagram ou Flickr. Através de seus canais de comunicação, os ativistas conseguem um espaço onde não apenas podem divulgar suas experiências, mas, principalmente, se conectar com demais exploradores com pontos comuns de interesses, consolidando aos poucos uma rede de intercâmbio e apoio mútuo.

As razões e motivações para a prática se diferem entre os exploradores urbanos, contudo, o deleite e adrenalina ao se depararem com um ambiente em ruínas, onde a arquitetura perde seus parâmetros normativos, permitindo um novo olhar subjetivo de entendimento da desconstrução, parecem estar presentes nas ambições dos *urbexers*.

No seu site oficial chamado *The proper people*,⁷ a dupla de explorados norte-americanos Brian e Michael faz uma descrição sobre suas atividades:

Percebemos que os lugares abandonados existem em um mundo isolado da vida cotidiana da maioria das pessoas, apenas experimentados pelos poucos que veem o mérito em correr o risco de entrar neles. Qual é esse mérito exatamente? Bem, é uma infinidade de fatores, mas eles incluem vislumbres de arquitetura de tempos passados, artefatos históricos, encontrar a beleza na decadência e, acima

5 Merece destaque a iniciativa vanguarda na Argentina da criação do C.A.E.L.A. – Club argentino de exploradores de lugares abandonados. Disponível em: <http://www.caela.com.ar/>. Acesso em: 02 out. 2018.

6 Exemplos de sites sobre o tema: www.hongwrong.com; www.preciousdecay.com; www.abandonedberlin.com; www.ontarioabandonedplaces.com; www.urbex.co.nz; www.telefunker.br; www.abandon.dk; www.terriroioabandonado.org; www.urbanadventures.eu; www.urbexzone.wordpress.com; www.opacity.us; www.caela.com.ar.

7 Disponível em: <http://theproperpeople.com/about/>. Acesso em: 06 ago. 2018.

de tudo, apenas experimentar a emoção de explorar, ser surpreendido e emocionado com o que está em cada esquina (THE PROPER PEOPLE, 2017. Tradução nossa).

A atividade dos *urbexers* certamente é de difícil definição, entretanto, o ativista e explorador urbano Renato Almendra Pantoja, que desenvolve um trabalho de registro através de seu site chamado *Lugares esquecidos*,⁸ busca clarear o entendimento do termo *Urbex*:

O que é Urbex? Urbex, ou Urban Exploration – Exploração Urbana – não é um conceito tão simples, mas é fácil de entender: Nas cidades em todo o mundo, pequenos grupos de exploradores urbanos estão buscando espaços secretos, abandonados, prédios obscuros, esquecidos, subutilizados, inseguros e desconectado das outras estruturas existentes na cidade. São tipos de exploração urbana: infiltração – entradas sem autorização; espeleologia urbana – exploração de subsolos e galerias subterrâneas; aventura urbana – reclamam as ruas para si, tipo de ativismo; historiadores extremos – visitas em lugares perigosos ou quase inacessíveis para fins de estudo; turismo fora dos limites da cidade – exploração de túneis de minas abandonadas; invasões recreativas [...]; Quais os alvos da exploração urbana? Nota-se que há uma diversidade de foco entre os diferentes exploradores, mas as principais áreas de interesse são: drenos, grandes túneis de drenagens abandonados; edifícios abandonados, espaços grandes institucionais, como hospitais, asilos, igrejas etc.; Túneis de antigas linhas de trens, outros tipos de túneis; Telhados, pontes e pontos altos da cidade; infraestruturas industriais decadentes; abrigos de guerra – bunkers – abandonados, silos da Guerra Fria, bases militares; lugares não abandonados, porém ainda em construção – grandes torres, arranha-céus – sempre pela infiltração (entrada não autorizada); fora dos limites da cidade ou para lugares inusitados – minas abandonadas; Urbex é uma subcultura: A Exploração Urbana é considerada como uma subcultura pois agrega grupos e indivíduos complexos e diversificados, mas com a mesma identidade e pensamentos sobre UE. Somos pessoas que nos referimos à “exploração urbana” como uma comunidade. A web nos dá hoje condições para forjar uma identidade subcultural de indivíduos dispersos e isolados, atuando em grupo ou sós (PANTOJA, 2013).

Esses grupos de pessoas com proveniências das mais distintas possíveis (estudantes, historiadores,

arquitetos, arqueólogos, fotógrafos, geógrafos ou apenas aficionados pelo tema) se agregam para realizar essa prática lúdica extremamente vulnerável às instabilidades das estruturas deterioradas, que, além de estarem suscetíveis ao desabamento a qualquer momento, também podem conter nichos e focos de bactérias ou alguma outra forma de potencial risco nocivo à saúde. Não obstante, muitas das vezes essas invasões podem ser consideradas criminais tendo em vista a legalidade da propriedade em questão e frequentemente o encontro com delinquentes ou moradores de rua podem provocar um ruído na comunicação entre esses agentes interessados na exploração do local, ficando nítida a porosidade das relações sociais que estão imbricadas nesta iniciativa.

Porém, que tipo de espaço seria um espaço abandonado? A amálgama de interpretações jurídicas muitas das vezes perde sentido em locais onde o público e o privado (ou o privado e o público) se interpellam de tal forma que não conseguimos clareza na identificação exata dessas modalidades e, por essa qualidade intrínseca, podemos entendê-los como espaços de liminaridade, caracterizados por um limbo que desloca a retórica de sua concretude ruínosa de um passado funcional não mais palpável e ordenável, como também desloca a possibilidade de um futuro assertivo ao passo que também não vislumbra intuítos projetivos.

Abarcando essa sutura de alteridade, o autor húngaro Kata Varsányi traz à luz importantes reflexões em sua dissertação de mestrado⁹ de 2011, intitulada *The social life of ruins: urban exploration of abandoned spaces in Budapest*, e diz:

[...] os prédios abandonados oferecem a liberdade para que os visitantes possam construir suas próprias narrativas, seu próprio entendimento do passado, do presente desse fragmento específico da cidade. A fascinação pelas ruínas se dá em parte pela natureza ambígua que evoca cultura e natureza, ausência e presença, fragmento e totalidade, passado e presente (VARSÁNYI, 2011, p.35. Tradução nossa).

Com fundamento teórico em conceitos baseados no autor Victor Turner e sua teoria da liminaridade,¹⁰ seus estudos traçam uma analogia entre esta teoria e os lugares abandonados, as arquiteturas em ruínas.

8 Disponível em: <http://www.lugaresesquecidos.com.br/2013/08/um-esclarecimento-sobre-urbex.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

9 Em sua dissertação de mestrado o autor analisa o movimento Urbex da cidade de Budapeste, na Hungria, por intermédio da observação participante, de entrevistas com grupos que exploram espaços arruinados no tecido urbano da cidade e também através de suas interfaces digitais (sites e fóruns).

10 TURNER, 1969. Apud VARSÁNYI, 2011.

Considerados desta maneira fora de seu tempo e espaço, de caráter transitório, caracterizariam-se então em um estado de liminaridade. São prédios urbanos que perderam suas utilidades e ainda não foram reapropriados para novas funções, sítios arquitetônicos abandonados depois e antes de serem reutilizados.

Os autores Rafael da Silva Noleto e Yara de Cássia Alves publicaram na Enciclopédia de Antropologia do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) um texto esclarecedor sobre a teoria de Victor Turner:

O autor concebe a ideia de liminaridade como correspondendo a um momento de margem dos ritos de passagem: fase ritual na qual os sujeitos apresentam-se indeterminados, em uma espécie de processo transitório de “morte” social, para, em seguida, “renascerem” e reintegrarem-se à estrutura social. Liminaridade é, portanto, uma condição transitória na qual os sujeitos encontram-se destituídos de suas posições sociais anteriores, ocupando um entre-lugar indefinido no qual não é possível categorizá-los plenamente (NOLETO; ALVES, 2015).

E ainda, de acordo com o autor Carlo Fortuna em seu livro *Identidades, percursos, paisagens culturais*, no capítulo intitulado “As cidades e as identidades – narrativas, patrimônios e memórias”:

Por via quer da sua dimensão estética e artística, quer da sua materialidade arquitetônica, quer do seu simbolismo, estes lugares não se limitam apenas a parecerem templos, eles funcionam enquanto tal. Implicam estados de transitoriedade da condição social e, sobretudo, dos estados de espírito e das emoções dos sujeitos. [...] Observar qualquer coisa é torná-la objeto dos nossos sentidos, exercer uma influência sobre ela, transformá-la consumida (FORTUNA, 1999, p.34).

As ruínas e os restantes exemplares do patrimônio histórico são, portanto, espaços ritualísticos, que podem suportar a transformação da identidade dos sujeitos, através de processos sociais semelhantes à condição de liminaridade, contida nos ritos de passagem estudados por Victor Turner (1969) (ibid., p.34).

Achar um sentido nesse determinado tipo de espaço ou precisar uma terminologia nem sempre é possível e aqui a noção exata de lugares esquecidos, cidade marginal, espaços vazios, zonas mortas, áreas destruídas, lugares vazios, espaços liminares, terra de ninguém, zonas pós-arquitetônicas, espaços indeter-

minados, espaços de incertezas ou desertos urbanos,¹¹ parece confluir para uma abordagem da condição de espaços periféricos, que não necessariamente se detém ao aspecto geográfico da não centralidade: seria, sim, uma mistura de entendimentos temporais, espaciais, sociais e de periferia econômica, locais que não estão presentes nas retóricas e ações dos grandes movimentos sociais, do capital imobiliário, das políticas públicas e da grande mídia. De qualquer forma, a analogia à periferia e áreas marginais sempre evoca uma reflexão sobre centralidade, que é alterada quando os exploradores urbanos atuam e relativizam essa dinâmica.

CONCLUSÃO

Que urbanidade estamos construindo em nossas cidades, se não temos as habilidades necessárias para sua manutenção, propagação no tempo e no espaço dos territórios em que habitamos? Talvez a inflexão de seu destino tenha petrificado as respostas das péssimas opções que projetistas urbanos e a incessante pulsação do *modus operandi* das cidades capitalistas tomaram como verdade. Neste sentido, busquei ressaltar a importância crucial do dever de explorá-las, analisá-las e vivenciá-las, pois somente desta forma entenderemos as errâncias da história e respeitaremos sua concretude como templos isolados, que emanam significados alusivos aos ciclos e à decadência ruínosa de nossa sociedade pós-industrial.

A arquitetura e o urbanismo não se excluíram do devir cidadão que se atropela e se desmantela perante a inexorável passagem do tempo. A ruína é carregada de significados, portanto, digna que se preze pela sua autenticidade, conclamando sua essência, e que, no seu interstício de valor estético, postula princípios fundantes do ambiente urbano em colapso enquanto fragmento integrante da representação imagética e da concepção estética que temos da cidade.

Apesar de reconhecer os esforços que o ramo da conservação e do restauro executa para salvaguardar o patrimônio edificado e das propositivas de reocupação dos espaços ociosos, seja através do capital mercantil imobiliário ou de ativos culturais, não foi de interesse deste estudo se debruçar sobre esse recorte e sim o da ressignificação das ruínas como corpo estático, petrificado e consolidado em seu estado real, componente da paisagem urbana e portador de potencial comunicativo e representativo no cognitivo da memória social do lugar.

¹¹ DORON, 2007. Apud VARSÁNYI, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes et al. “O Entendimento de ruína e as estratégias de intervenção projetual arquitetônica”. Belo Horizonte: Publicação, **3º Colóquio Ibero-Americano**, 2014.
- BRITO-HENRIQUES, Eduardo. Arruinamento e regeneração do espaço edificado na metrópole do século XXI: o caso de Lisboa. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Santiago: EURE -, 43 (128), p. 251-272, 2017.
- BRITO-HENRIQUES, Eduardo; SOARES, Ana Luísa; AZAMBUJA, Sónia Talhé. Os espaços abandonados na cidade: alternativas aos modelos convencionais de recuperação da paisagem urbana. Comunicação apresentada ao I Colóquio Ibérico de Paisagem, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- CANAL BRASIL. **Fordlândia**. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- C.A.E.L.A. **Club argentino de exploradores de lugares abandonados**. 2009. Disponível em: <<http://www.cacla.com.ar/>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade - UNESP, 2006.
- COWEN, Richard. **The “Saga” of the Centralia, PA Underground Mine Fire**. (s.d.) Disponível em <<http://epidote.wvgs.wvnet.edu/enviro/centralia.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- DAVIS, Mike. **Cidades mortas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- FORTUNA, Carlos. **Identidades, percursos, paisagens culturais**. Estudos sociológicos de cultura urbana. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- FORTUNA, Carlos. Simmel e as cidades históricas italianas: uma introdução. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 67, dez. 2003.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Editora Martins Fontes, selo Martins, 2014.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014. (Coleção Cidades)
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.
- KUSHINSKI, Alysse. Light and the aesthetics of abandonment: HDR imaging and the illumination of ruins. **Transformations Journal of Media & Culture**, n. 28, 2016.
- MELA, Alfredo. **A sociologia das cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, Ltda, 1999.
- MONGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2009.
- NOLETO, Rafael da Silva; ALVES, Yara de Cássia. **Liminaridade e communitas - Victor Turner**, 2015. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/liminaridade-e-communitas-victor-turner>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **O pensamento de John Ruskin**. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>. Acesso em: 5 ago. 2017.
- PANTOJA, Renato Almendra. **Lugares esquecidos**. 2013. Disponível em: <<http://www.lugaresesquecidos.com.br/2013/08/um-esclarecimento-sobre-urbex.html>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- RAMOS, Diana Helene. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- THE PROPER PEOPLE. **The Proper People**. 2017. Disponível em: <<http://theproperpeople.com/about/>>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- VARSÁNYI, Kata. **The social life of ruins: urban exploration of abandoned spaces in Budapest**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia Social) – Departamento de Sociologia e Antropologia Social, Universidade Central da Europa - Budapeste, 2011. ■

Rafael Ferreira de Souza é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Pós-graduado (Lato Sensu) em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ e Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF. rafaeldeferreira@gmail.com

Helena Rodrigues Lopes
Maria Luiza Barbosa

Reconhecendo mercados

um estudo *embeddedness* sobre o “shopping-chão”

Resumo

O presente texto possui como objetivo discutir principalmente a partir da sociologia econômica como se organiza o mercado do “shopping-chão”. A proposta metodológica envolveu uma etnografia pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro conversando com atores envolvidos/as nesta atividade. O estudo foi mobilizado a partir de uma percepção cotidiana do aumento de pessoas comercializando os mais diferentes objetos nas calçadas. De forma ampla, o “shopping-chão” pode ser caracterizado como um mercado que acontece nas calçadas, disposto sobre panos, ativamente agenciado e valorado pelos/as vendedores/as. Por meio da pesquisa empírica e de reflexões teóricas o artigo busca suscitar questões sobre mercados e relações sociais, embeddedness, trazendo para a reflexão as continuidades e tensionamentos entre agência e estrutura.

Mercado

Shopping-chão

Embeddedness

Agência

Abstract

The present text aims to discuss mainly from the economic sociology how the market of the “shopping-ground” is organized. The methodological proposal involved an ethnography in the streets of the city of Rio de Janeiro, talking with actors involved in this activity. The study was mobilized from a daily perception of the increase of people marketing the most different objects on the sidewalks. Broadly speaking, the “shopping-ground” can be characterized as a market that happens on the sidewalks, arranged on cloths, actively brokered and valued by sellers. Through empirical research and theoretical reflections the article seeks to raise questions about markets and social relations, embeddedness, bringing to the reflection the continuities and tensions between agency and structure.

Market

Shopping-ground

Embeddedness

Agency

BREVE INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de alguns movimentos antropológicos, de um esforço etnográfico de meados de 2017 conduzido após observações cotidianas da presença crescente do mercado identificado pela categoria nativa “shopping-chão” nos bairros da Glória e Centro da cidade do Rio de Janeiro. O aumento deste mercado – mais pessoas envolvidas, maior volume de mercadorias expostas e as calçadas sendo quase completamente ocupadas – nos chamou a atenção e nos trouxe alguns questionamentos: o que é esse mercado? Como ele se organiza? Quem o organiza?

Dessa observação corriqueira nos organizamos para um estudo mais sistemático com objetivo de compreender as associações, nos termos proposto por Latour (2012): as relações entre distintos atores, humanos e não humanos, arregimentadas neste mercado. Para efetivação do estudo, realizamos uma pesquisa de campo durante aproximadamente um mês. A coleta de dados articulou observação participante e entrevistas semiestruturadas com vendedores/as realizadas nas ruas enquanto estes/as trabalhavam. Foram feitas doze entrevistas com vendedores/as de diferentes pontos no Centro (rua Tadeu Kosciusko, rua Riachuelo, rua da Lapa) e no bairro Glória (rua da Glória). Também foi realizada uma busca por outros trabalhos que abordassem o “shopping-chão” no Rio de Janeiro e com essa empreitada identificamos que há pouquíssimas pesquisas sobre o assunto.

As entrevistas buscaram compreender brevemente a trajetória de cada vendedor/a, isto é, idade, onde nasceu e onde mora, se possuía filhos/as, quando começou a vender as mercadorias nas ruas etc.; e, principalmente, questões relacionadas à organização de seu trabalho: o que vende, como organiza a exposição sobre o tecido,¹ como precifica as mercadorias, relação com outros/as vendedoras, como escolhe o local de venda, entre outras. É fundamental dizer que a maioria dos/as vendedores/as abordados durante a pesquisa de campo reagiu de forma positiva quando apresentamos a proposta do trabalho e quando perguntamos se poderíamos realizar uma “entrevista”.

Ainda do ponto de vista metodológico a pesquisa busca dialogar com as reflexões do interacionismo simbólico, no sentido de compreender, como discute Goffman (1971), como são construídas as interações sociais, o que os indivíduos fazem em sua vida cotidiana, como organizam suas ações e atribuem os mais diferentes significados ao mundo. As análises de Goffman (1971) se aproximam às deste trabalho de forma interessante na medida em que este autor tam-

bém estava interessado em compreender a construção e desconstrução de relações no âmbito do espaço público. Nos estudos microssociológicos de Whyte (2005) é a esquina que aparece como *locus* privilegiado da observação científica sobre a organização social, metodologicamente o autor destaca:

Como as ações estão diretamente sujeitas à observação e podem ser registradas como outros dados científicos, parece válido tentar entender o homem por estudo de suas ações. Essa abordagem não apenas fornece dados sobre a natureza das relações informais de grupos, como também provê um quadro de referência para se compreender o ajustamento do indivíduo à sua sociedade (WHYTE, 1943: p.272, 273).

A categoria mercado foi adotada na ótica de Callon que o entende como um “dispositivo multifacetário, diversificado e em curso, que as ciências sociais, em igual aos próprios atores contribuem a configurar” (CALLON, 2008, p. 66). Neste âmbito de coprodução buscou-se refletir sobre algumas vertentes: as principais características deste mercado; os atores envolvidos; a origem dos produtos e como estes são valorados e vendidos; como estes mercados se organizam e quais são as influências socioeconômicas para sua organização.

O primeiro conhecimento adquirido a partir das entrevistas e da observação participante é que este mercado que se organiza na calçada onde vendedores/as e compradores/as se encontram é definido por meio da categoria nativa “shopping-chão”. Quando dissemos ao primeiro entrevistado que estávamos estudando o “mercado de rua”, ele foi logo nomeando: “o shopping-chão?”. E os/as interlocutores/as seguintes vieram a “confirmar” essa nomeação. Não foi possível identificar a origem do termo, mas evidenciou-se que há um entendimento comum entre os/as envolvidos/as sobre o nome desse mercado. Os produtos comercializados encontram-se dispostos sobre tecidos e são diversos, tais como roupas, calçados, bolsas, peças de computadores, brinquedos, cabos e fios, pentes, CDs, livros, vinis, quadros, talheres, utensílios do lar. Ao observar mais de perto a quantidade e diversidade de produtos à venda vinha à nossa cabeça, inúmeras vezes, “há compradores para tudo isso?”. Essa questão se acentuou quando, na rua da Lapa, encontramos uma vendedora de aproximadamente seus trinta anos negociando fotografias diversas, coloridas, pretas e brancas e cheias de pessoas desconhecidas. Fizemos logo a pergunta “há pessoas que compram fotos?”; a resposta também veio logo “sim, várias”, em mais linhas:

¹ Nomeado como “panos” pelos trabalhadores/as do “shopping-chão”.

Tem muita gente que compra foto e também tem muita gente que vende. Tem uma mulher que compra de mim para colocar em lápides. Isso, imagina que há lápides que não tem nenhuma foto da pessoa, essa mulher tenta então encontrar pela descrição dos parentes uma foto parecida, ela trabalha com isso. Tem gente que também identifica pessoas famosas, quando crianças, e aí levam. Eu consigo as fotos no lixo ou ganho de alguém.

Nesta ótica percebe-se como o “shopping-chão” articula diferentes atores, que se encontram numa dinâmica de compra e venda. Além disso, a constituição deste mercado, como narram os/as interlocutores/as, representa tanto uma construção social dos mercados, configurando diferentes redes de negociação e também de aquisição dos produtos, quanto uma performatividade das ciências na configuração desses, sendo retratadas em formas de frases como “esse mercado está aumentando por causa da crise econômica”. Neste âmbito, propomos uma reflexão que abarque a realidade econômica do “shopping-chão”, como este mercado se configura, e que considere, ao mesmo tempo, como a economia constrói a partir de suas análises a realidade que descreve.

“SHOPPING-CHÃO” E SOCIOLOGIA ECONÔMICA: REFLEXÕES EMBEDDEDNESS

Pensar o mercado como *enraizado* na sociedade, considerando aí uma possível tradução para o termo *embeddedness*, envolve refletir sobre o próprio lugar das ciências sociais. Callon (2008) propõe que as ciências sociais não se encontram fora da sociedade, como uma espécie de metalinguagem, capaz de narrar o que acontece sem se contaminar com o próprio discurso. Ao contrário, o autor considera que as ciências, sociais e/ou naturais, “participam ativamente em dar forma àquilo que descrevem” (CALLON, 2008, p.42). Essa primeira discussão parece-nos importante, pois traz para o debate que ao analisarmos os arranjos do “shopping-chão” estamos também performando sobre o que esse pode ser, no sentido que a análise não toma como causa aquilo que explica, mas que as possíveis explicações são consequências daquilo que se pretende conhecer.

Embeddedness é um dos principais conceitos da nova sociologia econômica, foi inaugurado pelo autor Mark Granovetter em 1985 com o texto *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*,² e expressa, por sua vez, como os ato-



Foto 1:
“Shopping-
chão” na rua
da Glória, Rio
de Janeiro/RJ

res econômicos estão imersos em relações sociais que organizam seus comportamentos. Granovetter (2007) reflete como este comportamento é tomado por muitos estudos da teoria social como disposto em dois extremos. De um lado, existe para o autor um processo de *supersocialização* da ação humana na sociologia e na economia, no qual a ordem, as normatividades provocam um ajuste hierárquico, caracterizando assim o comportamento dos atores apenas como resultado dessa interiorização. No outro extremo, Granovetter (2007) identifica uma perspectiva de *subsociação* deste comportamento, perspectiva adotada pelas economias clássicas e neoclássicas. O caráter *subsocializado* é compreendido por Granovetter (2007) como uma atomização da ação humana, os argumentos teóricos dessa corrente “rejeitam por hipótese todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, distribuição e consumo” (GRANOVETTER, 2007, n.p.). As configurações de mercado quando tomadas pelas narrativas

novetter (2007), traduzida pela revista *on-line* da Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP).

2 No presente artigo foi utilizado a versão em português, Gra-

super e subsocializadas compõe um ambiente no qual o ator está separado do contexto social. Nesta ótica que Granovetter (2007) propõe que o comportamento destes atores, em contraste à visão dualista entre sub e super, está imerso em redes de relações interpessoais.

A teoria de redes de Granovetter (2007) não prevê uma simples resolução pelo meio. A perspectiva teórica de rede do autor envolve considerar que *embeddedness* é um conceito contextualizado socialmente. Assim, o comportamento econômico dos atores depende do contexto de ação e de como são construídas relacionalmente identidades e visões. Vale destacar neste âmbito o que o autor pretende expressar com a ideia de contexto. Callon (2008) em análise aos estudos de Granovetter destaca que o contexto são resultados de estabilizações dinâmicas, os atores sociais não estão imersos na rede, “tanto agente como a rede são, neste sentido, duas caras de uma mesma moeda” (CALLON, 2008, p.19).

Embeddedness não é um conceito universal que pretende abranger o todo, ao contrário, emerge da análise de cada contexto específico. No caso do “shopping-chão” pode-se identificar de diferentes formas a construção de identidades, sociais e econômicas, pelos atores. Os/as vendedores/as que pudemos conversar durante a pesquisa possuem como única forma de trabalho o “shopping-chão”. Muitos/as destes/as se deslocam da região da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, de municípios como Belford Roxo, para vender seus produtos nas áreas em estudo, como explicam, isso se deve ao maior fluxo de pessoas e dinheiro. O “shopping-chão” é um mercado que se inicia nas primeiras horas do dia, sobretudo devido ao fato de que grande parte dos/as vendedores/as vive longe de onde realizam o comércio. Foi recorrente ouvir destes atores que haviam saído de casa às 5h da manhã ou até mesmo antes.

Em uma de nossas interações explicamos a um dos atores, homem de aproximadamente quarenta anos, que estávamos realizando uma pesquisa sobre mercados da região. Imediatamente ele nos encarou e perguntou “mas sobre esse mercado? A gente não tem nenhuma identificação, é informal”. A informalidade pela ausência de um documento é reconhecida por todos/as os/as vendedores/as, todavia existem diferentes formas do ser informal e do comportamento econômico a partir deste reconhecimento. No que toca essa percepção, parece existir pelo menos dois tipos de identidades bem demarcadas dos/as praticantes do “shopping-chão”: os que “possuem casa” e os que vivem em situação de rua. Embora sejam divisões associadas a questões tipicamente sociais, essas inferem diretamente no comportamento econômico, como explicado abaixo por um dos interlocutores:

Aqui tem dois tipos de vendedores. Tem aqueles que têm família e casa e aqueles que vivem na rua. Os que vivem na rua não se importam muito com a aparência dos produtos, colocam os produtos de qualquer forma e vendem por qualquer preço. Eu aqui separo, de um lado produtos femininos e de outro para homem. Eu tenho um preço, estou aberto à negociação. Mas as coisas têm um valor mínimo, que não abro mão. Mas com as pessoas que vivem na rua não tem isso, vendem as coisas por qualquer preço.

Em referência a essa mesma consideração, um outro interlocutor, vendedor de livros e que trabalha com “shopping-chão” há vinte anos, apontou que com o crescimento da população que vive na rua, sobretudo nos últimos cinco anos, tem se conformado uma forma de competição injusta entre os/as vendedores/as do “shopping-chão”. Isto se deve ao baixo preço que os/as vendedores/as em situação de rua comercializam seus produtos. Todavia, ao mesmo tempo que os vendedores que “possuem casa” se sentem prejudicados, parece haver também uma espécie de solidariedade – “eles precisam comer, então vendem por qualquer preço”. Neste âmbito cabe ressaltar que, ao permitir abordar a complexidade do contexto, a análise de rede proposta por Granovetter (2007) busca de forma central compreender como se desdobram conflitos. No caso do “shopping-chão” identificamos tanto um conflito de mercado, de concorrência entre vendedores/as, quanto um conflito social, envolvendo acesso a moradia, alimento e reprodução social ampliada.

A partir dessa última observação parece-nos importante considerar o aspecto *embeddedness* do “shopping-chão” no que se refere a ser praticado também por pessoas que vivem em situação de rua. De acordo com a notícia publicada em 23/05/2017, pelo Jornal G1, o número de moradores da cidade do Rio de Janeiro/RJ triplicou nos últimos três anos, totalizando mais de 14 mil pessoas.³ “Este sistema social mais amplo” (BECKERT, 2007, p. 09), o qual confere determinadas configurações aos mercados, é criticado como ausente na teoria de redes de Granovetter.

Beckert (2007) formula sua crítica baseando-se na primeira vez que o termo *embeddedness* foi utilizado, no livro *A grande transformação* de Karl Polanyi.⁴ De acordo com Beckert (2007), Polanyi utilizou o conceito para se referir como mercados são instituições, que envolvem uma complexa imbricação entre política, cultura e ideologias. Para Beckert (2007) a teoria

3 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-triplica-nas-ruas-do-rio-em-tres-anos.ghtml>. Acesso em: 06/07/2016.

4 A primeira edição é de 1944.

de Granovetter estaria limitada ao funcionamento do mercado, na estrutura das relações sociais estabelecidas neste, ignorando as condições que estruturam tais relações. É nesta ótica que Beckert (2007) discute que Granovetter fez uma grande transformação do conceito de *embeddedness* de Polanyi. Não se trata de rejeitar as análises sobre *embeddedness* da nova sociologia econômica, o tensionamento para Beckert (2007) é que embora a teoria estrutural de redes permita compreender o ator no seu contexto, o que para Beckert é de suma importância, não permite desenhar respostas aos problemas subjacentes. É sob essa lente que Beckert (2007) sugere que “identifiquemos esses problemas e façamos deles o ponto de análise inicial da sociologia econômica” (BECKERT, 2007, p.11).

Não se pretende aqui fazer uma análise da conjuntura social, econômica e política brasileira. Todavia chamou atenção durante a pesquisa os apontamentos feitos, quase que de forma unânime pelos/as interlocutores/as no que se refere: a) ao aumento da população de rua e b) ao desemprego. Estas duas dimensões aparecem associadas nas narrativas dos/as interlocutores/as como explicações para o adensamento das atividades do “shopping-chão” e são aludidas por frases como “é a crise da economia, as pessoas perdem o emprego e têm que se virar”, “isso é culpa dos políticos, lá em cima está uma bagunça” e “tem uns três anos que está aumentando e a tendência é só crescer por causa do desemprego”. Essas colocações convergem com os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), que constatou em maio de 2017 que o Brasil possuía 1,429 milhões de desempregados a mais do que no encerramento do ano anterior, a taxa de desemprego passou em dezembro de 2016 de 12% (12,342 milhões de pessoas) para 13,3% em maio de 2017 (13,771 milhões).⁵

Em entrevista⁶ de 2017, o professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, discute que o ajuste econômico dependerá de ajustes políticos. Na concepção do professor Luiz Figueiras, da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, isto se deve ao fato de que o déficit público não é um problema corrigido por políticas eventuais, como cortes de gastos ou uma política anticíclica; na verdade o ajuste fiscal é uma política permanente do capital financeiro que se beneficia da elevação das taxas de

juros.⁷ Nesta perspectiva, Luiz Figueiras defende que a crise está sendo paga e com um caráter de classe, onde os mais atingidos “são os trabalhadores, em especial seus seguimentos mais frágeis: os mais jovens e os mais velhos, os menos escolarizados, os negros e as mulheres”.

Fraser (2011) mobiliza discussões acerca do feminismo para refletir sobre as diferentes questões que perpassam a crise capitalista. De acordo com as análises dos/as interlocutores/as do “shopping-chão” apenas cerca de 20% dos/as envolvidos/as com a atividade são mulheres. Quando indagados/as sobre o porquê disso a resposta comum foi “para a mulher é mais difícil, tem que cuidar dos filhos”. Durante a pesquisa nenhum homem estava acompanhado por filhos/as, todavia, das quatro mulheres que conversamos, uma estava acompanhada pelo filho e outra explicou: “só chego mais tarde porque tenho que dar café para minha neta.” A interlocutora, de aproximadamente quarenta anos que estava acompanhada pelo filho, desloca-se da Baixada Fluminense para vender seus produtos na região central da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ela, trazer o filho encarece o trabalho, pois os gastos dobram. Além disso, o garoto de aproximadamente onze anos “está em fase de crescimento, então tem fome toda hora” e lembra “hoje mesmo já dividi uma coxinha e um suco com ele, mas daqui um pouco, tenho que vender, porque ele vai querer comer de novo”. Apesar dos gastos, para a interlocutora “é melhor trazer o filho do que ficar na rua”.

As narrativas da interlocutora permitem reflexões com o que propõe Fraser (2011). A autora realiza uma crítica ao duplo movimento das análises *embeddedness* de Polanyi, a saber: mercantilização e proteção social. Em leituras de *A grande transformação* Fraser (2011) analisa que Polanyi compreende o mercado de duas formas. De um lado, este pode ser desenraizado da sociedade, sendo imune de controles extraeconômicos se organiza em referência à lei da oferta e da demanda; de outro, o que para Polanyi é a norma histórica, os mercados podem ser enraizados (*embeddedness*) “imbricados em instituições não econômicas e regidos por normas não econômicas, tais como “preço justo” e “salário justo”” (FRASER, 2011, p.620). O movimento duplo origina-se da compreensão que os mercados enraizados conferem proteção social, enquanto os desenraizados estão associados ao processo de mercantilização em si (Fraser, 2011). A autora apresenta que embora a análise de Polanyi traga uma visão mais abrangente da crise capitalista considerando os aspectos extrae-

5 Disponível em: <http://br.advn.com/indicadores/pnad/2017>. Acesso em: 10/07/2017.

6 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/02/para-economista-pt-falhou-ao-nao-enfrentar-problemas-estruturais>. Acesso em: 4 fev. 2019.

7 Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/ajuste-fiscal-4>. Acesso em: 10/07/2017.

conômicos e até subjetivos dos atores envolvidos; a discussão se finda na solução do mercado enraizado, sem tencionar o fato de que as “sociedades nas quais os mercados sempre foram ‘enraizados’ são também lugares de opressão” (FRASER, 2011, p.622). Para Fraser (2011), por exemplo, a proteção social é ambivalente, no âmbito que pode também, simplesmente, reproduzir as lógicas da sociedade tradicional, como as hierarquias de gênero enraizadas, por exemplo, na família, na maioria religiosa ou etnocultural, no direito. Nesta ótica Fraser (2011) propõe um movimento triplo, no qual, além da mercantilização e da proteção social, é incorporado a emancipação. Nas palavras da autora:

Também, os teóricos feministas de hoje devem remodelar esse quadro. Evitando tanto a condenação em massa do “desenraizamento” como a aprovação em massa do “reinraizamento”, nós devemos submeter a um exame crítico as duas dimensões do movimento duplo. Tornando visíveis os déficits normativos da “sociedade” assim como os da “economia”, nós devemos provar a justiça das lutas contra a opressão *de onde quer que ela venha*. (FRASER, 2011, p.622).

A necessidade de repensar a emancipação da mulher e de combater a opressão de “onde quer que ela venha” é representada pela colocação de um vendedor do “shopping-chão”: “o preço dos meus produtos eu dou na hora, se for homem é mais caro, se for mulher é mais barato, a vida da mulher é muito mais difícil, é mais difícil de conseguir trabalho, tem a casa, os filhos.” Assim, não se trata de pensar apenas o enraizamento, desenraizamento ou o reinraizamento, mas também as lógicas sociais que perpassam os mercados.

CALCULABILIDADE: PRODUTOS E ESTRATÉGIAS DE PREÇO

As discussões propostas anteriormente sugerem que as análises referentes ao mercado do “shopping-chão” devem considerar tanto a rede de ação dos atores quanto o “sistema social mais amplo”. De acordo com a perspectiva de Callon (2008) essa dualidade entre ação e estrutura⁸ pode ser resolvida dentro da perspectiva de rede por meio do conceito de agência. Um primeiro ponto levantado por este autor é que a perspectiva *embeddedness* de Granovetter na teoria das redes é diferente da de Polanyi. A diferen-

8 Estrutura aqui se refere ao “sistema social mais amplo” e não às estruturas das relações sociais estabelecidas nas redes.

ça, segundo Callon (2008), reside na concepção de dinamismo da rede, na qual qualquer estabilização, de identidades e interesses, é um resultado variável e momentâneo, assim a rede não se apresenta como um contexto que conecta agentes. O contrário é observado na teoria de Polanyi, na qual os marcos institucionais constituem o contexto, no qual irão então se organizar as atividades econômicas. A proposta do presente trabalho envolve, nesta ótica, compreender os problemas subjacentes – políticos, econômicos, sociais, de questões – sem, todavia, atomizar a ação dos atores. A tentativa é captar como os atores coordenam estes problemas construindo, de acordo com sua capacidade de agência e entre as incertezas, mundos suficientemente estáveis.

Um dos interlocutores que conversamos definiu os produtos vendidos no “shopping-chão” como “sucatas, coisas que foram descartadas”. Evangelista (2014) em seus estudos sobre o “shopping-chão” discute que essa relação com os objetos, da transformação de “sem valor” para “peças” ressignifica a identidade e as noções das atividades que exercem estes atores. De acordo com nossas pesquisas de campo, os produtos do “shopping-chão” possuem quatro origens diferentes. Primeiro, podem ser comprados. Os vendedores do “shopping-chão” efetuam essas compras em bazares, brechós, feiras, de pessoas que querem vender determinados objetos e até mesmo de outros/as vendedores/as. Segundo, estes produtos são oriundos de doações. De acordo com os interlocutores é comum que as pessoas doem produtos que não utilizam mais. Terceiro, os produtos podem ser conseguidos no lixo. Essa ação é identificada pelos/as vendedores/as como “garimpo” e envolve vasculhar o lixo e encontrar produtos que podem ser vendidos, “tem que saber o horário do caminhão do lixo, para poder garimpar antes de ele passar, se não leva tudo embora”. Por fim, de forma menos recorrente, os produtos também podem ser conseguidos por meio de trocas.

A ação do “garimpo” aparece como importante na narrativa dos/as interlocutores/as, pois é uma das formas de conseguir produtos valiosos: “no lixo tem muita coisa boa que as pessoas que descartam nem sabem.” A percepção sobre o valor dos produtos encontrados no lixo é compartilhada por diferentes atores como nos explicou um vendedor do “shopping-chão”:

Ultimamente está mais difícil conseguir produtos porque os porteiros dos prédios garimpam antes da gente e, muitas vezes, vem vender para gente depois. Uma outra coisa é o pessoal do crack. Antes eles catavam latinhas para vender, mas, percebendo o crescimento do shopping-chão, passaram a ga-

rimpar também e isso diminui muito a quantidade dos produtos. Então, hoje, a gente está tendo que comprar mais e também quando ganha.

No circuito dos produtos também conhecemos um outro ator importante definido em termos de “caça tesouros”. Este não é um vendedor do “shopping-chão”, mas uma espécie de mediador que desempenha diferentes papéis. Primeiro, ele é uma referência de compra do “shopping-chão”, no caso de algum/a vendedor/a encontrar um produto de maior valor como ouro, prata ou bronze, já o procuram de imediato. Segundo, ele também é um mediador de produtos, de acordo com sua narrativa, “muita gente sabe que eu mexo com ‘shopping-chão’, já vai mais de trinta anos, então me procuram para doar, daí eu repasso ou vendo esses produtos para o pessoal”.

Para pensarmos como os atores do “shopping-chão” conferem preço aos seus produtos, utilizaremos também da perspectiva de *embeddedness* “cognitivo” de Callon. A compreensão de mercado enraizado de Callon (2008) mobiliza a noção de rede social, no sentido de ampliar a compreensão deste conceito. Para tal, o autor explica que os agentes calculam suas decisões, mesmo em um mundo de total incerteza sobre o futuro, devido a estarem imbricados em emaranhados de relações e conexões, não porque estes atores contêm o mundo, mas porque são atores-mundo. De acordo com esta perspectiva os atores organizam cálculos a partir de possíveis estados de mundo. Callon (2008) discute que para os atores tomarem decisões de calcular eles devem no mínimo poder:

- i) Estabelecer uma lista de possíveis estados do mundo (cada estado do mundo se define por uma lista de atores e bens e por uma certa distribuição destes bem entre os atores);
- ii) Hierarquizar estes estados do mundo (o que confere satisfação de um objeto às preferências dos agentes);
- iii) Identificar e descobrir as ações que permitem a produção de cada um destes possíveis estados do mundo. (CALLON, 2008, p.14).

No caso do “shopping-chão”, a lógica de calculabilidade funciona exatamente como a descrita por Callon. A partir das percepções do mundo os atores precisam enquadrar seus produtos e assim conferir valor. O primeiro ponto para definir o preço é tomado pelo preço que determinado objeto teria novo, vendido na loja. A partir daí se analisa o estado do objeto, “se está gasto” como no caso dos calçados; “puído” no caso do jeans, “quebrado”, “trincado” no caso de objetos para casa ou pessoais, como relógios; “amassado”, “amarelado” no caso dos livros. O ter-

ceiro é a raridade do produto, uma espécie de valor atribuído por escassez eleva o preço. Excluindo o terceiro ponto, por se apresentar mais como exceção do que como regra, a articulação do primeiro e segundo confere o preço do produto, não o preço final, pois os vendedores estão abertos a negociar.

A RUA E O ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO

“O negócio aqui é vender, é dinheiro na mão” foi uma das respostas quando indagamos um dos interlocutores sobre qual era o objetivo principal do “shopping-chão”. Este mesmo ator nos explicou que vender é o ponto central, pois no “shopping-chão” não se trabalha por horas, mas o importante do dia é “fazer uma quantidade de dinheiro, depois eu vou embora”. Essa “quantidade” é variável, depende da disposição do vendedor/a, dos tipos de produtos ofertados, do fluxo de pessoas na rua, da contrapartida do investimento diário (passagem, alimentação) e do período do mês.

A estratégia de espacialização do “shopping-chão”, como nos apresentaram os interlocutores, está associada ao fluxo de dinheiro: “a gente fica na Lapa, na Glória, no Centro porque é onde o dinheiro circula.” Assim, uma das estratégias de calculabilidade do “shopping-chão” está associada ao fluxo de dinheiro. De acordo com Callon (2008), o dinheiro possibilita um cálculo de conversão de unidades, permitindo, por exemplo, traduzir um calçado em dinheiro. Para o autor o dinheiro não possui valor de uso, já que sua principal função é a de equivalência, o valor deve-se à circulação e à construção pelos atores de quadros interpretativos de valores.

O valor dos produtos e a equivalência em relação ao dinheiro são sentidos de maneiras distintas pelos/as envolvidos/as no “shopping-chão”. Além de uma questão de apresentação e disposição dos produtos, o “shopping-chão” se organiza sobre tecidos por um motivo, “os rapas”. Este termo designa os/as guardas municipais da cidade do Rio de Janeiro, incumbidos/as, institucionalmente, de recolher os materiais dos/as vendedores/as informais. Loretti (2010) discute em seu trabalho que desde 2009 a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro pratica uma política de “Choque de Ordem” em relação ao mercado informal. Porém a autora destaca, assim como pudemos observar em nossa pesquisa, que esta política se dá de forma seletiva. Diferentemente de quando acontece apreensão, quando produtos novos são recolhidos de camelôs sem formalização, por exemplo, os objetos do “shopping-chão” são jogados diretamente no caminhão de lixo. Este é um dos pontos pelos quais o

mercado do “shopping-chão” se organiza sobre tecidos, pois em qualquer menção de recolhimento pelos “rapas”, “a gente junta as quatro pontas do pano, se tiver carrinho, põe dentro, e sai correndo pelas ruas, se enfiando por aí”.

O estudo de Ribeiro (2010) discute que no âmbito da economia informal o Estado é uma entidade central. Um primeiro ponto refere-se à qualidade de ilegal que este tipo de economia assume ao não possuir sanções estatais. Para o autor, trata-se na verdade de pensar estas práticas ilegais não como estigmas, mas como recursos sociais e naturais mobilizados por diferentes grupos que vivem a presença/ausência do Estado de formas particulares, já que ilegalidade é uma posição do Estado moderno. No caso do “shopping-chão” é interessante pensar que a ausência do Estado é dada pelo reconhecimento da negação da atividade do “shopping-chão”, ao mesmo tempo que a presença se dá pela institucionalidade dos “rapas” em agir. Metodologicamente evidencia-se o que Veena Das, entrevistada por Misse et al. (2012), enfatiza como possibilidade de conhecer o Estado a partir de suas margens, onde este é reconfigurado. Reconfiguração aparece, nos termos de Ribeiro (2010), à medida que distintos fluxos (pessoas, mercadorias, informações) são definidos como ilícitos, ilegais ao desafiarem as normas do Estado, embora lícitos em relação aos/as envolvidos/as. As discussões no âmbito da legitimidade social criam espaços para reflexões daquilo que se cristaliza como legitimidade política ou legalidade, trazendo para o plano de análise os interesses morais, políticos e institucionais das definições de legal e ilegal (RIBEIRO, 2010). Para o autor, todavia, não se trata de uma posição relativista, mas de compreender que esse binômio é conferido por definições históricas de poder e exercícios da hegemonia.

Observa-se neste sentido uma conformação complexa. Enquanto os/as vendedores/as do “shopping-chão” garimpam produtos do lixo para vender, construindo formas de sobreviver por meio da equivalência entre estes objetos e o dinheiro; a política de Estado devolve todos esses objetos, que são/seriam traduzidos em trabalho e dinheiro pelos atores do “shopping-chão”, para o lixo. Nas discussões de Polanyi (2000) o autor propõe que o mercado não se dá apenas em relação aos bens materiais, “objetos produzidos para a venda no mercado” (POLANYI, 2000, p.93), mas se constitui também por meio de mercadorias fictícias: o trabalho, a terra e o dinheiro; e o preço destas se expressa por, respectivamente, salários, aluguel, juros e renda. A “ordem de choque” sobre o “shopping-chão” parece uma cobrança exatamente sobre a não produção dessas mercadorias fictícias. No sentido que a força de trabalho não é

apropriada pelo sistema “que disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta” (POLANYI, 2000, p. 95); o espaço da rua, no que se refere à terra, está sendo utilizado sem o pagamento do devido aluguel e o dinheiro é traduzido a partir do valor calculado pelo ator e não daquele instituído formalmente. Assim, embora haja um esforço de cristalização da sociedade em função da economia hegemônica, pensada aqui em termos das mercadorias fictícias propostas por Polanyi, a ação dos atores reajusta essa ficção. Evangelista (2014) chama atenção que o “shopping-chão” impõe configurações de resistência às políticas normativas de ordem e domesticação das pessoas e dos espaços urbanos, produzindo, pela mobilidade da atividade, novas relações entre objetos, pessoas e espaço urbano. Neste âmbito, a permanência cotidiana do “shopping-chão” parece romper a ordem de produção das mercadorias fictícias, trazendo à discussão as fissuras da mercantilização e as desigualdades (re)produzidas “de onde quer que elas venham”. Nas palavras de Polanyi:

Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. (POLANYI, 2000, p. 94)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ASPECTOS MULTIFACETÁRIOS DO “SHOPPING-CHÃO”

Callon (2008) propõe em seus estudos uma antropologia dos mercados. Tal proposição vem da necessidade identificada pelo autor de compreender que o agente de mercado ou *homo economicus* realmente existe, “na forma de muitas espécies e suas linhagens são múltiplas e ramificadas” (CALLON, 2008, p. 65). Trata-se nesta perspectiva de explorar a diversidade de formas e atribuições que os mercados e os atores envolvidos podem apresentar. As discussões sobre o “shopping-chão” buscaram adentrar neste terreno.

A partir da perspectiva *embeddedness* buscou-se refletir como os atores do “shopping-chão” orga-

nizam este mercado, agenciando de forma ativa a própria existência deste. Nesta ótica, o esforço centrou-se em compreender as estabilidades dinâmicas, adotando como lente analítica que as condições institucionais, como apresentadas por Polanyi, são traduzidas cotidianamente pelos atores na coordenação do mercado. Reconhece-se também que essa capacidade de agir é afetada por aquilo que Beckert (2007) considera como “sistema social mais amplo”. Todavia, o interesse principal da reflexão aqui proposta é compreender como os atores percebem e desdobram este “sistema” e não atomizar a ação destes atores ao sistema.

A identificação dos aspectos multifacetários buscou seguir a lógica de que o mercado do “shopping-chão” é performado por muitas realidades, inclusive a das ciências que visam a descrevê-lo. Neste ponto é interessante refletir que se cristalizamos a ação do “shopping-chão” como simplesmente um resíduo econômico da organização do mercado capitalista, perde-se a oportunidade de compreender como os/ as atores deste mercado avaliam-no e agenciam-no. Numa perspectiva, problemas sociais como desemprego são fatores de adensamento do “shopping-chão”; de outra, é reconhecido pelos/as vendedores/as como “um jeito de você ser seu próprio patrão, trabalhar o tanto que você quiser, fazer o seu dinheiro para você”. Nesta ótica, por exemplo, não se trata de uma normativa de emprego, tensionando o movimento duplo, *mercantilização e proteção social* de Polanyi, mas de absorver, sobretudo, como o trabalho é compreendido pelos/as atores em seu contexto de vida, acionando assim o terceiro elemento, *autonomia*, discutido por Fraser (2011).

É central analisar a existência de um “sistema social mais amplo”, mas a escala em que este se desenvolve só pode ser apreendida pela narrativa dos atores, pois, de forma contrária, condicionamos a ação por aquilo que nós compreendemos por sistema, definindo o mundo do outro a partir de nossas percepções. Embora seja difícil escapar dessa condição de atribuição, reconhecer a performatividade das ciências possibilita exatamente nos atentarmos para os mundos que estão sendo construídos a todo tempo e para o fato de que nossa narrativa é só mais uma forma de contar, não a realidade como ela é, mas a realidade que (r)existe ao encontro entre pesquisador/a e interlocutores/as. Este ensaio se apresenta nestas condições, como um esforço de diálogos entre autores, sobretudo, da sociologia econômica e os/as atores do “shopping-chão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKERT, Jens. The great transformation of embeddedness. Karl Polanyi and the New Economic Sociology. **Köln: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung**, v. 7 jan. 2007.
- CALLON, Michel. Los mercados y la performatividad de las ciencias económicas. **Apuntes de Investigación del CECYP**, n. 14, p.11-68, 2008.
- EVANGELISTA D. Shopping-chão: identidade e circulação de pessoas e objetos em uma feira de “antiguidades” e “usados” no Centro do Rio de Janeiro. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, Ponto Urbe 15, 2014.
- FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 617-634, jul./dez. 2011.
- GOFFMAN, Erving [1971]. **Relaciones en público: microestudios de orden público**. Madrid: Alianza Editorial, 1979, p. 13-45.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, 6(1). **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, art. 9, jan./jun. 2007
- LATOUR Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Bahia: EDUSC, 2012.
- LORETTI, T. Pricila. **Do lixo ao luxo: a valorização de objetos a partir da Feira de Antiguidades da Praça XV**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2010.
- MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patricia; PEREIRA, P. Paulo. FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 335-356, abr., mai., jun. 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- RIBEIRO, L. Gustavo. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out., 2010.
- WHYTE, F. William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. ■

Entrevista com
Ernesto López-Morales

Experimentos urbanos neoliberais na América Latina

Rio de Janeiro, 2019. Quem chega hoje à área portuária da capital carioca vê apenas o espectro da transformação anunciada pelo Porto Maravilha. Anunciada em 2009, a revitalização da região era lançada como “um sonho tornado realidade” – rompendo com a série frustrada de tentativas de renovação urbana que já se arrastavam há, pelo menos, três décadas – e logo se tornou numa das maiores promessas do legado olímpico. Passados dez anos desde sua instituição, no entanto, o projeto caminha em águas turvas.

Com o objetivo declarado de converter o perfil marcadamente popular e fisionomia portuária da região num dinâmico vetor de expansão imobiliária, atraindo cerca de 100 mil novos

moradores, a operação incluía grandes intervenções nas infraestruturas de mobilidade, energia elétrica, telecomunicações, esgotamento sanitário e abastecimento de água ao longo de quase 5 milhões de m², além de prever a instalação de equipamentos-âncora, como o Museu do Amanhã, para reposicionar culturalmente a região na hierarquia dos lugares da cidade. A megaescala do projeto também estava nas cifras, alcançando R\$ 8 bilhões. Os recursos necessários para a revitalização seriam captados pela venda de espaço construído por meio dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo, os CEPACs, muito embora o fundo público – vindos do erário municipal e, sobretudo, dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – logo

Ernesto López-Morales

é professor associado do Departamento de Planejamento Urbano da Universidade do Chile e pesquisador associado do Centro de Estudos de Conflito e Coesão Social (COES, na sigla em inglês). Sua tese de doutorado foi agraciada com o Prêmio de Melhor Tese Iberoamericana em 2002.

elopez@uchilefau.cl

se revelasse fundamental para financiar o projeto¹.

Desde então, pelo menos R\$ 5 bilhões já foram pagos à parceria público-privada de execução das obras e gestão dos serviços públicos da área portuária, a cargo das empresas Odebrecht, OAS e Carioca Christiani-Nielsen, mas, desde 2016, o Porto Maravilha enfrenta dificuldades. Após alguns anos de avanço entusiasmado do projeto, o funcionamento das engrenagens financeiras do Porto Maravilha sofreu bruscamente com a ruptura da aliança PT-PMDB e o desmantelamento da coalizão de poder arregimentada entre o poder político e as grandes empreiteiras. Além disso, a deterioração das contas públicas em âmbito local, por um lado, e a desconfiança do mercado imobiliário na área central, por outro, agravaram os efeitos da recessão sofrida pelo país e desaceleraram ainda mais a produção imobiliária da área portuária, levando à interrupção das obras e à suspensão do contrato.

O grau de insucesso do Porto Maravilha, visto a olhos nus, oculta, ainda assim, uma série de mudanças na governança urbana da cidade. Para que o projeto saísse do papel um conjunto expressivo de inovações normativas – que envolveu a regulamentação de instrumentos urbanísticos e de institutos de parceria, a concessão de benefícios fiscais, a flexibilização de normas de uso e ocupação do solo e a edição de novas diretrizes de investimento e de alienação do fundo público – foi levado a cabo. Junto ao novo arcabouço jurídico, ademais, um novo corpo institucional foi criado no interior da Prefeitura do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a revitalização da zona portuária, enquanto uma série de prerrogativas públicas era transferida para a órbita da administração indireta, com a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP). Por outro lado, a privatização de terrenos públicos – majoritariamente, de titularidade da União – avançou a passos largos: com pouco mais de 400 mil m² destravados ao mercado, os terrenos mercantilizados equivalem a 57 Maracanãs. Em seu conjunto, as iniciativas, combinadas à execução de remoções e à militarização de territórios populares localizados na região, parecem promover uma verdadeira inflexão na configuração urbana do Rio de Janeiro.

Processos semelhantes vêm ocorrendo em outras cidades. Como o Porto Maravilha, diversos são os experimentos de recuperação urbana de distritos centrais e *waterfronts* portuários que se espelham em práticas de construção especulativa do lugar características do empreendedorismo urbano descrito por

Harvey (2005). Na América Latina, em particular, as experiências muitas vezes são impulsionadas por constrangimentos externos decorrentes da imposição de políticas de ajuste econômico e da disseminação de boas práticas (*best practices*) pelas agências multilaterais. Num enquadramento geral, as cidades parecem repetir, assim, as diretrizes neoliberais, criando versões locais de um mesmo fenômeno global e excludente (THEODORE et al, 2009). É o que nos conta o professor chileno Ernesto López-Morales.

Você está aqui no Rio de Janeiro para acompanhar de perto os últimos desdobramentos do Porto Maravilha, como parte da pesquisa comparativa que reúne pesquisadores de quatro países da América Latina, incluindo o INCT Observatório das Metrôpoles. O que te chama mais atenção no caso brasileiro?

E - *Porto Maravilha* tiene una escala mayor y una incidencia mayor de Estado en el diseño inicial. Por lo que entiendo, el proyecto tiene una rigidez muy difícil de mudar, mismo en el nuevo escenario de crisis. El poder de blanqueamiento simbólico y la reconfiguración social siguen fuertes. En esto también lo noto distinto a los otros casos: *Porto Maravilha* que no tuvo problema en entrar en las favelas. En otras ciudades, el intento de normalización y colonización de las favelas resultó fallido y se produce el concepto de no penetrar las favelas – y las favelas tampoco penetran la operación. Una barrera más entre lo “anormal” y lo “normal” que divide nuestras sociedades.

Há um debate de certa envergadura na academia brasileira com relação às possibilidades de identificarmos processos de gentrificação no contexto brasileiro, que tanto difere da trajetória histórica e da configuração socioespacial de países centrais. No caso do Porto Maravilha, você observa indícios de gentrificação, mesmo com a crise recente e a interrupção do projeto?

E - *Porto Maravilha* tiene como punto de partida un proceso de mudanza socio-espacial que la gente puede definir como gentrificación. Digo esto en una perspectiva muy amplia, adaptativa, porque es un concepto muy disputado por la academia. Esto es algo que exploramos con Loretta Lees y Hyun Bang Shin. No estoy hablando de la gran narrativa ocurriendo en todas las parte del mundo como hablan los marxistas radicales. Esa es una perspectiva muy

¹ Para saber mais sobre o modelo financeiro do Porto Maravilha, ver: WERNECK, 2016.

estructuralista, muy normativista. De manera más amplia, la gentrificación tiene que ver con mudanzas sociales. Es importante tener en consideración las especificidades, el contexto, la trayectoria de cada caso, pero, estamos siempre hablando, en mayor o menor medida, de un aparato o régimen de mudanza urbana para fines de reproducción y acumulación de capital que genera muchas desigualdades y mucha exclusión, un urbanismo excluyente.

En nuestra investigación, el caso brasileño de *Porto Maravilha* es probablemente el más conocido. Por otro lado, fue importante discutir el barrio de Colonia Juárez, en México, que casi nadie conoce. El proceso de mudanza socio-espacial con exclusión en Colonia Juárez es muy violento, y creo que esta investigación ha ayudado a Colonia Juárez a hacer más conocida. Parque Patricios, en la zona sur de Buenos Aires, Argentina, es un caso que la gente tampoco conoce mucho, pero es agresiva la inversión directa que han estado haciendo en infraestructura. Y lo mismo sigue en Santiago de Chile. Son todos casos nodos de mudanza socio-espacial al mismo tiempo, son distintas manifestaciones, distintas materialidades, distintas fuerzas, distintas relaciones de poder.

Como, então, armar um aparato metodológico para comparar casos tão distintos?

E - Nosotros les aplicamos a tres dimensiones importantes. La primera es institucional. La reconfiguración del Estado es algo muy importante, así como son las configuraciones paraestatales. Los Estados están comportándose de acuerdo a las necesidades del capital transnacional, pero han estado mudando también, incluso penetrando en zonas que no tienen regulación y que no tienen permiso para penetrar tradicionalmente. En México, se están haciendo las privatizaciones del espacio público, por ejemplo.

La segunda dimensión de análisis tiene que ver con las complejidades del conflicto social. Gentrificación no es más desplazamiento, o no es más solo desplazamiento. La gentrificación genera conflicto racial, genera conflicto de género, genera conflicto generacional, genera otras complejidades, entonces esta segunda dimensión de análisis es interseccional. La adversidad racial en América Latina es muy importante - especialmente en México, Brasil y en Chile - porque es parte constitutiva del sistema de opresión y dominación histórica. Y lo que el proceso de gentrificación está haciendo es transformar y también utilizar esas estructuras de dominación. Eso que está por detrás de la discusión de blanqueamiento - de la arquitectura y del plano simbólico, pero también

blanqueamiento de las caras, de los rostros, del cuerpo que es blanqueable.

La tercera dimensión tiene que ver con las mudanzas espaciales y ahí la hipótesis es que el Estado precisa invertir muchas cantidades de dinero vía infraestructura. Y esas mudanzas también tienen que ver con la contradicción de Henri Lefebvre entre el espacio vivido y el espacio concebido, el espacio de las relaciones sociales cotidianas y el espacio de los planificadores, del poder de Estado o de configuración paraestatal al final. En todos, excepto Santiago, el Estado (a nivel nacional o nivel local) precisó invertir en una transformación radical de la estructura urbana.

En Santiago no se tiene infraestructura específicamente orientada para alimentar la seguridad, la conectividad o mismo una arquitectura de marca que gatille el proyecto. Tal vez porque Santiago es donde el sistema neoliberal de mudanza socio-espacial funciona más tranquilamente, está más consolidado en la sociedad. Entonces, el Estado no necesita proteger al mercado, el mercado va y resuelve solo. México, Brasil y Argentina tienen muchas más resistencias por diferentes causas. Chile es el paraíso de Friedman.

No caso brasileiro, foi necessário que se criasse um novo aparato normativo e institucional para a execução do Porto Maravilha, incluindo a criação da CDURP, que, sendo uma empresa de economia mista, promove aquilo que Maria Sylvania Di Pietro² chama de “fuga do direito público”. É disso que se tratam as configurações paraestatais?

E - Exactamente. Eso es distinto entre los casos y probablemente el caso mexicano es más parecido con el brasileño. Porque acá ustedes tienen CDURP y en el área central de México se tiene el ProCDMX [la Agencia de Inversión y Desarrollo del Gobierno de la Ciudad de México], creado por el ex alcalde Miguel Manera hace ocho años. ProCDMX ha cambiado el estatuto de Ciudad de México, que no más es distrito federal, pero CDMX - de manera muy parecida a Nueva York y otras operaciones de city branding. Fora eso, ProCDMX tiene sólo operaciones fallidas. Una de esas es Chapultepec, un corredor cultural de 2km de privatización de espacios públicos, arriba privatizados para emprendimientos comerciales, y autos subterráneos; hay mismo un museo como el *Museu do Amanhã*. Es un proyecto de súper transformación

² Ver: DIPIETRO, 2015.

y blanqueamiento de Estado.

En 2015, los movimientos sociales en México organizaron solos, con mucha resistencia del Estado de Ciudad de México, un referéndum y la población ha votado contra el megaproyecto, y los activistas de Colonia Juárez, el caso que nosotros estudiamos, fueron fundamentales para esa campaña contra el corredor Chapultepec. Un segundo proyecto todavía está en proceso para la privatización de un parque público, el parque Chapultepec, el más importante de Ciudad de México. Estamos hablando de más o menos 40 mil metros cuadrados de construcción de espacio privado. En retribución, los empresarios privados construyen la infraestructura pública: el centro intermodal de transporte. ¿Qué les parece eso? Eso es muy fuera del concepto que uno puede tener de lo público o privado.

No Porto Maravilha, a cultura é realmente uma moeda de troca para a legitimação do projeto, tanto para os moradores e os grupos organizados da área portuária, como para aqueles de fora. Mesmo com o reconhecimento, em certa medida, da área portuária como um território negro, o processo de branqueamento é latente, e muitos estudiosos criticam a apropriação da herança negra pelas autoridades por seu tratamento folclorizado. Como se revelam as tensões raciais nas demais cidades?

E - En el caso de México, la premisa del Estado es blanquear, sin interlocución. El objetivo es dejar en manos de la empresa privada la construcción de equipamientos urbanos en un espacio tradicional de la pobreza. Hay mucho desplazamiento ahí, mismo el desplazamiento de actividades “anticívicas” como el comercio de drogas, el sexo, la informalidad y la transacción de comida. Yo creo que es una institución cultural el comer en la calle en México y la idea es eliminarlo. Buenos Aires, por otro lado es una ciudad que ahora recibe mucha inmigración internacional latinoamericana, negra, pero es una de esas ciudades emblanqueada desde el comienzo, pues hay una mitología nacionalista de Buenos Aires como una ciudad europea, una ciudad que incluso la clase obrera es italiana o judía. En Chile, son las empresas, el capital privado, que tiene que lidiar con las contradicciones raciales y eso es latente cuando quieren vender nuevas espacialidades y nuevos emprendimientos. Si usted analiza las publicidades del mercado inmobiliario chileno son todos rubios, todos blancos. Nadie muy mestizo ni muy oscuro. Es un habitante nuevo,

más blanco que el habitante de las zonas populares, que se están transformando en el centro de Santiago.

Diante das tensões que se evidenciam nos experimentos de recuperação urbana de áreas centrais e portuárias, quais desafios acadêmicos e políticos devem ser enfrentados para o entendimento do conceito de gentrificação?

E - Cuando hablamos a nivel institucional hay que proponer algo. La propuesta no puede ser “no queremos desarrollo inmobiliario”, o “no queremos más capitalismo”, eso es una utopía a largo plazo. Para mañana, se necesita denunciar las injusticias de la mudanza socio-espacial cometida por las Asociación Pública-Privada o configuraciones paraestatales. Las denuncias tienen por objeto exigir respuestas de vivienda para las sociedades, con localización, no 20 km para la *Baixada Fluminense*, pero con buena localización geográfica y vivienda con oportunidad. Eso es una reclamación que hay que hacer desde muchos lugares.

Primero, en el campo académico, las pesquisas de gentrificación son muy importantes para documentar y comprender cuándo se fue la gente, porque se fue, en qué condiciones se fue y cómo se dio el conflicto. Segundo, creo que a nivel conceptual otras narrativas tienen que ser incluidas, no solo es económica, pero también es social e interseccional. Junto a las cuestiones de género, en la América Latina la demanda racial debe ser destacada e incorporada en la discusión de gentrificación.

El proceso de gentrificación tiene que proveer de esas explicaciones importantes y complejas. No es sólo clase social, no es sólo quien puede tener la capacidad económica de permanecer o capacidad política de exigir permanencia en el espacio, sino que también tiene que ver con estructuras que son mucho más históricas y mucho más relacionadas con la propia cultura de las personas. Es muy importante que los aspectos de género y raza se entiendan conjuntamente.

Y la tercer cosa, creo que la gentrificación tiene que considerar más importantemente no sólo las respuestas, reacciones, optimismo, pero también las propuestas, las contrapropuestas, las alternativas que surgen de las organizaciones sociales que están enfrentando este gravísimo problema de la distribución, las oportunidades de vivienda. Creo que ahí tienen buenas experiencias. En el caso de *Porto Maravilha* tienen 2 buenas experiencias que comunicar ¿Qué acontece ahí? ¿Cómo puede ser resuelto? Pero

hay distintas respuestas sociales imaginables con el colectivo de las ciudades, como las personas de Colonia Juárez, en México.

Analisando os processos de gentrificação em diferentes cidades, como surgiram as resistências e que atores se destacam?

E - En el caso de México es más multclasista, es muy distinto, las condiciones son distintas, son movimientos liderados por las clases medias, no tienen movimientos más de clase popular, lo que configura un problema. Para los mexicanos, es un problema y una virtud en tener una vinculación más directa con los universitarios, por ejemplo, o más horizontal. Ellos mismos son universitarios. En México son los oprimidos por la sociedad, pero que tienen un alto capital social. Líderes hablan de oprimidos y se constituyen también en maquinistas contra el desplazamiento, contra las injusticias y se solidarizan con los segmentos subalternos. Se produce una solidaridad en regiones.

Es importante en ciudad de México una alianza entre clases sociales, medias y bajas, y eso es posible porque hay un importantísimo segmento de clase media que siente que son oprimidos en su historia. Un país que está acrecentando su bipolaridad social en los distintos sectores, en distintas formas, incluso la violencia narco es acrecentar la polarización social, la gente siente que no tiene suficiente dominio sobre esa área porque el narco es el que está en esa área. El desarrollo inmobiliario en México es hecho también con dinero de narcos, y ahí está el blanqueamiento de dinero. Ese es el modelo de la resistencia, y es muy distinto al caso brasileño.

En el caso brasileño de *Porto Maravilha*, creo que es una movilización liderada por movimientos sociales, por líderes que tienen primordialmente una conciencia de clase, una conciencia social. Son trabajadores sin casa, sin techo. Es una resistencia más clásica, en el sentido de que son trabajadores organizados a nivel nacional, en contraposición el movi-

miento mexicano que es emergente por la lucha de la zona central.

En el caso chileno no hay reacciones, al menos en los casos que observamos. Eso es problemático porque la gente todavía tiene confianza en el mercado inmobiliario y que el mercado lo va a resolver. Es increíble que un país de 17 millones de habitantes, que tiene 500 mil hogares en déficit habitacional y 45 mil hogares más abajo del déficit viviendo en favela, asentamientos. Se tiene 200 mil hogares viviendo en hogares de otras personas, molestando la vida de otras personas para vivir ahí. 200 mil hogares es mucho, es el 40% del déficit. Aun así la sociedad chilena no organiza, no lucha.

Las luchas por las viviendas en Argentina indican otro tipo de inclusión. Es una inclusión que yo creo por las vías de las oportunidades de movilidad social, no por la geografía de oportunidades. El problema que nosotros observamos del caso argentino es que ya no es un caso donde mucha gente vivía, no hay suficiente densidad. En Brasil la densidad es más, y en México muchísimos más. Lo importante es decir que, en los diferentes casos, hay movimientos de resistencia por ciudades más justas.

BIBLIOGRAFIA

- DIPIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública:** concessão, permissão, franquía, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2015.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. **Urbanismo neoliberal:** la ciudad y el imperio de los mercados. Temas Sociales, Santiago de Chile, 66, mar. 2009.
- WERNECK, Mariana. **Porto Maravilha:** agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016. 249 p. Dissertação. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. ■

Mariana Werneck é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da rede INCT Observatório das Metrôpoles. marianagsw88@gmail.com

Bruna Ribeiro é socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da rede INCT Observatório das Metrôpoles. cribeirobruna@gmail.com

Pedro Paulo Machado Bastos

A trilha de caminhos tortos e modestos para uma cidade “aberta”

Lançada em agosto de 2018 no Brasil, a mais nova obra do prestigiado sociólogo estadunidense Richard Sennett intitulada “Construir e habitar: ética para uma cidade aberta” [do original em inglês *Building and Dwelling: ethics for the city*] é o último livro de uma trilogia na qual o autor se dedicou a estudar o Homo Faber em diferentes interfaces. Aqui, esse Homo Faber se refere àquele indivíduo que produz o mundo através do seu trabalho numa associação íntima à perspectiva de Hannah Arendt, que, inclusive, foi professora de Sennett em tempos passados. No contexto da vida urbana à qual se debruça, o Homo Faber produz materialmente a cidade da mesma maneira que esta é

reproduzida pela maneira como os seus pares a transformam e a ressignificam através da socialização. Daí a separação categórica e importante que emprega para compartimentar suas reflexões já reforçadas no título da obra: “construir” e “habitar” são pontos distintos, mas ampla e intimamente relacionados em prol de uma boa vida urbana.

A esse “construir” e “habitar”, Sennett se apropria da genealogia conceitual de *ville* e *cit *, respectivamente, para analisar de que maneira o desenho urbano influencia as nossas rela es sociais cotidianas. Em outras palavras, questiona em que medida a *ville*, como sin nimo grosseiro de cidade em sua abrangência – na rela o do seu ambiente construído com a malha viária

Pedro Paulo Machado Bastos

  doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Também atua como pesquisador e consultor em mobilidade urbana no Laboratório de Mobilidade Sustentável (LABMOB), do Programa de Pós-Gradua o em Urbanismo (PROURB), da UFRJ.   editor da revista eletrônica de estudos urbanos e regionais e-metropolis.

pedromacbast@gmail.com

que permite a nós circular por e entre esses blocos de concreto –, consegue combinar-se harmoniosamente com a *cit *, tratada como o modo de vida em um determinado lugar.

Contemporizando o rapto ideológico de *cit * apontado por ele como emblemático do caso da Frana (em que *cit * ganhou um sentido pejorativo ao tornar-se metonímia do *modus vivendi* de periferias pobres), o autor mostra que essa combinao equilibrada entre *cit * e *ville*   quase impossível atualmente haja vista a ocorrência de uma série de projetos urbanos nefastos que “empobreceram a experiência urbana” do habitante, levando a cidade a uma espécie de divórcio entre essas duas dimensões ao longo do tempo. “A experiência numa cidade, como no quarto ou no campo de batalha, raramente é harmoniosa, mostrando-se com muito maior frequência cheia de contradioes e arestas”, problematiza.

Nesse raciocínio, a reconciliao entre *cit * e *ville* percorreria uma trilha de caminhos “tortos” e “modestos” para se chegar a uma cidade “aberta”, considerada o tipo ideal pelo autor. O “torto” diz respeito ao descompasso entre aquilo que se prevê e aquilo que se vive. O desafio em saber equilibrar e harmonizar o trabalho dos arquitetos e urbanistas em relao ao poder de ressignificao coletiva de seus projetos arquitetônicos e urbanísticos pelos habitantes (*urbanitas*) a favor de uma realizao mais espontânea da cidade é um dos pontos críticos levantados. Dito de outro modo, significa dizer que a forma construída tem consequências que nem sempre são aquelas pretendidas pelo urbanista.

O exemplo da Paris de Georges-Eug ne Haussmann, introduzido logo no segundo capítulo,   emblemático de como o propósito de implementao de amplos bulevares cruzando a capital francesa de norte a sul, no século XIX, voltados originalmente para conferir uma melhor circulao de canhões e impor outros mecanismos de controle social, acabou sendo “atropelado” no meio do caminho. Uma vez percebida que a construo de moradias para as novas classes m dias junto a esses bulevares seria interessante do ponto de vista da preservao da fluidez da mobilidade a favor de um maior controle social (“por não ser provável que esses cidadãos jogassem seus bens pela janela para montar barricadas”), ao fim e ao cabo, contribuiu para configurar uma *cit * cujo estilo de vida aburguesado e pouco ameaador ao regime deslocava o problema original para outros rincões. Ou seja, o retalhamento do território parisiense em amplos bulevares, ao invés de funcionar como uma estratégia de constrangimento efetivo e simbólico das camadas mais insurgentes tal como se previa, no fim de contas se furtou desse propósito original   medida que contribuiu para transferi-las para outros espaos,

engendrando consequentemente uma reestruturao da *ville* a partir de uma nova estratificao social do uso e ocupao do solo.

Uma possibilidade de reequilibrar essa relao entre urbanistas e *urbanitas* – e entre *ville* e *cit * – seria o apelo   “modéstia”, num sentido em que os responsáveis pelo “fazer a cidade” deveriam levar em conta a possível maneira como o objeto construído poderia evoluir e como seu uso mudaria. Muitas das vezes, esse “fazer cidade” é derivado de “inovaoes arbitrárias”, argumenta. Assim, para se construir a *ville* seria importante dispor de um saber intuitivo, em grande parte proporcionado pela forma como conhecemos e concebemos o lugar e o espao através da nossa convivência com os nossos pares, mas sobretudo com os “outros” na *cit *. Esses “outros” podem ser entendidos, aqui, como os sujeitos social e culturalmente distantes daquele grupo social que vive, percebe e faz a cidade a partir de algum ponto de vista. Dispor desse saber intuitivo permitiria flexibilizar a *ville*, destinando-lhe brechas para a apropriao espontânea e irrefletida por “nós” e pelos “outros” em constante comunhão.

Eis o caminho  tico para se chegar a uma cidade “aberta”, argumento principal desta obra. A cidade “aberta” é aquela capaz de proporcionar um espao permeável de encontros, repleto de fricoes. São essas fricoes que amortecem as arestas e impulsionam as contradioes t picas da nossa sociedade de modo a torná-las “acontec veis” num tête- -tête cotidiano que não se observa nos guetos ou condomínios-fechados. Sennett considera essas últimas formas urbanas intimamente particulares de um tipo de “fazer cidade” problemático e inflexível.

A elas, faz críticas contundentes ao Google por sua participao no empobrecimento da experiência urbana. Em primeiro lugar, pela construo do Googleplex, complexo de edifícios corporativos que formam a sede da empresa em Nova York, próximo ao Greenwich Village. O autor define o Googleplex como um tipo de gueto sem vínculo com a cidade, cujos empregados dispõem de qualquer coisa que possam desejar sem que precisem sair dali. Não obstante a belíssima estrutura projetada pelos badalados arquitetos Bjarke Ingels e Thomas Heatherwick, e que é bastante característica do imaginário propagado pelas indústrias criativas deste início de século, Sennett questiona até que ponto esses ambientes voltados a si mesmos, que “confinam” pessoas mais ou menos iguais umas às outras, estimulariam a própria criatividade da qual a empresa se vale para impulsionar seu negócio. Para o autor, é nessa zona de frico provocada pelos encontros entre diferentes tipos sociais onde reside o germe da inovao, segundo sua premissa.

Em segundo lugar, reflete que aplicativos como o Google Maps, embora exitosos e revolucionários em seus propósitos de orientação de destino, ao mesmo tempo implicam “efeitos embotadores” na cité ao reduzir a experiência dos deslocamentos, tornando-os uma reta simples e tediosa entre um ponto A e B. Livrando o usuário da fricção (aludindo à expressão cunhada por Bill Gates para se referir às tecnologias que facilitam as coisas para as pessoas), o Google Maps simplifica as experiências de convivência na rua a favor de deslocamentos objetivos e segmentados que estreitam os nossos aspectos cognitivos de fruição da cidade, especialmente quando realizados em veículos motorizados que circulam em altas velocidades.

Para desenvolver suas ideias sobre como um “urbanita competente” pode contribuir com uma cidade aberta, Sennett se beneficia, mas também se distancia sutilmente das contribuições de referenciais teóricos hoje consagrados no campo dos estudos urbanos e regionais, como Henri Lefebvre e Jane Jacobs. Inclusive, esse propósito foi desafio lançado pela própria Jane Jacobs ao ser respeitosamente criticada pelo mesmo autor décadas antes. “O que você faria, então?”, questionou ela. Para Sennett, Jacobs não dispunha de “uma ideia clara sobre como extrapolar do local para o urbano”, a exemplo de sua notável, embora localista experiência como ativista de bairro no mesmo Greenwich Village onde hoje se localiza a sede do Googleplex de Nova York.

Neste caso, a competência do urbanita equivale a mostrar como os cidadãos podem fazer o melhor uso da sua existência nas cidades, mesmo diante de um ambiente construído que, por vezes, adquire o caráter de obstáculo no seu dia a dia. O caminho das pedras sugerido constitui-se de conselhos aparentemente simples e prosaicos, mas inspiradores.

O primeiro conselho, de “tocar, ouvir, cheirar um lugar”, seria categórico da possibilidade de o cidadão conseguir desenvolver um conhecimento corporificado da cidade que, conseqüentemente, o levaria a um saber mais intuitivo sobre ela – vide a experiência relatada sobre os meninos pobres de Medellín, qualificando-os como verdadeiros “safos urbanos” por se mostrarem pessoas que aprenderam a “se virar” na cidade. Já o aconselhamento da busca por um “conhecimento ambulante”, para ele, residiria justamente

nas experiências de convivência e de passagem pelos lugares desconhecidos, experiências estas que o Google Maps aparentemente estaria furtando das pessoas mediante o emprego de uma tecnologia bem-sucedida, mas altamente prejudicial. Aqui, Sennett elogia a figura clássica do flâneur, que caminha pela cidade despropositalmente para conhecê-la, como um hábito interessante para a “reabertura” da cidade; para ele, os flâneurs seriam donos de um bom conhecimento ambulante.

Já no conselho de se realizar “práticas dialógicas – falar com estranhos”, Sennett afirma que as pessoas não são cópias fiéis umas das outras e que, portanto, nossas falas, quando interagidas, são repletas de mal-entendidos, desejos não manifestos, insinuações involuntárias e ambiguidades que enriquecem a experiência de aproximação e aprendizado com o “outro”. Por fim, o último conselho tem forte correlação ao anterior ao definir o “urbanita modelo” como uma espécie de “migrante” que se permite viver e redescobrir sua própria condição de existência em lugares desconhecidos como uma forma de estimular constantemente sua capacidade de reinvenção. À medida que se permite ser “estrangeiro”, é como possibilita o desenvolvimento de novas possibilidades de cognição, além daquelas já natas.

“Construir e habitar: ética para uma cidade aberta” apresenta uma densidade de informações e raciocínios que, em parte, se deve à própria complexidade do tema, mas que também é marca registrada de Richard Sennett, já observada em outras obras como *O declínio do homem público* e *A corrosão do caráter*. O livro não entrega uma fórmula de bolo precisa para implantação de uma cidade exclusiva e somente para as pessoas, mas ensaios para se pensar a implantação harmoniosa de uma cidade com pessoas. Esse aspecto o difere suavemente de Lefebvre em sua premissa de que os pobres deveriam ser revolucionariamente os “proprietários” da cidade. Para Sennett, o caminho mais acertado é pleitear o equilíbrio constante entre o construir e habitar, acolhendo paralelamente um cosmopolitismo que nos permita “viver como um em meio a muitos, mobilizado por um mundo que não nos espelha”. É assim como se poderá realizar uma cidade “aberta” ao que tiver de acontecer espontaneamente, com benefícios de diversas grandezas para todas as partes envolvidas. ■

Richard Sennett é professor de sociologia na *London School of Economics* e em Harvard e, também, membro do Centro de Capitalismo e Sociedade Universidade de Columbia. Por trinta anos, trabalhou para a ONU coordenando projetos que servissem de guia para o desenvolvimento urbano no século XXI. É autor de *O artífice*, *Juntos*, *O declínio do homem público*, *A corrosão do*

caráter, *Carne e Pedra*, *Autoridade* e *A cultura do novo capitalismo*, dentre outros ensaios e artigos. Em reconhecimento aos seus estudos, recebeu os prêmios Hegel e Spinoza, e o doutorado honorário pela Universidade de Cambridge, entre outros.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta** [*Building and Dwelling: ethics for the city*]. Tradução de Clóvis Marques. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Priscilla Oliveira Xavier

O insulto

identidade, cultura da mídia e política

Resumo

O presente trabalho toma o filme O insulto para desenvolver uma análise da cultura da mídia, entrelaçando comunicação, cultura, identidade e política. Iniciamos com um panorama da conjuntura e impasses diplomáticos relacionados com a região em que o filme é produzido, se estendendo para uma discussão conceitual da cultura como ferramenta política, sinalizando os embargos à produção e distribuição do filme como um produto cultural. Na sequência, investigamos as inscrições do autor/diretor do filme, tocando na questão do estrangeiro, para, por fim, abordarmos antropologicamente os conflitos ali encenados.

Cultura

Política

Identidade

Conflito

Mídia

Abstract

The present work considers The insult movie to perform an analysis on the media culture, intertwining it with communication, culture, identity, and politics. The starting point provides a panorama of the diplomatic impasses conjuncture related to the region in which the film takes place, including a conceptual discussion of culture as a political tool by addressing the embargos on the production and distribution of the movie as a cultural product. Finally, the work investigates the inscriptions of the author/director, bringing up the foreigner issue in order to approach the discussions on the conflicts staged during the motion picture in an anthropological way.

Culture

Policy

Identity

Conflict

Media

Lançado no Brasil em fevereiro de 2018, *O insulto*¹ é uma produção libanesa que no primeiro contato com o público já exhibe a advertência de que o filme não representa a visão do governo libanês. O recado está dado: o conteúdo fala ao político. Indicado ao Oscar na categoria de melhor filme estrangeiro, o produto cultural adquiriu uma chancela que, independente das possíveis críticas, tende a alastrá-lo para um público maior e diverso que outros filmes libaneses, além de ampliar o período em que será lembrado e debatido. Na produção, dirigida por Ziad Doueiri, não há atores mundialmente famosos, os protagonistas não são galãs ou musas, não exhibe paisagens estupendas, não recorre a efeitos especiais. O filme também não tem a magia de uma trilha sonora inesquecível. E tampouco se sustenta por fotografia, enquadramentos ou sequências excepcionalmente criativas, que pela singularidade identificariam o diretor. E apesar de tudo o que não tem, por tudo o que não tem ou independente do que não tem, o filme funciona: é inquietante e inesquecível. E qual seria a fórmula para produzir um filme sensível, provocante, premiado e eloquente? Resposta: tocar em questões humanas conectadas com as tensões da atualidade, revelando estruturas sociais, culturais e políticas.

Pela qualidade dos atributos para sensibilizar e fazer pensar, tomamos *O insulto* como um produto cultural para análise. A rigor, não existe um modo exclusivo de proceder a análise de um filme, embora esta possa ser facilmente identificada pela decomposição do filme para estabelecer relações e compreensões. Mais detidamente, uma análise pode se voltar para o conteúdo, decantando o tema e questões tratadas no filme. Pode também privilegiar elementos técnicos ou estilísticos, admitindo na escrita tanto o teor objetivo quanto o subjetivo. E de modo amplo, as análises podem se concentrar em questões internas ao filme, discorrendo sobre o conteúdo filmado e visível, ou externas, se dedicando às questões pessoais dos envolvidos na produção ou à conjuntura e reverberações da execução do filme. A partir desse leque de possibilidades, preparamos o caminho para discorrer com maior clareza e propriedade sobre a metodologia, organização e intenção do trabalho que pretendemos desenvolver.

Metodologicamente, Douglas Kellner (2001) nos inspira a problematizar a cultura da mídia, com uma proposta de pedagogia crítica para a análise de produtos midiáticos, cujo objetivo é revelar o poder de influência da mídia sobre o ambiente cultural. Em meio a conflitos e instigando atuações políticas, sobre a cultura da mídia o autor discorre que:

enquanto a cultura da mídia em grande parte promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação, seus produtos também participam dos conflitos sociais entre grupos concorrentes e veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso (KELLNER, 2001, p. 27).

Aproximamo-nos, portanto, de uma análise típica da cultura da mídia, investigando o ambiente cultural contemporâneo que cria, nutre e dissemina repertórios apropriados (sobretudo pela sociedade civil) para a atuação política. Por conta da tendência dos procedimentos de análise para a teoria da comunicação, a pedagogia crítica da cultura da mídia desenvolvida por Douglas Kellner é pouco densa em referências que conectam a comunicação e cultura com a política. Buscamos maior aprofundamento teórico-conceitual tendo como base três referências que fazem uma ponte eficiente e segura entre a comunicação e cultura e a ciência política. A primeira referência é Gramsci e o seu conceito de hegemonia (GRAMSCI, 1978), ilustrando a dominação política a partir da disseminação ideológica. A segunda referência é o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado e suas funções, desenvolvido por Althusser (1985), dando visibilidade para a ação orientada dos Estados na formação de mentes e corações para manutenção da ordem e exercício do poder. Por último, mas não menos importante, damos conta dos usos estratégicos da comunicação no conceito de esfera pública, desenvolvido por Habermas (2003a), abrangendo a capacidade e o direito dos sujeitos de construir e manifestarem opiniões de interesse geral.

Dadas as referências, em um movimento de fora para dentro, dissecamos o filme priorizando questões em torno de identidade, cultura, política e o jurídico como saber doutrinário. Produzimos primeiramente uma sinopse, cuja intenção é resumir o filme e apresentar minimamente o mundo árabe, a questão palestina e a reverberação na política internacional. Em seguida, analisamos sociologicamente a trajetória pessoal do diretor do filme, elaborando as conexões que iluminam o conteúdo do produto da mídia. Na sequência, tratamos do filme como um produto cultural, explorando as reverberações políticas, para encerrar com a discussão de questões internas ao filme, utilizando referencial antropológico.

O objetivo da análise é apreender a produção, a natureza e os efeitos da cultura no tocante à formação da opinião pública e, no limite, tratar das influências na configuração de políticas públicas e atuações diplomáticas e humanitárias. Atentamos para o conteúdo e algumas curiosidades em torno

¹ Lançado na Europa no segundo semestre de 2017.

da produção do filme, ou mais precisamente para os detalhes eloquentes, que, por entreter, passam despercebidos, camuflados em uma aura de inocência. Considerando o filme como um produto da cultura da mídia, revelamos os atravessamentos e expressamos a complexidade dos conteúdos que influenciam o pensar e agir na sociedade contemporânea, no movimento pendular incessante entre o local e o global.

SINOPSE E AMBIENTAÇÃO

O insulto ocorre em um bairro de Beirute que passa por um processo de reestruturação urbana, focalizando os moradores que tocam a vida e reagem às consequências das transformações da área, e os funcionários e equipamentos de uma empreiteira contratada pelo poder público local para implementar uma nova lógica espacial. É possível apreender a reestruturação física da área como um recurso, um instrumento, uma metáfora eficiente para alcançar as dinâmicas psicossociais. E construindo os personagens e a ação que nos guiará pelo filme, temos um mecânico, simpaticamente de ideais ultranacionalistas, que troca insultos com um engenheiro palestino, cuja experiência de vida é marcada por uma identidade estigmatizada. Sem alcançarem uma solução cordial imediata, o desentendimento acaba sendo levado para o tribunal.

Passando para a conjuntura sociopolítica em que o filme foi produzido, temos um primeiro contato

com as questões e sensibilidades envolvidas em *O insulto*. Rodado em Beirute, no Líbano, o filme gerou reações controversas no mundo árabe. Tão vasto quanto pouco conhecido, o mundo árabe é a denominação da composição de 24 países com características distintas entre si, tendo como elemento comum de influência em suas proporções e culturas a origem e expansão do islamismo. Partilhando a mesma língua e traços culturais, o mundo árabe, em meados do século XX, acatou uma decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) que dissolveu uma suposta homogeneidade, acarretando consequências econômicas, políticas, diplomáticas, culturais e religiosas.

Em novembro de 1947 a ONU promoveu uma Assembleia Geral para a votação sobre a decisão de Partilha da Palestina para a fundação do Estado de Israel. A escolha do local para a criação de Israel, como reparação à perseguição e à tentativa de genocídio do povo judeu, se amparou no episódio de conquista da Palestina por israelitas e hebreus em 1200 a.C., sendo o território da Palestina identificado como a Canaã bíblica, ou, como preferem os judeus, Sion. A decisão orquestrada pela ONU se sobrepôs a uma série de questões legais, humanitárias e diplomáticas, pesando, sobretudo, a acusação de violação dos direitos fundamentais do povo árabe palestino e do título jurídico de independência da Palestina.

O ocorrido não é tão simples e resumido quanto podemos descrever. Há versões inúmeras e a imersão no assunto promove uma visão turva e o embaralha-





mento das ideias. Do ponto de vista diplomático, por exemplo, há empenhos para avaliar os custos e os benefícios dos votos dos 56 estados reunidos na Assembleia da ONU. E tendo em conta a Guerra Fria, que ocorria no período da votação, a questão se complexifica, se desdobrando mais em especulações do que propriamente em análises seguras de fatos. A historiografia tampouco consegue ser imparcial e confiável, uma vez que há amparos institucionais que asseguram maior ou menor credibilidade para uma versão ou outra, para além das interpretações que escoam para o posicionamento contrário ou favorável à divisão da Palestina.

O fato irrefutável é o de que o mundo árabe, a partir da criação de Israel, inspira mais cuidados que antes. Rico em petróleo, motiva a competição entre grandes potências para exercer influência na região. Frágil política e diplomaticamente, amplia no mundo o medo de novos episódios de grandes conflitos internacionais.

Somado ao temor de novos conflitos, os interesses variados que atravessam o mundo árabe como um todo e a questão da palestina em especial, falar de qualquer assunto relacionado a isso é temerário. Todavia, é pertinente e plausível um cidadão nascido na região fazê-lo, a despeito das possíveis sanções. No caso, o diretor Ziad Doueiri tece uma narrativa sensível acerca das relações entre os países, as culturas e a identidade palestina, denunciando problemas e provocando o debate e a reflexão dentro e fora do mundo árabe. Abusando da dualidade, por um lado, o seu filme, como um produto cultural, dá formas, cores e propagação à diversidade de identidades, etnias e conflitos de uma parte do mundo homogeneizada e estigmatizada no ocidente, sobretudo pelo vo-

lume pouco aproveitado de conteúdos acadêmicos, pela quantidade e variedade de informações desqualificadas e por representações caricatas que exploram a amálgama entre a política e a religião. Por outro lado, o filme toca em uma ferida aberta no mundo árabe, em assuntos caros e da ordem do dia, acirrando os ânimos acerca dos conflitos étnicos que se desdobram em disputas territoriais, legitimadas por uma mescla de eventos históricos, acordos políticos e crenças religiosas.

Cabe mencionar sobre a conjectura de sanções às narrativas sensíveis sobre o lugar e a consciência das lideranças políticas dos países árabes quanto ao domínio da cultura como elemento estratégico para a manutenção do poder. A questão se revela menos por um pronunciamento confesso, para a nação e para o mundo, e mais pelo rigoroso controle, não apenas dos comportamentos das pessoas, mas também dos conteúdos que irão informar ou entreter a população. Tanto que, no caso de *O insulto*, os atos de autorizar ou não a exibição do filme foram de algum modo interpretados como um posicionamento político sobre a questão principal – o conflito étnico –, ou mais precisamente ser a favor ou contra a questão da palestina.

Embora não nos ocupemos de examinar o posicionamento de cada um dos países do referido mundo árabe, pelo imbróglgio diplomático, cabe mencionar a situação e a reação de Israel, em virtude do intenso contato e influência no mundo ocidental e pela responsabilidade na transformação da identidade palestina com a divisão do território. Protagonizando um conflito étnico que preocupa organizações internacionais, especialmente as comprometidas com a defesa dos direitos humanos, Israel é acusada

de tentativa de genocídio do povo palestino. Além da acusação de genocídio, especialistas em diplomacia, política e história denunciam a intenção de criação de um Estado Judaico, encabeçado pela extrema direita, que submeteria os palestinos a uma cidadania distinta, sem direito a voto e sem a integralidade dos direitos humanos.² Seria uma cidadania sem direito de participação na escolha de representantes ou direito de se organizar para expressar interesses. No suposto projeto, os palestinos poderiam inclusive sofrer privações, sem que estas pudessem ser caracterizadas como abuso ou descaso do Estado.

E em uma apreensão da relação política e diplomática pelo viés simbólico, jogando um fósforo na fogueira acesa, em 6 de dezembro de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez um anúncio de reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, frustrando a reivindicação de Jerusalém Oriental como capital da Palestina. Pelo calor da arena política não chega a ser surpreendente que em Israel a exibição do filme de Ziad Doueiri tenha sido boicotada. A produção foi considerada por alguns grupos como uma afronta, pois, mesmo sem desgastar direta e objetivamente Israel, fala dos palestinos, coloca a identidade palestina na pauta da opinião pública e, conforme Habermas (2003a), assinala ao teorizar sobre o potencial da cultura na sociedade contemporânea para os que são privados dos Aparelhos de Estado. É um convite intrépido aos que atuam nas esferas de poder para refletir sobre os impasses e garantias da identidade palestina do ponto de vista político, jurídico e humanitário.

É preciso salientar o fato de que o boicote ao filme em Israel não foi unânime, mas na Palestina sim. Não cabe nos modestos propósitos dessa análise investigar precisamente os possíveis motivos do boicote da Palestina. Se muito podemos especular sobre isto. Talvez o filme tenha gerado descontentamento por não haver ali uma defesa acalorada da identidade palestina, mas, sim, uma expressão de como em geral a questão é assentada no Líbano. Talvez pelo modo como no Líbano o palestino é tratado pelo poder público e enxergado pela população. Quem sabe até pela condução equilibrada de um assunto tão dividido. O resumo é que os palestinos não gostaram do filme e de vários modos tentaram comprometer sua produção e exibição.

2 Em artigo publicado no Le Monde, e traduzido para o site Carta Maior, o historiador, especialista em fascismo Zeev Sternhell fala sobre o crescimento do racismo em Israel. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPelo-Mundo%2FZeev-Sternhell-Em-Israel-cresce-um-racismo-proximo-do-nazismo-em-seus-pri-mordios-u21D%2F6%2F39439#.WpMdXkJ67to.twitter>. Acesso em: 24 jan. 2019.

O muito que ainda se pode arriscar a dizer sobre os boicotes ao filme é que alguns grupos, de países diversos do mundo árabe, não gostaram do filme pelo assunto que se propõe a tratar. Outros grupos demonstraram descontentamento pelo modo como o assunto foi tratado. É sutil a diferença no que desagradou, porém eloquente sobre a diversidade de posicionamentos sobre a questão da identidade palestina no mundo árabe. Fora do mundo árabe, nos circuitos da Europa e no Brasil, o filme foi aguardado e recebido com entusiasmo. E todo o boicote em torno do filme só aumentava a expectativa.

Em um vídeo curto para apresentar *O Insulto* ao público brasileiro,³ o diretor do filme fala de ataques e tentativas de inviabilizar a produção e projeção no mundo árabe, mas assegura que nada afetou a trajetória de sucesso do filme, requisitado pelo público e premiado pela crítica. Afirma ainda, como um recado endereçado, que o silenciamento de uma expressão artística e o ataque ao livre pensamento não se revertem em benefícios para os palestinos.

ZIAD DOUEIRI, O MARGINAL

Agora passamos a investigar e refletir sobre a trajetória pessoal e profissional do autor do filme. Esse movimento busca captar as experiências, relações e diálogos do sujeito de forma a clarificar os modos de compreender e narrar, as motivações e intenções que atravessam a produção cinematográfica em questão.

O diretor do filme, Ziad Doueiri,⁴ nasceu no Líbano, foi educado em uma escola francesa em Beirute e, em 1981, durante uma guerra civil, deixou o país para estudar e, em seguida, trabalhar nos EUA. Ingressou na indústria cinematográfica como assistente de câmera e cameraman, trabalhando em inúmeras produções, das quais são destacáveis os trabalhos junto ao premiado diretor Quentin Tarantino, tais como *Jack Brown* (1997), *Um drink no inferno* (1996), *Pulp fiction* (1995) e *Cães de aluguel* (1993). Permaneceu nos EUA até o episódio de 11 de setembro de 2001, quando passou a trabalhar mais continuamente entre o Líbano e a França. Sem nos atermos exclusivamente ao indivíduo, tampouco apenas à sociedade, tomamos Simmel (1983) como referência para privilegiar as interações entre os indivíduos e a sociedade, e as-

3 Vídeo de Ziad Doueiri apresentando seu filme ao público brasileiro e falando sobre os ataques e boicotes à produção: <https://www.youtube.com/watch?v=3SO464O2pyk>. Acesso em: 24 jan. 2019.

4 Uma síntese da carreira profissional do diretor pode ser acessada na página da internet Movie Database (IMDB): http://www.imdb.com/name/nm0234780/bio?ref_=nm_ov_bio_sm. Acesso em: 24 jan. 2019.

sim caracterizamos Ziad Doueiri nos EUA como um estrangeiro, tendo em conta que:

Fixou-se em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais. Mas sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originam nem poderiam se originar no próprio grupo (SIMMEL, 1983, p.182).

Ziad Doueiri atuou no mais prestigiado setor da indústria cinematográfica norte-americana, executando um trabalho técnico caracterizado pelo grande público como uma função de menor prestígio, se comparada com a dos atores e diretores. Sua trajetória autoral, de reconhecimento e valorização das sensibilidades, produzindo roteiro e exercendo direção, ocorreu em 1998, entre Beirute e França, países que lhe concederam cidadania. Em sua estreia como diretor, com o longa *À L'abri les enfants*, em inglês conhecido como *West Beirut*, recebeu a indicação do Oscar de melhor filme estrangeiro e ganhou o prêmio François Chalais⁵ na Quinzena de Diretores do Festival de Cinema de Cannes. No filme o diretor retrata Beirute em 1975, durante uma guerra civil, abordando as consequências da decisão de um jovem cineasta de ir com o vizinho a um bordel localizado em um quarteirão em conflito. Produzir um olhar familiar sobre o mundo árabe, com uma linguagem tecnicamente ocidentalizada, pode ser sugerido como um diferencial do diretor.

Atualmente Ziad Doueiri tem em seu currículo de diretor a expressiva marca de sete filmes, em sua maioria produzida entre a França e o Líbano, cujas questões recorrentes são a diversidade e os conflitos culturais, os dilemas do partir e ficar no local de origem, impasses morais e problemas sociais dos países árabes de modo geral e do Líbano em específico. Ligando os pontos, as questões abordadas nos filmes, guardadas as proporções, se aproximam das possíveis experiências do autor/diretor que se divide entre a atuação profissional técnica, como estrangeiro nos EUA, e a atuação autoral e crítica no Líbano e na França, como cidadão local.

A rigor, a experiência pessoal e profissional como estrangeiro aguça a capacidade de estranhamento por um lado, mas por outro deflagra o não pertencimento, a não assimilação do indivíduo, ou, no limite, o conflito social. Uma apreensão que sofisticada a con-

cepção do estrangeiro em Simmel e clarifica o que podemos chamar de distanciamento é o *marginal man*, conforme aborda Robert Erza Park (1948). Estudando a experiência de minorias étnicas nas grandes cidades norte-americanas, Erza Park concebeu o termo marginal não pelo sentido atualmente vulgarizado de um sujeito que infringe a lei, mas no sentido elaborado de um híbrido cultural e racial, que experiencia duas culturas, ou mais, sem, contudo, pertencer integralmente a nenhuma delas.

Com a possibilidade de transpor as experiências de conflito cultural, profissional e social para uma forma sensível, Ziad Doueiri fala, pelo idioma privilegiado na maioria dos seus filmes, aos seus, mas não apenas a eles. Afinal, os filmes que produz têm entrada na França e, impulsionados pelos festivais, em outros países do ocidente, incluindo os EUA. Como a diversidade cultural não é pequena e os conteúdos morais e problemas sociais do Líbano e de países vizinhos não são poucos, Ziad Doueiri não agrada a todos e já se tornou conhecido pelas polêmicas que seus trabalhos geram. *O insulto* não fugiu à regra.

Em entrevista concedida à TV Al Jazeera,⁶ Ziad Doueiri afirma que teve que prestar esclarecimentos às autoridades libanesas, mas que tudo ocorreu de modo calmo e respeitoso, apesar de a notícia ter gerado preocupação no meio cinematográfico, pelo fato de o Líbano ser considerado um dos países mais liberais do mundo árabe (nem por isso equiparável aos países do ocidente). O diretor alegou que não se sentiu humilhado pelos esclarecimentos que teve que prestar, mas, sim, pelas tentativas persistentes de impedir que seu o trabalho e o de sua equipe fosse realizado. Como já mencionado acerca dos países do mundo árabe, o simbólico importa, o cultural é assumidamente político. Por tal percepção, o controle dos conteúdos que formam as mentes e os corações é exercido rigorosamente, tornando cara a definição de até onde vai o controle, e a partir de onde se exerce censura.

O FILME COMO UM PRODUTO CULTURAL

As polêmicas em torno do filme, mesmo antes da estreia, reiteram a perspectiva de Habermas acerca de uma comunicação crítica, estimulando a deliberação e atuação, compondo uma esfera pública, que fortalece a organização da sociedade mais pela busca do consenso do que pela coerção. Talvez Ziad Doueiri cometa a heresia de ilustrar em seus filmes a potência

5 Uma premiação criada no Festival de Cannes, em 1997, para prestigiar filmes voltados para a afirmação da vida e do jornalismo.

6 A entrevista pode ser acessada em <https://www.youtube.com/watch?v=3F7aTLVJje4>. Acesso em: 24 jan. 2019.

dos cidadãos de tecerem a própria cultura, de serem protagonistas da própria história, de partilharem valores humanos, de fortalecerem instituições democráticas; todavia, isso é feito em uma região cuja imagem propagada no ocidente é a de tradições autoritárias e grandiloquência religiosa. Sem apagar o teor sensível, a interioridade, o campo da cultura, no caso a produção cinematográfica, é estrategicamente um instrumento que fortalece a política, na medida em que incorpora questões coletivas e fomenta o debate público. Sobre o caminho da comunicação para a ação política, Habermas (2003b) esclarece:

Basta tornar plausível que os atores da sociedade civil, até agora negligenciados, podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência da situação de crise. Com efeito, apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando destarte o modo de solucionar problemas de todo o sistema político (HABERMAS, 2003b, p. 115).

Ainda decantando o teor político do produto cultural, temos como imperativo refletir sobre o poder das imagens e representações na contemporaneidade. Na relação entre o global e o local, a estratégia de *O insulto* não foi a transculturação, bastante frequente nos produtos que pretendem atingir um público amplo e diverso. A transculturação no filme seria perceptível pelo foco no contato entre duas culturas, distinguindo os limites do que é caracteristicamente local em contraste com o que não é local.

Embora a linguagem cinematográfica, por questões de equipamentos e técnicas, tenda para o ritmo das narrativas ocidentais, as imagens captam um mundo, uma estética, um modo de ver e de fazer a vida próprios de um local, a saber, o Líbano. O recurso que o diretor usou para construir narrativas que tocassem o público foi apelar para o que é o universal, o humano, o conjunto de significados decodificáveis em qualquer tempo e espaço. Nota-se, no primeiro movimento do filme, as peculiaridades locais como as paisagens, estrutura arquitetônica, decoração, objetos, figurino, costumes e a noção de uma divisão etnicamente informada. Todavia, a densidade, a identificação, a sedução e interação entre o produto cultural e o público crescem conforme a narrativa passa a evocar os sentimentos, os afetos, as questões que falam ao humano.

Ao lidarmos com o fenômeno da globalização no que tange à cultura não estamos problematizan-

do simplesmente a expansão da produção simbólica, mas de modo complexo a sua face mais profunda e deletéria: a predominância da cultura ocidental. Na ordem direta e sem complementos, a ocidentalização do mundo. Ianni (2001) desenvolve uma análise acerca da expansão capitalista atrelada a aspectos socioculturais, econômicos, históricos e políticos, em busca de rupturas que oportunizem outras leituras do passado e do presente para alimentar o imaginário do futuro, afirmando:

Este é o desafio: a história dos povos e coletividades, das nações e nacionalidades ou das culturas e civilizações pode ser lida como uma intrincada, contínua, reiterada e contraditória história de um vasto processo de transculturação de par-emp- par com a ocidentalização, a orientalização, a africanização e a indigenização. Um processo sempre permeado de identidades e alteridades, tanto quanto de diversidades e desigualdades, mas compreendendo sempre o contato e o intercâmbio, a tensão e a luta, a acomodação e a mutilação, a reiteração e a transfiguração (IANNI, 2001, p. 146).

A ocidentalização do mundo pode soar como um fenômeno acabado, simples e taxativo, mas é bem distante disso. Há um sem-número de artifícios que confundem e dificultam uma compreensão mais clara e aprofundada do processo, e um deles é a falácia da diversidade. A cultura ocidental admite a existência de diversas outras culturas, diferentes histórias e múltiplas identidades. O cerne, portanto, não é a expansão de uma única história, cultura ou identidade, mas o ponto de vista. O modo de narrar, ver, compreender, organizar, registrar e propagar os conteúdos se padroniza e, no limite, inviabiliza o ideal diverso. Como se houvesse apenas um válido e o inválido, um compreensível e o incompreensível, um identificável e o não identificável, distinguindo os conteúdos que se enquadram ou não na noção de cultura, história ou identidade. E pela expressão imperiosa da visão ocidental, conectando a sociedade civil e a política, alcançamos Gramsci e a filosofia da práxis, o historicismo absoluto, a “mundialização e terrenidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história” (GRAMSCI, 2001, p. 155).

Amarrado à abordagem do produto cultural para além da hegemonia ocidental, temos o filme como uma fonte, uma referência, na medida em que expressa as questões, as tensões, os assuntos, os afetos, as angústias, esperanças e as técnicas de uma conjuntura específica, tornando tal conteúdo elástico no tempo e espaço, acessível em outras conjunturas. E no detalhe que faz a diferença, assumimos o filme também como um agente. Afinal, provoca reações,



“contranarrativas”, reverberações. Quando discorremos sobre os impasses à produção, exibição e ampliação do circuito, damos margem justamente à ideia de que o produto cultural não é um conteúdo inocente e passivo. Ao contrário, é orientado e dinâmico.

SOBRE O FILME

Finalmente, avançamos para o conteúdo de *O insulto*, com o desafio de descrever o filme, destacar suas virtudes, problematizar antropologicamente uma manobra de Ziad Doueiri e não dar *spoiler*.⁷ O último é o primeiro em preocupação, mas a prioridade mesmo é valorizar um trabalho brilhante, com uma missão digna.

No filme nos deparamos com Beirute, um bairro em obras, modernizando e regularizando as estruturas. No desenrolar da história percebe-se que não são apenas as estruturas materiais do bairro que passam por mudanças. Então, a modernização e a regularização podem ser tomadas como o horizonte do que vai ser contado. Homens estão trabalhando nas ruas e um dos moradores do bairro, Tony Hanna, interpretado por Adel Karam, está regando as plantas e

⁷ Termo derivado da língua inglesa, do verbo *spoil*, que significa estragar. Difundido por usuários da internet, é usado para se referir à revelação do conteúdo de livros, novelas, séries ou filmes, que estraga as possíveis surpresas de quem ainda não teve contato com a obra.

lavando a varanda. A água que escorre da varanda cai na cabeça de Yasser Abdallah Salameh, interpretado por Kamel El Basha,⁸ empreiteiro responsável pela obra da prefeitura. Yasser vai até a casa de Tony e explica que a calha da varanda precisa ser ajustada para que a água caia na calçada e não nas pessoas que passam pela rua. Tony não autoriza que ele entre em sua casa. Yasser o chama de idiota e toma a liberdade de fazer o reparo por fora. Quando Tony percebe que mexeram na calha da sua varanda, destrói tudo a marteladas e rebate o insulto. Não satisfeito, vai até o empreiteiro, se queixa da invasão e do desrespeito e solicita que Yasser lhe peça desculpas. Yasser, compreendendo que agiu corretamente no exercício da sua profissão, não admite a ideia de ter que se retratar.

O que faz a troca de insultos avançar é o fato de Tony ser um cristão libanês ultranacionalista e Yasser um engenheiro, que por ser palestino no Líbano não ocupa um cargo à altura de sua formação. E a partir do conflito, o diretor conduz uma leitura didática, explorando uma dualidade, quase maniqueísta, configurando os comportamentos, as ideias e a moral de cada uma das identidades. Sem alcançarem um acordo cordial, o caso é encaminhado por Tony à Justiça. No tribunal a desavença segue se dilatando, assim como as formas de retratar as diferenças entre os libaneses ultranacionalistas e os palestinos.

⁸ Premiado como melhor ator na 74ª edição do Festival Internacional de Cinema de Veneza.



A desavença no tribunal passa a ser coberta pela mídia. Em um primeiro momento, o conflito acirra os ânimos das pessoas nas ruas da cidade, tendo como consequência discussões, depredações e conflitos violentos. E logo em seguida extrapola os limites da cidade, passando a dividir o país e ser assunto entre países vizinhos. No filme, o episódio de alastramento do conflito é a demonstração do poder de influência da mídia na atualidade, explicitando que o tratamento dado ao conteúdo informa seu alcance, as reações da população e as respostas das autoridades públicas.

A questão da influência da mídia pode ser decantada como uma metalinguagem. Afinal, o jornalismo e o cinema são expressões da mídia. No entanto, se distanciam na percepção do senso comum, uma vez que um filme se propõe à reflexão crítica, mas é quase inocentado de sua ação e potência política por ser um entretenimento. Já o jornalismo tem como missão fornecer conteúdos objetivos, narrar fatos, produzir uma narrativa imparcial, isenta. Só que por trás da atividade jornalística de fornecer um conteúdo confiável para a formação da opinião pública crítica está uma empresa de atividade comercial, com uma chefia politicamente orientada, e a finalidade de atrair público, que se reverte em prestígio, credibilidade e lucro. Na estratégia de atrair público os fatos em si são menos importantes do que o modo como são narrados. A trivialidade, a superficialidade e o dinamismo acabam tendo muito mais apelo do que o aprofun-

damento, densidade e complexidade. Alcançamos com tal configuração uma possível origem de críticas apocalípticas à indústria cultural (ECO, 1979), tal como uma acessibilidade que degenera as qualidades do conteúdo ou o efeito de confundir o saber superficial sobre um fato com o fazer algo a respeito. Eis como a atividade jornalística no filme vale não apenas para repercutir os fatos dramáticos, mas também para clarificar como o filme pode repercutir e pautar a opinião pública tanto quanto a imprensa.

Retomando o filme, ao longo do processo na Justiça os detalhes da vida pessoal e profissional de ambos os personagens são explorados pelos advogados e pela mídia, causando desconfortos. O prosseguimento do processo é tortuoso e gera mais e mais conflitos, sendo ambas as partes usadas por líderes de ideias opostas para atrair a opinião pública. Nas instâncias legais a figura do palestino vai sendo delineada por uma jovem advogada ativista como a parte mais frágil da relação, para a cólera do ultranacionalista. E o advogado mais velho, famoso e rico do ultranacionalista recorre a episódios históricos de guerra civil para colocar em dúvida a boa conduta do palestino e ampliar a dor do libanês. Assim como Josef K.⁹ experimentava sensações estranhas ao ser submetido à lei, que, embora lhe parecesse absurda, estava em conformidade com os parâmetros da sociedade moderna,

⁹ Personagem principal de *O processo*, de Franz Kafka.

Yasser e Tony participavam das fases do processo firmes em seus objetivos imediatos e questões morais. Porém estarecidos com os protocolos e conteúdos legais e inconformados com as possibilidades de resolução do conflito.

Como a cultura é a tônica do filme, não passaríamos sem as contribuições da antropologia. Vale a pena nos determos no conflito e nas possibilidades de resolução entre os conteúdos morais e a ordem jurídica. Tomamos os esclarecimentos de Laura Nader (1994) a respeito da subestimação das ideologias jurídicas, que trabalham com um modelo legal para a harmonia, como uma técnica de pacificação transmissora de ideias hegemônicas, substituindo os modelos antagônicos e deixando a cultura e as tradições em uma ordem de menor peso. A antropóloga afirma que:

Os antropólogos examinaram o conflito em muitos ambientes e efetivamente desenvolveram teorias sobre o conflito. No entanto, não chegamos a dispor de teorias completas sobre os significados da harmonia. As etnografias tomaram a harmonia como fato consumado ao buscar explicar a desarmonia. Recentemente, observadores da área da antropologia legal levantaram questões sobre o grau em que, enquanto observadores científicos, fomos capturados pelos sistemas de pensamento de nossas próprias culturas, deixando, talvez, de reconhecer que os estilos de disputa são um componente das ideologias políticas, sendo, frequentemente, resultado de imposição ou difusão (NADER, 1994, p.18).

Atento aos descompassos entre a tradição e as formas jurídicas na resolução de conflitos, ou no desenho de harmonia, Ziad Doueiri demonstrou lucidez ao compor uma conclusão para seu filme, sensível aos encaixes e desencaixes entre as tradições e à modernidade. Sobre o trabalho do roteirista e diretor é cabível a observação de que ele foi precioso no filme inteiro e que foi magistral na conclusão. Quem assistir poderá concordar ou discordar com o desenrolar dos fatos, tomar partido para um lado ou outro, só não vai conseguir ficar indiferente. O que o autor entrega é um filme provocador, excelente para ver e que nos obriga a pensar, estimula debater e inspira mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FERRO, M. **Cinema e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Ed. Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.
- _____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol II. 2a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- IANNI. Da política do pior ao melhor das utopias e à globalização do terror. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 16, 2001.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, EDUSC, 2001.
- NADER, Laura. Harmonia coerciva: A economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, p. 18-29, 1994.
- PARK, Robert E. Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org). **Estudos de ecologia humana**. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 21-36, 1948. (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).
- RODRIGUES, Manuel. O mundo árabe e islâmico. In: **Separata**, abr.-jun., n.14. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14438/1/O%20mundo%20árabe%20e%20islâmico.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo. **George Simmel**: sociologia. São Paulo: Ed. Ática, p. 182-188, 1983. ■

ensaio

Amarayna Sousa
Danúbia Rodrigues
Flávia Diniz
Francisca Oliveira

Modo precário e segregado de moradia

um olhar sobre o cortiço em São Luís - MA

A área do centro histórico de São Luís não escapou ao cortiço como forma de habitação, sendo que atualmente ainda podemos identificar esta expressão bastante singular, em um contraste entre o novo e o velho, entre o rico e pobre, nos remetendo aos séculos passados.

Normalmente, os cortiços são formados por casarões em risco de desabamento, devido à ausência de reformas e manutenção. Os moradores que ali residem se encontram em total estado de vulnerabilidade, isto no sentido mais amplo da palavra.

E, para entender as suas particularidades, nossa pesquisa foi realizada em dois cortiços localizados no centro histórico da capital, no intuito de conhecer mais de perto esta forma de moradia precarizada, que resiste até os dias atuais. A existência dos cortiços

é reforçada pela permanência de seus moradores, que rejeitam a saída destas instalações, por motivos diversos.

ONDE SE LOCALIZAM OS CORTIÇOS EM SÃO LUÍS?

As condições precárias de estrutura e saneamento em que se encontram os cortiços no centro de São Luís revelam a carência de fiscalização da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH), um fator que pode comprometer a integridade e a qualidade de vida de seus moradores. Tal situação, que revela uma difícil realidade de famílias pobres, reunidas em espaços coletivos, quase sempre passa despercebida aos olhos da maior parte da população ludovicense.

Identifica-se a existência de cortiços

▲
Fachada de um dos casarões transformados em cortiço / Centro Histórico de São Luís.

em quase toda a área do centro histórico. Por exemplo, há cortiços localizados na rua da Palma, na rua Jacinto Maia, bem como no beco da Pacotilha e na rua da Saúde, os quais funcionam em regime de aluguel e cujos valores variam entre R\$ 200,00 e R\$ 350,00. Estes são administrados por proprietários, que geralmente não residem nas proximidades.

A QUESTÃO DA HABITABILIDADE COM ÊNFASE NAS CONDIÇÕES DE HIGIENE, SEGURANÇA E INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS CORTIÇOS

A partir de visita realizada em dois cortiços nesta área central da cidade, notamos que a convivência entre os moradores de cada estabelecimento assenta-se num clima de cooperação e respeito, revelando uma convivência provavelmente pacífica. No entanto, cabe ressaltar que esses cortiços e outros próximos concentram-se numa região que registra frequentes casos de violência, o que gera certa insegurança entre os moradores. Em conversa com moradores locais,



Fachada do cortiço da Rua Jacinto Maia - Centro Histórico de São Luís.

nos foi informado que o policiamento na área é insuficiente e, para se protegerem, recorrem ao uso de tranças e cadeados reforçados.

Quanto à estrutura física dos cortiços, verificamos subdivisões minúsculas denominadas de “quartinhos”, tanto no térreo quanto na parte superior dos casarões. Estes “quartinhos” são pequenos cômodos improvisados, demarcados por cortinas e compensados, que separam um morador de seu vizinho. Notamos escadas de acesso aos quartos com iminentes riscos de desabamento, ocasionados pelo avançado



Vista externa do cortiço próximo ao Convento das Mercês / Centro Histórico de São Luís.

Porta
trancada
com
cadeado.
Cortiço da
Rua
Jacinto
Maia -
Centro
Histórico
de São Luís.



estado de deterioração das madeiras desgastadas pela ação do tempo.

Os cômodos superiores, nos dois cortiços visitados, apresentam assoalho de madeira, pois preservam a arquitetura original de mais de um século de existência. À medida que caminhávamos sobre as tábuas que compunham o assoalho envelhecido, ouvíamos estalos e rangidos, certamente gerados pela instabilidade da forma como aquelas estão dispostas e fragilmente fixadas. Era possível até mesmo visualizar, entre uma tábuas e outra, a parte térrea dos casarões.

Um fato inusitado que muito nos chamou a atenção refere-se à existência de banheiros coletivos

nos dois cortiços, uma vez que não é possível alterar a estrutura dos casarões seculares, no intuito de adaptá-los às necessidades de todos os inquilinos. Verificou-se que, em um dos cortiços, havia banheiros privativos aos moradores da parte térrea, dispostos, possivelmente, um para cada família residente. Aos moradores da parte superior, reservou-se um banheiro simples, sem revestimento, situado no quintal.

Contudo, o trabalho de verificação *in loco* de formas coletivas de moradia na forma de cortiço, no centro histórico de São Luís, resultou numa rica reunião de informações sobre o tema, reforçada pelo registro de imagens de casarões deteriorados, que re-

Área interna do Cortiço da Rua da Palma -
Centro Histórico de São Luís.



Escadaria do Cortiço da Rua Jacinto Maia -
Centro Histórico de São Luís.





Corredor de acesso aos cômodos do cortiço - Centro Histórico de São Luís.

Quintal do cortiço comum a todos - Centro Histórico de São Luís.

presentam sérios riscos aos moradores, assim como o registro de depoimentos destes. Conclui-se, portanto, que a política de habitação municipal não alcança de forma satisfatória uma significativa parcela da população de baixa renda de São Luís. Isto reforça o estado de vulnerabilidade social que muitas famílias estão expostas em virtude da ausência do que é básico à dignidade humana, como habitação em perfeitas condições de moradia, saneamento básico e segurança. ■



Banheiro coletivo de um dos cortiços - Centro Histórico de São Luís.

Sacada de um dos prédios transformados em cortiço - Centro Histórico de São Luís.



Amarayna Sousa é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e assistente social na Secretária Municipal de Saúde de Nina Rodrigues — MA. amaraynasousa@outlook.com

Danúbia Rodrigues é graduada em Serviço Social e Administração; Especialista em Gestão Pública e em Recursos Humanos e Administradora no Ministério da Saúde/Núcleo Maranhão. danubiars@yahoo.com.br

Flávia Diniz é acadêmica de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); funcionária pública municipal, integrante da Guarda Municipal de São Luís, atuando como Agente de Defesa Civil. flaviacristo.r@hotmail.com

Francisca Oliveira é graduada em Serviço Social e Letras; atualmente é docente da rede de ensino estadual do Maranhão. danieleoliveira308@yahoo.com.br

REALIZAÇÃO



APOIOS

